



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIV - Nº 007 - SEXTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT) <b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa- (PMDB-PI) <b>4º SECRETÁRIO</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - César Borges - (PR-BA) <b>2º</b> - Adelmir Santana - (DEM-DF) <b>3º</b> - Cícero Lucena - (PSDB-PB) <b>4º</b> - Gerson Camata - (PMDB-ES)

## LIDERANÇAS

<b>Maioria</b> <b>(PMDB/PP) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> ..... <b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PC DO B/PRB) - 20</b> <b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Aloizio Mercadante</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b>  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB</b> Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Maria do Carmo Alves  <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
<b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b> Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
<b>1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS</b>	
<b>Nºs 35 a 39, de 2009</b>	
<b>2 – ATA DA 6ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008</b>	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
<b>2.2.1 – Comunicação da Presidência</b>	
Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar o centenário da Cruz Vermelha Brasileira, nos termos dos Requerimentos nºs 1.653, de 2008; e 9, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros senhores senadores. ....	01618
<b>2.2.2 – Fala da Presidência (Senadora Serys Slhessarenko)</b>	
<b>2.2.3 – Oradores do Expediente</b>	
Senador Geraldo Mesquita Júnior .....	01619
Senador Romeu Tuma .....	01620
Senador Marcelo Crivella.....	01624
Senador Eduardo Suplicy .....	01626
Senadora Rosalba Ciarlini .....	01628
Senador João Pedro .....	01629
Senador Mão Santa .....	01630
Luiz Fernando Hernández (Presidente Nacional da Cruz Vermelha Brasileira) .....	01632
<b>2.2.4 – Suspensão da sessão às 16 horas e 10 minutos e reabertura às 16 horas e 12 minutos</b>	
<b>2.2.5 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados</b>	
Nº 847/2008, de 18 de dezembro de 2008, comunicando a rejeição do Substitutivo do Senado oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar (nº 183/2001, naquela Casa), e seu envio à sanção.....	01634
Nº 875/2008, de 17 de dezembro de 2008, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006-Complementar (nº 184/2004, naquela Casa), do Poder Executivo, e seu envio à sanção. ....	01635
<b>2.2.6 – Comunicações da Presidência</b>	
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 10 de fevereiro de 2009 e publicação em 11 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 457, de 2009, que altera os arts. 96 e 102, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre o parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas “a” e “e” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. ....	01635
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 10 de fevereiro de 2009 e publicação em 11 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 458, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.....	01636
Recebimento do Aviso nº 5, de 2009 (nº 2/2009, na origem), de 30 de janeiro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referente ao quarto trimestre de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.....	01637
<b>2.2.7 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 80, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no próximo dia 10 de março de 2009, às 10 horas, em homenagem à memória do Professor Hélio Gracie.....	01637
Nº 81, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Lobato Rodrigues.....	01637
Nº 82, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Marinha do Brasil.....	01638
Nº 83, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Deputada Federal Rebecca Garcia.....	01638

Nº 84, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta e outros senhores senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a comemorar os 80 anos dos Chocolates Garoto*.....

01639

## 2.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *destina percentual da arrecadação de loterias para o Fundo Especial para Calamidades Públicas – FUNCAP*.....

01642

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *dispõe sobre a proibição da extração, da importação, do transporte, do armazenamento e da industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, bem como a proibição da importação e da comercialização dos produtos que os utilizem como matéria-prima*.....

01646

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para resguardar as transferências de recursos federais para ações nas áreas de educação, saúde e assistência social das restrições decorrentes do registro de inadimplementos no Cadin e no Siafi*.....

01650

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *altera o art. 944 do Código Civil para compatibilizar o padrão de indenização com o país de origem do agente causador do dano*.....

01651

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria*.....

01653

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *acrescenta § 3º ao art. 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para atribuir valor módico às custas dos emolumentos cobrados pelo serviço notarial, nos casos que especifica*.....

01654

## 2.2.9 – Pareceres

Nºs 1 e 2, de 2009, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007)*.....

01655

Nº 3, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *dispõe sobre a*

*criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007)*.....

01672

Nº 4, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007)*.....

01676

Nº 5, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 491, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e 560, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul*.....

01681

## 2.2.10 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 394, de 2007 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007) e 491, de 2007 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007), cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.....

01691

## 2.3 – ORDEM DO DIA

### 2.3.1 – Matérias não apreciadas

**Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão, em virtude de falta de quorum.**

### 2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

#### 2.4.1 – Discursos após a Ordem do Dia

**SENADOR MARCO MACIEL** – Defendeu a aprovação de projeto, de sua autoria, que denomina o ano de 2010, o “Ano Nacional Joaquim Nabuco”.....

01700

**SENADOR JEFFERSON PRAIA** – Relato sobre sua participação na posse da Nov diretoria do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea.....

01703

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI** – Elogios ao trabalho da Cruz Vermelha, filial do Rio Grande do Sul. Homenagem pelo transcurso do bicentenário de nascimento de Luiz Braille, criador da escrita em Braille.....

01703

**SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Comentários sobre a comemoração do Dia Nacional da Mamografia, em 5 de fevereiro.....

01705

#### 2.4.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2009 (nº 4.383/2008, na Casa de origem, do Deputado Beto Albuquerque), que institui a *Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea*. ..... 01707

#### 2.4.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

**SENADOR JOÃO DURVAL** – Manifesta satisfação pela eleição do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto para o cargo de Segundo-Vice-Presidente e Corregedor da Câmara dos Deputados. .... 01710

**SENADOR PAULO PAIM** – Solidariza-se com a iniciativa do Senador Geraldo Mesquita de homenagear a Cruz Vermelha Brasileira. Recebimento de moção do PMN, fechando questão em relação aos projetos de S. Ex<sup>a</sup> que tratam da luta em favor dos aposentados. .... 01711

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO**, como Líder – Manifestação sobre o Encontro de todos os prefeitos, realizado em Brasília, para reunião com o presidente Lula. Em defesa da redução da taxa de juros. .... 01717

#### 2.4.4 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Alvaro Dias, Marisa Serrano e Papaléo Paes, como titulares, e os Senadores Eduardo Azeredo, João Tenório e Senadora Lúcia Vânia, como suplentes, na Comissão de Assuntos Sociais (Ofício nº 22/2009, de 12 do corrente). .... 01720

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Cícero Lucena, João Tenório, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati, como titulares, e os Senadores Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Papaléo Paes, como suplentes, na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 23/2009, de 12 do corrente). .... 01720

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Tasso Jereissati, como titulares, e os Senadores Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Mário Couto e Sérgio Guerra, como suplentes, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 24/2009, de 12 do corrente). .... 01720

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Alvaro Dias, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Marisa Serrano, como titulares, e os Senadores Lúcia Vânia, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Sérgio Guerra, como suplentes, na Comissão de Educação (Ofício nº 25/2009, de 12 do corrente). .... 01720

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Arthur Virgílio, Cícero Lucena e Marisa Serrano, como titulares, e os Senadores Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Mário Couto, como suplentes, na Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Ofício nº 26/2009, de 12 do corrente). .... 01721

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena, como titulares, e os Senadores Lúcia Vânia, Mário Couto e Papaléo Paes, como suplentes, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 27/2009, de 12 do corrente). .... 01721

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, como titulares, e os Senadores Alvaro Dias, João Tenório e Tasso Jereissati, como suplentes, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofício nº 28/2009, de 12 do corrente). .... 01721

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, como titulares, e os Senadores Cícero Lucena, João Tenório, Mário Couto e Sérgio Guerra, como suplentes, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (Ofício nº 29/2009, de 12 do corrente). .... 01721

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Lúcia Vânia, Marconi Perillo e Papaléo Paes, como titulares, e os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati, como suplentes, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Ofício nº 30/2009, de 12 do corrente). .... 01721

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Lúcia Vânia, Mário Couto e Marisa Serrano, como titulares, e os Senadores Flexa Ribeiro, João Tenório e Marconi Perillo, como suplentes, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Ofício nº 31/2009, de 12 do corrente). .... 01721

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando os Senadores Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Papaléo Paes, como titulares, e os Senadores Flexa Ribeiro, Marisa Serrano e Sérgio Guerra, como suplentes, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Ofício nº 32/2009, de 12 do corrente). .... 01722

#### 2.4.5 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** – Registro da realização amanhã, do 4º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, em Boa Vista, Roraima, a fim de tratar dentre outras questões, o transporte aéreo regional. .... 01722

**SENADOR RENAN CALHEIROS** – Cumprimentos a todos os prefeitos do País que vieram a Brasília para encontro com o Presidente Lula. Alerta para os limites nos pagamentos das prefeituras ao INSS. .... 01731

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE** – Pede respeito sobre as quatro leis que não “pegaram”: a lei seca, a lei que dá direito a toda a criança, a

partir de quatro anos, ter vaga em escola pública, a lei do piso salarial dos professores e a lei do Fundo Constitucional-DF..... 01733

*SENADOR AUGUSTO BOTELHO* – Homenagem pelo transcurso dos 50 anos da Missão Evangélica da Amazônia. .... 01736

*SENADOR MÃO SANTA* – Alerta ao Presidente Lula para que respeite os aposentados e a importância da família como alicerce para apoiá-los. .... 01738

#### **2.4.6 – Comunicações**

Da Liderança do PTB no Senado Federal, indicando o Senador Mozarildo Cavalcanti para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz (Ofício nº 15/2009, de 11 do corrente). .... 01742

Da Liderança do PCdoB no Senado Federal, informando que o Senador Inácio Arruda continuará a ocupar a vaga do Partido no Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz (Ofício nº 28/2009, de 11 do corrente). .... 01742

Da Liderança do PR no Senado Federal, indicando o Senador Expedito Júnior para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz (Ofício nº 10/2009, de 12 do corrente). .... 01743

Da Liderança do PRB no Senado Federal, indicando o Senador Marcelo Crivella para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz. (Ofício nº 42/2009, de 12 do corrente). *Designação para compor aquele Colegiado do Senador Inácio Arruda, pelo PCdoB; do Senador Marcelo Crivella, pelo PRB; do Senador Expedito Júnior, pelo PR; e do Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo PTB.* ..... 01743

#### **2.4.7 – Discurso encaminhado à publicação**

*SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES* – Transcrição nos Anais do Senado da entrevista concedida por S. Ex<sup>a</sup>, ao **Jornal do Dia**, em 25 de janeiro último, com reflexões sobre a crise econômica mundial e as próximas eleições gerais do Brasil..... 01743

#### **2.5 – ENCERRAMENTO**

#### **3 – ATOS ADMINISTRATIVOS**

##### **3.1 – Termos de Reuniões**

Referentes às Medidas Provisórias nºs 452, de 2008, e 453 a 456, de 2009..... 01748

### **SENADO FEDERAL**

#### **4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

#### **5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

#### **6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

#### **7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

#### **8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

#### **9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

#### **10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

### **CONGRESSO NACIONAL**

#### **11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

#### **12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

#### **13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

#### **14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

# CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2009

**Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.647/2008 (LOA/2008) o subtítulo Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Preto com 7.600 ha no Distrito Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.647/2008 (LOA/2008) o subtítulo Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Preto com 7.600 ha no Distrito Federal (UO 53101).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de fevereiro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 2009

**Altera o Anexo VI à Lei nº 11.647/2008 (LOA/2008) para desbloquear parcela de recursos do subtítulo Construção da Barragem Rangel – Redenção do Gurguéia – no Estado do Piauí.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterado o Anexo VI da Lei nº 11.647/2008 (LOA/2008) para desbloquear os recursos necessários à conclusão do reexame da viabilidade técnica, a partir de todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra, com indicações dos estudos técnicos e ambientais, avaliação de seu custo, definição dos métodos adequados e do prazo de execução do subtítulo Construção da Barragem Rangel – Redenção do Gurguéia – no Estado do Piauí (UO 53204).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de fevereiro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2009

**Altera o Anexo VI (“Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves”) da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, no subtítulo “Manutenção de Trechos Rodoviários – na BR-272 – no Estado do Paraná – no Estado do Paraná”, de classificação funcional-programática 26.782.1461.207G.0041.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam desbloqueados os créditos orçamentários relativos a obras rodoviárias emergenciais na BR-272/PR, trecho entre Francisco Alves e a ponte sobre o Rio Piquiri (km 521,9 ao km 537,8).

Art. 2º Inclua-se, no Anexo VI da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, no campo “Obs. s/bloqueio”, na parte referente à operação estrada “BR-272 – Entr. PR-182 (Francisco Alves) – Av. Thomaz Luiz Zeballos (Gauira) – km 521,9 a 567,2”, relativa à classificação funcional-programática 26.782.1461.207G.0041 (“Manutenção de Trechos Rodoviários – na BR-272 – no Estado do Paraná – no Estado do Paraná”, após o texto “Na forma indicada no item 9.1 do Acórdão nº 1.395/2006 – TCU – Plenário”, a seguinte redação: “Fica

ressalvado do bloqueio orçamentário o trecho entre Francisco Alves e a ponte sobre o Rio Piquiri (km 521,9 ao km 537,8).”

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de fevereiro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2009**

**Inclui no Anexo VI da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, obras de Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 ha, entre as cidades de Dianópolis e Porto Alegre do Tocantins, Unidade Orçamentária.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, os Convênios nº SIAFI 416584 e 560913 firmado entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Tocantins e o Ministério da Integração Nacional, constantes no Acórdão nº 2029, de 2008, do Tribunal de Contas da União; e referentes ao Programa de Trabalho Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 ha, entre as cidades de Dianópolis e Porto Alegre do Tocantins.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de fevereiro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 2009**

**Autoriza a retomada da execução do Contrato nº 08.1.00.0001.2006 com recursos alocados em dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2008 no subtítulo 26.782.1461.201T.0035 – Manutenção de Trechos Rodoviários – na BR-153 – no Estado de São Paulo – no Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos consignados pelo Orçamento Fiscal da União para 2008 (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008) no subtítulo 26.782.1461.201T.0035 – Manutenção de Trechos Rodoviários – na BR-153 – no Estado de São Paulo – no Estado de São Paulo, para obras no trecho Acesso Lins – Entroncamento BR-369 (Divisa SP/PR), do km 178,3 ao km 347,7.

Parágrafo único. O trecho rodoviário referido no **caput** deste artigo fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, que trata dos Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 12 de fevereiro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente.

---

# Ata da 6ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de fevereiro de 2009

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko,  
e dos Srs. Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minu-  
tos, e encerra-se às 19 horas e 34 minutos)

É o seguinte o registro de compareci-  
mento:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

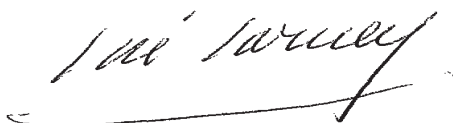
#### Senado Federal

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 12/2/2009 07:38:24 até 12/2/2009 20:30:40

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 59 Senadores



**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Supply.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, quero saudá-la no cumprimento de sua função como membro da Mesa Diretora.

E gostaria de inscrever-me para uma comunicação inadiável. Sei que haverá a sessão pelos 100 anos da Cruz Vermelha brasileira. Quero saudar a presença do Presidente Nacional, Luiz Fernando Hernández, e de todos os membros da Cruz Vermelha. Mas quero também, Sr<sup>a</sup> Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me der licença, saudar a presença da vice-Prefeita de Taubaté, Vera Lúcia Santos Saba, da Vereadora Maria Teresa Paolicchi, que se encontram aqui no plenário, e também a presença dos estudantes da Unisa. Na verdade, eles estão em número de sessenta aqui em Brasília, pela segunda semana, em diálogo com o Ministério da Educação. Estive recebendo a Reitora da Unisa, Darci Gomes do Nascimento. Haverá uma audiência pública, no próximo dia 19, na Unisa, para a qual os estudantes, os professores, a direção e a reitora, todos foram convidados pelo Ministério público para realizar um debate.

Espero que isso contribua para o fortalecimento e a superação de todas as dificuldades que estão tendo os estudantes e os professores da Unisa.

Assim, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, Sr<sup>a</sup> Presidente, na hora adequada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com certeza, após esta sessão destinada à comemoração do centenário da Cruz Vermelha, em havendo tempo, V. Ex<sup>a</sup> estará inscrito para uma comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar o centenário da Cruz Vermelha Brasileira, nos termos dos **Requerimentos nºs 1.653, de 2008, e nº 9, de 2009**, do Senador Geraldo Mesquita, que é quem primeiro subscreve esta sessão, seguido por outros Srs. Senadores.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Já se encontra conosco na Mesa o 3º Secretário da Mesa Diretora do Senado, Senador Mão Santa.

Convido para compor a Mesa o Sr. Presidente Nacional da Cruz Vermelha Brasileira, Sr. Luiz Fernando Hernández. Por favor, Dr. Luiz Fernando, componha a Mesa conosco. Convido o Exmº Sr. Senador Geraldo Mesquita Júnior, primeiro subscritor deste Requerimento, para compor a Mesa conosco.

Antes de conceder a palavra ao primeiro subscritor deste Requerimento, dirigirei algumas palavras.

Minhas senhoras e meus senhores, Srs. Senadores, senhores e senhoras aqui presentes, é com grande satisfação que o Senado Federal se junta hoje às comemorações pelo centenário da fundação da Cruz Vermelha Brasileira, transcorrido no dia 5 de dezembro de 2008.

Nascida sob a direção do grande Dr. Oswaldo Cruz, patrono da saúde pública no Brasil e seu primeiro presidente, a presença centenária da Cruz Vermelha entre nós espelha a gloriosa história de dedicação à causa humanitária, que caracteriza, desde o final do século XIX, a atuação dessa instituição.

Inicialmente voltada para a assistência de prisioneiros e de militares feridos em guerra, aos poucos a Cruz Vermelha – ou o Crescente Vermelho, como é conhecida a instituição nos países de tradição muçulmana – ampliou sua atuação para englobar também a ajuda humanitária em tempos de paz. No Brasil não foi diferente, com a Cruz Vermelha atuando na linha de frente da prevenção de diversas doenças, como importante aliada no esforço de promover a saúde pública brasileira ou assumindo uma posição de destaque na ajuda e no socorro de afetados por calamidades públicas.

O Senado não podia deixar de manifestar-se a propósito da passagem deste centenário, e quero aqui agradecer ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior por ter solicitado a realização desta homenagem, dando a todos nós a oportunidade de louvar a obra importantíssima dessa instituição, que é a Cruz Vermelha, e expressar nossa admiração e nosso agradecimento pelo trabalho que realiza.

Antes de passar a palavra ao eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior, de quem partiu a iniciativa de requerer esta comemoração, quero aqui saudar a todos os representantes da instituição, que ilustram esta nossa homenagem com sua presença, agradecendo a todos os afiliados à Cruz Vermelha por sua contribuição voluntária ao bem-estar dos necessitados e a seus esforços para elevar sempre mais alto a bandeira do amor à humanidade.

Parabéns. A nossa homenagem efusiva a todos e a todas, e muito obrigada pelo excelente trabalho que realizam, especialmente faço isso aqui na pessoa do Sr. Presidente.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, como já anunciei aqui, primeiro signatário dos requerimentos. Logo após, a palavra será passada ao Senador Romeu Tuma.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko, que preside esta sessão, cujo expediente é dedicado a homenagearmos essa entidade que dia 5 de dezembro último completou 100 anos de atividade em nosso País, a Cruz Vermelha brasileira.

Srs. Senadores presentes; Dr. Luiz Fernando Hernández, Presidente da Cruz Vermelha brasileira; Sr. Contra-Almirante Eimar Delly de Araújo, Vice-Presidente Nacional da Cruz Vermelha brasileira, Sr. Flávio Marcos Tolomelli, Presidente da Filial de Volta Redonda no Rio de Janeiro; Dr. José Matos, que preside a Cruz Vermelha, na Bahia; senhoras e senhores presentes a esta sessão.

A questão da saúde pública no Brasil e a assistência médica proporcionada pelo Sistema Único de Saúde constituem, até os dias de hoje, um enorme e desafiador passivo de que a melhor evidência é o sistemático e diuturno noticiário da mídia. Não se trata de um problema localizado nesta ou naquela Unidade da Federação, mas de uma carência que, por sua generalidade, afeta grande parte de brasileiros de todos os quadrantes do nosso território. Esse quadro configura um doloroso e instigante contraste com os reconhecidos avanços da Medicina em nosso País.

Programas públicos como o de prevenção da Aids e assistência aos pacientes dessa doença, Senador Tuma, quando cotejados com a persistência da dengue, causam não só indignação, mas sobretudo inquietação, por não termos sido capazes de eliminar essa epidemia que grassa ano após ano, atingindo milhares de brasileiros.

Quando rememoramos o esforço extraordinário de Oswaldo Cruz e da campanha da vacinação obrigatória, contra a qual – imaginem a dificuldade de Oswaldo Cruz, à época – aqui nesta Casa se levantou até a voz potente e eloquente de nosso patrono Rui Barbosa, em face disso, somos levados a indagar de que vale ou de que valeu termos colocado na Constituição o art. 196, que define que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Até o momento, esse dispositivo constitucional parece letra morta. No começo do século passado, a

epopéia de combate à malária consagrou a medicina brasileira, que agora corre o risco de sucumbir ante a insidiosa epidemia de dengue que todos os anos assola e inquieta o País, agora com incidência forte no meu próprio Estado do Acre.

Esses comentários, Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, são o prólogo necessário da intervenção que me propus a fazer para comemorar o centenário de fundação da Cruz Vermelha brasileira. Seus estatutos foram aprovados em reunião realizada no dia 5 de dezembro de 1908, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tornando-se essa data, na história dessa benemérita instituição, o marco inicial da sua existência. Senador Mão Santa, não são muitas as organizações privadas brasileiras que atingem essa expressiva sobrevida. E não são muitas as que gozam de prestígio e respeitabilidade junto ao povo brasileiro.

Como diz seu atual Presidente, Dr. Luiz Fernando Hernández, aqui presente, “agentes da Cruz Vermelha brasileira entram em pontos das favelas do Rio de Janeiro que nem o poder público consegue acessar”.

Há duas particularidades que me chamaram a atenção na busca dos dados sobre a entidade ora homenageada. Uma diz respeito à sua 1<sup>a</sup> Diretoria, presidida por Oswaldo Cruz, da qual fez parte, como 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, o General Taumaturgo de Azevedo, depois Marechal. Sua história de vida – do Marechal Taumaturgo – se ligou definitivamente ao destino da Amazônia, em especial do Acre e do Amazonas. Além de ter governado as províncias do Piauí e do Amazonas, hoje, como reconhecimento dos acreanos a seus serviços, empresta o nome a um dos Municípios de nosso Estado, exatamente o Município de Marechal Taumaturgo. Sua devoção à causa pública se demonstra até mesmo pela circunstância de, durante dez anos, ter pertencido à direção da Cruz Vermelha, a que emprestou o brilho do seu dinamismo e o prestígio de sua larga influência.

A segunda é a referência necessária e indispensável ao Dr. Vivaldo Palma Lima Filho, médico amazonense, Senador por seu Estado entre 1951 e 1967. Ele não só ilustrou esta Casa, como serviu profissionalmente, durante a maior parte da sua vida, ao Hospital da Cruz Vermelha em várias de suas especialidades. Não só presidiu essa benemérita instituição, como participou da direção da Federação Internacional da Cruz Vermelha, com sede em Genebra.

Sem dúvida, os que se aventurarem a ler este meu pronunciamento ou dele tiverem conhecimento terão toda razão e todo o direito de indagar-me que relação pretendi estabelecer entre as carências da saúde no Brasil e a centenária existência da Cruz Vermelha brasileira, Dr. Hernández.

Os desafios da saúde entre nós – ousaria até dizer que até mais do que os da educação – exigem, tanto quanto dedicação, capacidade, empenho e obstinação, tratamento de choque e uma verdadeira mobilização nacional. E me pergunto, Sr<sup>a</sup> Presidente, se não é chegada a hora de mobilizarmos, num mutirão cívico, todos quantos militam, tenham militado ou possam ainda militar na complexa rede de assistência preventiva nos padrões sanitários brasileiros, em prol de ações solidárias de que a Pastoral da Criança é um exemplo edificante, aplaudido e bem-sucedido. Invoco aqui ainda o exemplo, entre tantos outros, da campanha pela qual deu a vida Betinho, que, sem dúvida, inspirou o Fome Zero, de onde surgiu o atual Bolsa Família.

Na oportunidade em que rememoro e homenageio a trajetória nem sempre tranquila da centenária instituição que é a Cruz Vermelha Brasileira, cujas raízes estão plantadas em tantos países e que tantos exemplos de solidariedade deu à humanidade nos momentos mais dramáticos de nosso conturbado mundo, pergunto-me se não seria este o momento, Sr<sup>a</sup> Presidente, de convocarmos essa entidade, dotando-a de meios e recursos com que ajudar, na batalha pela saúde, os que já lutaram em outras guerras, como a que foi vencida por Oswaldo Cruz, seu primeiro Presidente. Uma experiência de cem anos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não se despreza, não se desconhece; antes, dela podem aproveitar-se os que dela mais necessitam, mais clamam e mais pedem, lamentavelmente, num grito e num lamento sem eco e num apelo sem resposta na porta dos hospitais e das emergências do País, uma súplica sem repercussão que continua a cair no vazio de nossa indiferença.

Julgo merecida a homenagem que hoje prestamos à Cruz Vermelha brasileira. Compulsando os anais da sua história, deparamo-nos com feitos heroicos, ações humanitárias relevantes e, sobretudo, com o exercício de muita solidariedade e desprendimento por parte de um contingente enorme de pessoas, profissionais ou não, que voluntariamente se colocam a serviço de ações e tarefas que aliviam sofrimentos, superam angústias e confortam aqueles que circunstancialmente encontram-se em dificuldades de qualquer ordem.

Que os próximos cem anos sejam de superação e de realizações, Dr. Hernández, para que a Cruz Vermelha brasileira continue respeitada e admirada pelo povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, com as minhas sinceras homenagens a essa instituição centenária que tantos benefícios trouxe e ainda haverá de trazer à população brasileira.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma. Logo após, pela inscrição, falará o Senador João Pedro.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ilustre Presidente Serys Slhessarenko; Dr. Luiz Fernando Hernández, digno Presidente Nacional da Cruz Vermelha Brasileira; Sr. Contra-Almirante Eimar Delly de Araújo, Vice-Presidente Nacional da Cruz Vermelha; Flávio Marcos Tolomelli, Presidente da filial de Volta Redonda, cujo jornal traz homenagem a V. Ex<sup>a</sup> em seu patrono do Tiro de Guerra local; minhas senhoras e meus senhores, Senador Geraldo Mesquita, a quem cumprimento pela iniciativa e ilustre Secretário Mão Santa, que dignifica esta Mesa do Senado, esta é uma homenagem justa e correta, pelos 100 anos. Parece-me que, no Brasil, 25 anos são bodas de prata, segundo a papeleta que apanhei sobre a mesa.

Nada melhor do que lembrar a participação logística do Exército Brasileiro na libertação de seis reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc, há poucos dias, para exemplificar quanto respeito e apoio o Brasil dedica ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha, no momento em que sua representação alcança um século de existência em nosso País como instituição modelar dos princípios fixados pelas Convenções de Genebra.

O episódio do resgate nas selvas colombianas, feito por 18 militares, em dois helicópteros Cougar, recebeu elogios de vários governos e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. No dizer dos dirigentes desse Comitê, o Brasil soube “ser discreto e neutro” depois do veto de Bogotá à participação da Venezuela. E realizou a missão sob aquele signo humanitário com êxito total.

O fato tornou-se tão importante que dois chefes de delegação do CICV – Michel Minnig, baseado na Argentina, e Christophe Beney, na Colômbia – vieram a Brasília para agradecer pessoalmente ao nosso Governo.

Fundada em 5 de dezembro de 1908, a Cruz Vermelha Brasileira significa esperança e socorro em tempos de paz, pois leva ajuda a vítimas de catástrofes e desastres naturais. É reconhecida oficialmente como sociedade de socorro voluntário, autônoma, auxiliar dos poderes públicos e, em particular, dos serviços militares de saúde, bem como única entidade nacional da Cruz Vermelha autorizada a exercer atividades em todo o território pátrio. Os princípios fundamentais daquele Movimento norteiam suas ações na seguinte ordem: Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade. São

esposados também pelo Crescente Vermelho, atuante em conjunto com a Cruz Vermelha, mas com emblema diferente, pois o daquela instituição é o sinal heráldico da cruz vermelha em campo branco, de acordo com as Convenções que lhe deram origem.

A Conferência Diplomática de dezembro de 2005, realizada em Genebra, adotou um emblema adicional conhecido como Cristal Vermelho – se eu estiver enganado o senhor me corrija, por favor –, englobando a Cruz e o Crescente vermelhos. No dizer dos dirigentes do Movimento, o acréscimo “representa uma solução abrangente e definitiva para a questão (...) O emblema é livre de qualquer conotação religiosa ou política”.

O nome do primeiro Presidente da sociedade brasileira, que já dito pelo Senador Geraldo, já seria suficiente como fulgurante legenda: o médico Osvaldo Cruz, líder das principais campanhas sanitárias do Rio de Janeiro, em princípios do século passado, e Patrono da Saúde Pública no Brasil. A organização mundial abrange 186 sociedades nacionais, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. São as instituições que compõem todo esse maravilhoso contexto de ajuda humanitária. Fundamentada no voluntariado, espalhou-se por 171 países desde que a trágica visão do campo de batalha de Solferino, norte da Itália, inspirou seu fundador, o suíço Jean Henry Dunant, em 1859.

Eu pediria licença ao Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, a quem faço uma homenagem especial pelo seu trabalho imenso aqui neste Congresso na busca de meios orçamentários para ajuda, por meio de loteria, de que participei, com alguma dificuldade, para atendê-lo. Realmente, há dificuldade.

Presto esta homenagem pela voluntariedade, disposição, luta e convencimento daqueles que posam apoiá-lo nessa luta maravilhosa, que é a da Cruz Vermelha Brasileira.

Eu sou um homem que vejo, praticamente todas as vezes que venho a Brasília, saindo de casa, Senador Geraldo, o prédio da Cruz Vermelha, que é muito antigo e fica na avenida próxima ao aeroporto de São Paulo. Aliás, deveria haver um pouco mais de condescendência do Governo para recuperar aqueles prédios que são espetaculares na história da Cruz Vermelha, pela antiguidade que representam.

E aproveitaria para solicitar, se o senhor não se importar, pela importância internacional da Cruz Vermelha, que nasceu na Suíça, uma intervenção da Cruz Vermelha em favor da Paula de Oliveira, que foi covardemente atacada pelos *skinheads* recentemente, segundo a televisão apresentou. Ela foi cortada quase por inteiro, numa ação criminosa, violenta e covarde,

por elementos que pregam o nazismo como uma virtude contra os estrangeiros que têm qualquer tipo de progresso e trabalham em seus países. É uma revolta do povo brasileiro. Tenho certeza de que a Cruz Vermelha poderá intervir junto às autoridades suíças, visto que a resposta do policial – eu, como policial, sinto-me angustiado, Senador Mão Santa – foi: “pergunte à vítima”. Como perguntar à vítima como os fatos ocorreram se a obrigação da Polícia é investigar e punir os responsáveis?

Desculpem-me por me referir a este fato nesta hora em que se presta uma homenagem, uma sessão festiva, mas eu não poderia deixar de referir-me a isso, pois, sem dúvida, a Cruz Vermelha, com sua força, poderá colaborar com as autoridades suíças na descoberta daqueles criminosos covardes. Um dos membros que atacaram a jovem agiu até com uma suástica no fundo da cabeça.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** (DEM – SP) – Pois não, Senador. Não sei se pode.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não é permitido aparte, Senador. V. Ex<sup>a</sup> pode inscrever-se.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Então, peço a minha inscrição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está inscrito o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. ROMEU TUMA** (DEM – SP) – Sei que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> vai somar-se àquilo que me propus aqui. Obrigado.

Angustiado com o que via, Dunant, que foi o fundador, procurou mobilizar a população local em socorro aos feridos de ambos os lados em conflito. Proferiu, então, a frase que se transformaria em mote da instituição: “*Sono Fratelli*”, que quer dizer “são irmãos”.

Em seu livro *Uma Recordação de Solferino*, três anos depois, Dunant propôs a constituição de sociedades de assistência em tempo de paz, mas com enfermeiros que cuidassem dos feridos nas guerras, sob reconhecimento e proteção de um acordo internacional. Surgiu, em consequência, o Comitê Internacional para a Assistência aos Feridos, posteriormente convertido em Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Em 1863, durante uma conferência internacional em Genebra, os representantes de 16 países e quatro instituições filantrópicas oficializaram a Cruz Vermelha como instituição. Para garantir reconhecimento e respeito internacionais a esse serviço, o governo suíço promoveu a Conferência Diplomática de 1864, igualmente em Genebra. Doze governos participantes assinaram

o documento intitulado Convenção de Genebra para o Melhoramento da Sorte dos Soldados Feridos nos Exércitos de Campanha, tido como o primeiro tratado de Direito Internacional Humanitário. Em conferências subsequentes, esse direito fundamental foi estendido a outras vítimas dos confrontos, a exemplo dos prisioneiros de guerra.

Vendo a história, Senador Geraldo, nós podemos alcançar a importância do seu ato, neste dia, propondo esta sessão.

A Cruz Vermelha ganhou grande impulso no transcorrer da II Guerra Mundial, entre 1939 e 1945. Sua atuação repercutiu muito no Brasil, devido principalmente à busca de parentes solicitada por estrangeiros residentes no País. Em seguida, nova conferência diplomática adotou as quatro Convenções de Genebra de 1949, após quatro meses de discussões. E, pela primeira vez, o acordo alcançou a proteção de civis em tempo de guerra.

Hoje, a Cruz Vermelha Internacional conta com mais de 350 milhões de voluntários em todo o mundo, obedientes ao seu estatuto, seus princípios e suas finalidades. O objetivo principal é atuar nos conflitos armados internacionais e nacionais, seja entre forças armadas regulares ou grupos armados identificáveis. As ações também são legítimas durante distúrbios internos, como manifestações, lutas entre facções ou contra o poder estabelecido, porque se apóiam em bases jurídicas e no direito de iniciativa humanitária.

Como sociedade civil, filantrópica e independente, a Cruz Vermelha Brasileira possui personalidade jurídica e filiais em 14 Estados. Desde janeiro de 2000, sua Delegação de Brasília responde por todas as atividades da instituição. O objetivo é prevenir e atenuar os sofrimentos humanos com imparcialidade e sem distinção de raça, nacionalidade, nível social, religião e opinião política. Em determinadas situações, suas ações podem ir além do território nacional.

No âmbito preventivo, dedica-se ao preparo de pessoal profissional e voluntário com cursos de socorristas.

O senhor vê, Senador Geraldo? O trabalho não é só de atendimento, mas de preparação daqueles que possam realmente compor esse exército humanitário que é a Cruz Vermelha.

Nas ações emergenciais, presta auxílio ao Corpo de Bombeiros, ao Exército da Salvação, ao Movimento Bandeirante, aos Escoteiros e à Associação Adventista. Entre os exemplos de suas realizações, figura o recolhimento de 80 toneladas de alimentos destinados a Alagoas durante a grande seca do Nordeste nos anos 90.

Para mostrar sua pertinácia no trabalho assistencial, basta lembrar que, em São Paulo, mantém um hospital dedicado à cirurgia reparatória e plástica em pacientes carentes, portadores de malformação congênita. Não é de embelezamento. São aqueles que, infelizmente, nasceram com malformação congênita e que a Cruz Vermelha atende em cirurgia de especialistas.

Ainda na cidade de onde eu venho, São Paulo, possui um Centro Formador sem finalidade lucrativa, no qual ministra cursos profissionalizantes de baixo custo na área de saúde, como os de auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e técnico em radiologia. Cerca de 560 profissionais nele são formados por ano.

Para promover prioritariamente o Direito Internacional Humanitário, a Cruz Vermelha Brasileira coopera com as Forças Armadas, proporcionando cursos e apresentações e escolas militares, a exemplo do que realizou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e na Escola de Guerra Naval.

Nós verificamos que o Senador Geraldo citou o General Taumaturgo, que chegou a Marechal. Quando da minha gestão na Polícia Federal, encontrei já o Taumaturgo, provavelmente filho do Marechal, com uma dedicação exclusiva à Amazônia, inclusive convocando e convidando várias autoridades para que houvesse laboratório para desenvolvimento das plantas da Amazônia, que, muitas vezes, servem a outros países na produção de medicamentos.

O Senador Mão Santa sabe da importância desse fato.

Também participa da preparação dos militares enviados em missão de paz no exterior. Além do mais, procura difundir os princípios relativos aos direitos humanos e ao Direito Internacional Humanitário entre as forças policiais, como vem fazendo desde a década passada.

Ainda nesse sentido, a partir do ano 2000, a Delegação de Brasília passou a atuar como Centro de Referência e Apoio aos Programas de Difusão daqueles direitos entre as forças policiais na América Latina. Assessora, orienta e apóia delegações do CICV no continente, como aconteceu na Colômbia, Equador, Peru e outros países.

Desde 1933, em decorrência do Decreto nº 23.482, de 21 de novembro daquele ano, o regime federativo da instituição, bem como o funcionamento de seus órgãos regionais e locais, seguem as seguintes diretrizes:

I – cada filial tem patrimônio próprio e vida e administração locais, com sede e foro na cidade em que estiver localizada, sem quebra, entretanto, da organização federativa à

qual fica subordinada e sem prejuízo de ser uma associação civil de personalidade jurídica própria, cuja natureza, finalidades e princípios básicos obedecem às preconizadas no Capítulo I deste estatuto;

II – a iniciativa da criação de uma filial poderá partir das Diretorias das Filiais, da Diretoria Nacional ou, ainda, por iniciativa particular, devidamente autorizada por aqueles órgãos, dependendo a sociedade criada, em qualquer hipótese, do competente reconhecimento, se Municipal, pelo Conselho Diretor Estadual, *ad referendum* do Conselho Diretor Nacional, e, se estadual, por este Conselho.

O ingresso no quadro social da Cruz Vermelha Brasileira é franqueado a todos aqueles que comuniquem dos princípios esposados pela instituição, sem distinções de nacionalidade, raça, sexo, nível social, religião e opinião pública.

Na cidade de São Paulo, bairro de Indianápolis, funciona a operosa filial paulista, fundada em 1912, que possui extensa folha de serviços. Em 1917, essa filial estadual deu origem à Fundação do Hospital de Crianças, o primeiro do gênero no Brasil, com uma capacidade de 30 leitos no primeiro ano e 200 depois. Em 1932, intensificou os cursos de Socorros e Urgência.

De 1939 a 1945, durante a II Guerra Mundial, participou com doações aos países envolvidos no conflito. Na capital paulista, criou uma seção para as vítimas de guerra e instalou 65 postos de pronto-socorro, com médicos, enfermeiras e materiais próprios para intervenções em casos de urgência.

Em 1940, estabeleceu a Fundação da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira – FESP, com cursos de graduação em enfermagem, auxiliar de enfermagem e curso de samaritanas (voluntárias).

Em comodato, no ano de 1959, cedeu uma área de 2.500 m<sup>2</sup> à Associação Paulista para Correção dos Defeitos da Face, que nela construiu e equipou seu hospital especializado.

Em 1989, assumiu a gestão do Hospital dos Defeitos da Face, no lugar da Associação Paulista. E, cinco anos depois, a Escola de Enfermagem passou a chamar-se Centro Formador e de Aperfeiçoamento em Ciências da Saúde.

Desde 2005, a Cruz Vermelha Brasileira – FESP é composta da Entidade Mantenedora, do Hospital dos Defeitos da Face e do Centro Formador e de Aperfeiçoamento em Ciências da Saúde.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fácil é imaginar os riscos que envolvem as atividades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, assim como de outras organizações humanitárias, tanto na paz como

na guerra. Nas últimas décadas, por absurdo que pareça, ao procurar proteger e dar assistência a populações vitimadas, seus representantes têm-se transformado em alvo de extorsões, estupros, raptos e vários outros tipos de violência. Tentam proteger pessoas estranhas, mas a segurança deles próprios é um dilema preocupante.

Por exemplo, a partir da atualização de estudos elaborados por um grupo de pesquisadores norte-americanos e suíços liderados por Dr. Mani Sheik, que analisou 382 casos de morte entre trabalhadores das organizações humanitárias, verificou-se que o número de homicídios está aumentando desde o final da década de 90, mesmo porque os conflitos vêm-se tornando cada vez mais comuns e violentos.

*(A Sra. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Desculpa, Senadora. Um minutinho só para terminar.

Não apenas voluntários jovens, mas também veteranos morrem. Um elevado número de mortes aconteceu em início de carreira e, em grande parte, decorreu de latrocínios.

Além disso, existem atrocidades bélicas que se repetem com estarrecedora periodicidade nas áreas de conflito da atualidade, especialmente no Oriente Médio. Por exemplo, há pouco tempo, um hospital do Crescente Vermelho foi alvo de bombardeios na Faixa de Gaza, sem que até hoje se saiba o exato número de vítimas. Segundo a TV catariana Al Jazira, cerca de 500 pessoas, incluindo médicos e doentes, estavam dentro do hospital no momento do ataque. No mesmo dia, o principal complexo da UNRWA – a agência da ONU para os refugiados palestinos – também foi bombardeado. Sabe-se lá, portanto, quantos voluntários do Crescente Vermelho e da Cruz Vermelha, além de outras organizações humanitárias, já pereceram naquele conflito.

Assim, no momento em que o Senado da República reverencia a Cruz Vermelha Brasileira, por iniciativa do Senador Geraldo Mesquita, pelo transcurso do seu centenário e pelo muito que tem feito, atribuo a esta solenidade também o sentido de protesto e solidariedade. Protesto do Poder Legislativo do Brasil contra a insanidade bélica que, em pleno século XXI, ainda martiriza povos ao redor do mundo. E solidariedade aos milhões de heróis anônimos que, nesses conflitos, protegidos apenas pelo simbolismo da Cruz e do Crescente, dispõem-se ao sacrifício da própria vida para salvar a de terceiros.

Era o que eu tinha de dizer.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a paciência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Romeu Tuma.

Gostaríamos de anunciar a presença do Sr. Contra-Almirante Eimar Delly de Araújo, Vice-Presidente Nacional da Cruz Vermelha Brasileira, e do Sr. Flávio Marcos Tolomelli, Presidente da filial de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, o Senador Crivella, passo a Presidência desta sessão ao Senador Geraldo Mesquita, primeiro subscritor desta solenidade. (Pausa.)

*A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo, com muito prazer, a palavra ao Senador Crivella, que tem o tempo necessário para o seu pronunciamento.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, amigos e convidados que hoje nos honram com suas presenças, Senador Geraldo Mesquita, eu gostaria primeiramente de parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por essa feliz iniciativa de trazer a esta Casa o aniversário centenário de uma entidade com tão bons serviços prestados ao nosso povo.

Quero saudar também o Sr. 3º Secretário da Mesa, Senador Mão Santa, e, em especial, o Sr. Luiz Fernando Hernandez, Presidente nacional da Cruz Vermelha. Quero citar também o Sr. Eimar de Araújo, que é Contra-Almirante e Vice-Presidente nacional da Cruz Vermelha Brasileira, e o Sr. Flávio Marcos Tolomelli, que vem lá da minha terra, Volta Redonda, onde, com muito sacrifício e denodo tem prestado auxílio inclusive às vítimas de Santa Catarina.

Sr. Presidente, senhores telespectadores, no momento em que comemoramos a destacada operação humanitária realizada pela Cruz Vermelha Internacional, com apoio do Governo brasileiro, que resgatou seis reféns das Farcs, temos a felicidade de celebrar os 100 anos de surgimento da Cruz Vermelha Brasileira, fundada em 5 de dezembro de 1908, na minha terra, na minha cidade, no Rio de Janeiro.

A organização nasceu a partir da inspiração trazida pela fundação da Cruz Vermelha Internacional, na década de sessenta do século retrasado, o século XIX. Em princípio, tal qual a instituição original, fundada na Suíça, tinha como foco principal o auxílio aos feridos nos campos de batalha.

Como aqui foi dito, ela foi fundada por um ilustre brasileiro, Oswaldo Cruz.

A entidade se consolidou muito rapidamente e já em 1916 criava a Escola Prática de Enfermagem.

Pouco depois, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, houve a expansão de filiais para outras cidades além do Rio de Janeiro, então capital da República.

Em 1919, já havia dezesseis filiais espalhadas por nosso País!

As atividades da organização logo se ampliaram além de seu escopo inicial, voltado para a atenção aos feridos em campos de combate. Em 1918, por exemplo, grassava a terrível gripe espanhola, que matou mais pessoas do que a Primeira Guerra Mundial. No combate à doença, a Cruz Vermelha Brasileira teve papel destacado, não se abstendo de agir mesmo quando alguns de seus membros faleceram em decorrência daquela epidemia.

Nas décadas seguintes, continua a agir em duas frentes. A primeira, aquela sua original, de atender os feridos em guerra, como fez durante a Segunda Guerra Mundial; a segunda, quando ajudou a enfrentar doenças como a tuberculose.

Em tempos mais recentes, tem atuado de maneira bastante destacada na ajuda às vítimas de calamidades naturais. Nos anos 80, por exemplo, lançou campanha chamada “Faça chover no Nordeste”, destinada a obter alimentos e doações em dinheiro para desvalidos daquela região do Brasil.

Ainda na década de 80, lançou campanhas em favor de milhares de atingidos pelas chuvas na Bahia, Minas Gerais e Maranhão.

Nos anos seguintes, campanhas semelhantes se repetiriam, prova cabal da presença marcante da Cruz Vermelha Brasileira no dia-a-dia do nosso povo, em especial aquele mais sofrido.

No despertar do século XXI, a Cruz Vermelha se depara com novos desafios. De um lado, a própria necessidade de se reestruturar administrativamente com, por exemplo, a aprovação de seu novo Estatuto após 26 anos de discussão.

Além disso, é de se destacar que, quando do *tsunami* no Oceano Índico, a entidade conseguiu arrecadar a quantia de US\$705 mil.

Atualmente, a Cruz Vermelha Brasileira amplia o seu campo de atuação, desenvolvendo atividades em favor dos atingidos por catástrofes naturais, tanto no Brasil quanto no exterior.

Diante das atividades meritórias desenvolvidas ao longo desses últimos cem anos, Senador Geraldo Mesquita, pareceu-me mais do que razoável apresentar o projeto que apresentei em 2004, o Projeto de Lei

do Senado nº 110, que concede a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números realizados pela Caixa Econômica Federal para a Cruz Vermelha Brasileira.

Esse projeto, para o qual peço a atenção devotada de meus companheiros, visa sanar uma atual injustiça. A Cruz Vermelha Brasileira tem uma participação no prognóstico da Loteca. Porém, esse tipo de jogo, Senador Geraldo Mesquita, já não traz recursos significativos, arrecada pouco. O meu projeto previa alterar a fonte de recursos: da Loteca para a Mega-Sena, onde os recursos são muito maiores. Discutimos isso na ocasião com o Senador Romeu Tuma e com o Senador Eduardo Suplicy, que aperfeiçoou o projeto para que, em vez de ser um prognóstico anual, fossem 0,15 de cada um dos prognósticos nas 52 semanas do ano. E nós temos, Senador Geraldo Mesquita, interesse vivo de que a matéria seja aprovada, prossiga, e a Cruz Vermelha tenha recursos para continuar prestando seu valioso serviço.

Durante a tramitação desse PLS, como citei, o Senador Eduardo Suplicy apresentou uma emenda para aperfeiçoá-lo. O projeto foi aprovado e hoje está na Câmara dos Deputados com o número 2.978. Conclamo meus companheiros, colegas Deputados, especialmente o Presidente da Comissão de Seguridade Social e da Família, que é o Deputado Jofran Frejat, do PR, Partido da República, para ajudar-nos a promover a aprovação do PL nº 2.978, 2008, que trará mais recursos para a Cruz Vermelha Brasileira.

Sr. Presidente, eram essa as minhas breves palavras.

Chamo a atenção do público brasileiro que nos assiste pela TV Senado para a necessidade e a importância, neste momento da vida nacional em que o Brasil se caracteriza, para nossa tristeza e vergonha, como o país de maior desigualdade ou de maior concentração de poder e renda entre as mais de 270 nações do mundo, de prestigiarmos, de estarmos atentos a essas entidades que prestam um valioso serviço à Nação ao promoverem a solidariedade dentro do mais profundo espírito cristão.

Agora mesmo, estamos assistindo a uma crise mundial no sistema financeiro. Essa crise nasce em decorrência da falta de uma política de habitação nos Estados Unidos.

Havia um grande interesse, uma grande demanda por casas entre os pobres, aqueles que, mais tarde, foram chamados de ninjas, *subprime* – ninja, Senador Mão Santa, porque em inglês dizem *no income*, não têm salário; *no job*, não têm emprego; *no assets*, não têm propriedades. Eram, então, os ninjas.

A crise mundial nasce porque as famílias ricas, as empresas e os bancos – o sistema financeiro nos Estados Unidos é imenso – resolveram pactuar com os pobres o sonho da casa própria. Não havia, porém, nenhuma intenção de ajudar os pobres, havia um contrato com juros pós-fixados. Eram muito baratos os juros no princípio, depois subiram, subiram muito, e, quando subiram, sete milhões de mutuários, pobres, armadilhados, passaram a inadimplentes.

Senador Geraldo Mesquita, havia um consenso entre os economistas americanos e os assessores do mercado financeiro segundo o qual, mesmo que os pobres perdessem suas casas, mesmo que eles fizessem um péssimo negócio, os credores poderiam executar as hipotecas e ficar com os imóveis, e o sistema imobiliário americano não teria problemas para absorver aqueles imóveis – acreditavam que poderia haver, numa região ou noutra, uma variação de preço negativa, mas as casas sempre teriam valor e sempre se valorizariam. E o insucesso dos pobres? Paciência! Isso é o mundo capitalista, é assim que as coisas acontecem.

Mas não foi isso que aconteceu não. Quando começaram a executar as promissórias, o valor das casas desabou, não havia mercado para comprá-las, os bancos perderam a liquidez, a crise passou a ser uma crise de confiança, os títulos que se espalharam pelo mundo inteiro geraram uma quebradeira tremenda. Havia alguma maneira de evitar a queda de preços no mercado imobiliário americano, de as casas não perderem valor, de os títulos, os empréstimos, as hipotecas não se tornarem títulos podres? Havia, havia uma maneira, desde que os credores compactuassem que não iriam executar as casas. Mas não houve esse acordo, porque a ambição do homem, ainda que isso cause prejuízos próprios, é incontornável.

No Congresso americano se tentou passar uma lei relativa ao assunto, mas seria impossível tirar o direito dos credores de executar hipotecas e tomar, de mutuários inadimplentes, suas casas. No entanto, era possível desestimular, para o bem próprio dos credores e do mercado financeiro, a execução. Mas isso não passou não! Continuaram executando, o preço de mercado das casas caiu muito, e a crise atingiu o mundo inteiro.

O que eu quero dizer aqui, o contraponto que eu quero fazer é exatamente entre um trabalho de mais de cem anos (faz cem anos no Brasil, mas mais de cem anos no mundo) que prega exatamente o contrário: a solidariedade entre os homens, a fraternidade e a solução de todos os problemas, inclusive esses econômicos, através do acordo, do meio pacífico, do amor cristão, que é o que falta aos homens.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> é um cientista, é um médico. Hoje, na capa da *Veja*, aplaude-se Darwin e diz-se que aqueles que acreditam na Bíblia estão na Era das Trevas. Imagine! A teoria de Darwin é apenas uma teoria. Mais de setecentos cientistas que discordam dessa teoria do evolucionismo, mais de setecentos cientistas... Eu digo aqui aos ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, a matéria da revista *Veja* é tão arrogante. Mas aqueles que forem à internet no *site* verão lá mais de setecentos cientistas renomados do mundo inteiro, alguns até Premio Nobel da Paz, que não concordam. Não concordam por quê? Porque a teoria dele traz a vida surgida de uma ameba. E quem deu vida a essa ameba? E onde estão todos os fósseis que podem provar que uma espécie dá origem a outra? Onde está um fóssil sequer de um anfíbio, de um peixe com réptil, metade réptil metade peixe? Não existe. Ou algum ser que seja metade macaco e metade homem, ou metade animal metade ave. Onde está um? Desde há 150 anos que essa teoria percorre a intelectualidade, as universidades. Onde está um fóssil sequer? Encontramos fósseis de todas as eras e de todas as formas, mas não um que prove que de uma espécie se cria outra.

Portanto, é uma teoria. E aqueles que a defendem precisam ter uma fé religiosa, precisam acreditar em milagres, como eu acredito.

Senador Mão Santa, eu acredito em Deus, eu acredito que foi Deus quem criou o Universo e, desde que Ele o criou, nada surgiu do nada; tudo é transformado. Aliás, é a primeira lei – passo a falar até como engenheiro civil –, a primeira lei da termodinâmica é esta: energia não se cria, não se destrói. Lei provada, não é teoria. É como as leis de Newton, da mecânica...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Lavoisier.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Lavoisier também. Nada se cria.

O que quero ressaltar aqui é esse trabalho da Cruz Vermelha e esses heróicos companheiros que, com dificuldades financeiras e com prejuízo do seu lazer, das suas horas próprias, constroem sobre as cinzas das tragédias e das armadilhas do destino a esperança daqueles que contam com a Cruz Vermelha.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Crivella. Parabéns pelo brilhante pronunciamento.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar a presença da Sr<sup>a</sup> Katia Kousak, Conselheira Fundadora da Cruz Vermelha Brasileira em Brasília; da Sr<sup>a</sup> Silvia Backes, representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; e, mais uma vez, registrar

a presença do Dr. José Mattos, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira na Bahia.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Eduardo Suplicy, que poderá fazer uso do tempo que achar necessário para o seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Presidente, Senador Geraldo Mesquita; Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Mão Santa; Presidente Luiz Fernando Hernández, Presidente Nacional da Cruz Vermelha brasileira; Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores; Sr. Contra-Almirante Eimar Delly de Araújo, Vice-Presidente Nacional da Cruz Vermelha; Sr. Flávio Marcos Tolomelli, Presidente da filial de Volta Redonda, da Cruz Vermelha; quero cumprimentar a Cruz Vermelha pelos seus 100 anos e dizer quão importante tem sido esse trabalho voluntário de milhares de pessoas. Nas circunstâncias mais difíceis, que preocupam muitas vezes as populações, como pudemos testemunhar há algumas semanas quando as fortes chuvas causaram estragos extraordinários em Santa Catarina, a Cruz Vermelha mobilizou pessoas no Brasil inteiro para levar a sua solidariedade, e muitos têm sido os episódios como este.

Gostaria de lhes transmitir que, quando o Senador Marcelo Crivella, ainda no ano passado, ponderou a mim que seria importante assegurar, no projeto de lei já aprovado pelo Senado, recursos de parcela pequena das apostas da Loteria Federal para a Cruz Vermelha, achei de bom senso que isso pudesse contribuir, para que isso pudesse assim ser assegurado. Informo a V. Ex<sup>a</sup> que, lá na Câmara dos Deputados, está agora esse projeto para ser votado. Há um parecer da Deputada Angela Portela que faz uma ligeira modificação. E seria interessante nós dialogarmos com ela. Eu me propus, junto ao Senador Geraldo Mesquita, a também dialogar com a Deputada, que é do Partido dos Trabalhadores, para assegurar à Cruz Vermelha os recursos necessários.

Gostaria também de aqui enaltecer mais uma ação da Cruz Vermelha Internacional, que, em cooperação com as Forças Armadas Brasileiras, o Ministério da Defesa, nessas últimas semanas, teve uma ação destacada no resgate de sequestrados pelas Farc ali na Colômbia. E, graças a um entendimento entre o Governo da Colômbia, o Governo brasileiro, o Ministério da Defesa, com a participação muito significativa da Cruz Vermelha, é que se permitiu que... Eu, inclusive, assisti ao depoimento de 17 membros do Exército Brasileiro, das Forças Armadas Brasileiras, que disseram que, embora não seja o costume deles andarem desarmados, para essa missão todos foram desarmados no helicóptero com a inscrição da

Cruz Vermelha até o meio da selva, na Colômbia. Só puderam saber para onde iriam trinta minutos antes de cada ponto para onde se deslocavam. Portanto, uma missão altamente delicada, onde tudo poderia eventualmente acontecer, mas houve ali a garantia do Governo colombiano, do Governo brasileiro e da Cruz Vermelha, como uma entidade que possibilitou esse resgate de algumas pessoas que haviam sido sequestradas, primeiro, membros das Forças Armadas da Colômbia; depois, ex-Governadores, ex-Deputados. Portanto, representantes do povo.

O que eu espero é que possam, o Brasil e as autoridades da Colômbia, continuar essa cooperação, inclusive com a Cruz Vermelha, para chegarmos à extinção do procedimento de se sequestrarem pessoas, como a ex-Senadora Ingrid Betancourt e esse outro Governador, que ali ficaram por sete, oito anos, distantes de seus entes queridos, de seus filhos, de suas esposas... Então, que logo venha a prevalecer o bom entendimento. E que bom que a Cruz Vermelha existe para, em horas como essas, colaborar.

Eu também, assim como o Senador Romeu Tuma, pedi a cooperação da Cruz Vermelha para que haja um melhor entendimento diante do gravíssimo episódio ocorrido ontem perto da cidade de Zurique, quando a Sr<sup>a</sup> Paula Oliveira foi violenta e barbaramente atacada por três pessoas, quando ela saiu da estação de metrô, ali nos arredores de Zurique. Ela estava conversando em português com a sua mãe, que se encontrava em Recife, e possivelmente três suíços pertencentes a um partido denominado UDC, União Democrática de Centro, ou melhor, do Partido do Povo da Suíça, cuja sigla é SVP, na hora em que viram uma pessoa brasileira, que, aliás, tem um namorado suíço, mas porque falava português, identificaram-na como uma possível imigrante. Na verdade, ela estava inteiramente legal, com companheiro suíço. Eis que a agarraram, levaram-na a um parque, onde tiraram parte de sua roupa e, com um estilete, a feriram na barriga, fazendo inúmeros cortes, marcando no seu corpo a sigla SVP, do Partido do Povo da Suíça, que é um partido de extrema direita, justamente para procurar demonstrar a sua oposição a estrangeiros.

Gostaria de informar que, ainda há pouco, conversei com a nossa Cônsul em Zurique, Sr<sup>a</sup> Vitória Clever, que diz estar procurando tomar todas as informações das autoridades suíças policiais sobre o que de fato aconteceu; que providências estão sendo tomadas para resolver esse assunto. Há vinte minutos, procurei a Sr<sup>a</sup> Paula Oliveira, que obviamente está acamada, mas falei com a mãe dela. Paula é filha do Sr. Paulo Oliveira, que é amigo do Senador Heráclito Fortes e trabalha com o ex-Governador e Deputado Roberto

Magalhães, de Pernambuco. A mãe, a esposa do Sr. Paulo Oliveira, já se deslocou para a Suíça para ficar junto da sua filha, que se encontra em recuperação. Infelizmente, ela perdeu os três...

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Dois filhos.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – ...os dois filhos que esperava. Esperava gêmeos. Estava grávida de três meses e infelizmente...

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Foram dois homicídios.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – São dois homicídios, na verdade, o que aconteceu.

A nossa Embaixadora Vitória Clever está tomando todas as providências. Há pouco telefonei para a embaixada suíça para tentar dialogar com o embaixador Wilhelm Meier, que se encontra no Rio de Janeiro. Atendeu-me atenciosamente o Sr. Claude Crottaz, que informou que, obviamente, a maioria do povo suíço e o Governo da Suíça reprovam essa ação criminosa, que de maneira alguma podem estar de acordo com qualquer ação brutal dessa natureza e que estão tomando as providências necessárias.

Quero aqui, portanto, expressar a minha solidariedade à família de Paula Oliveira, atacada e torturada por três neonazistas na cidade suíça de Dubendorf, na periferia de Zurique. Levada para um parque, foi espancada por 15 minutos e teve sua roupa parcialmente arrancada. Um deles usou um estilete para cortar barriga, braços, rosto, tórax e pernas. Ela ficou marcada em várias partes do corpo, disse a nossa representante na Suíça, Vitória Clever.

É importante que, neste momento em que homenageamos a Cruz Vermelha, possa também essa entidade associar-se a nós, por sua presidente e seus diretores, para estarmos todos solidários a que problemas dessa natureza não se repitam, e inclusive que possamos sempre externar o nosso respeito por aqueles que vêm de outros países. E que isso ocorra em cada país e também na Suíça.

O Presidente Lula está definindo nestes dias uma legislação para acolher melhor aqueles que vêm de outros países, procurando legalizar a sua situação. Será muito importante que na Suíça isso também possa ocorrer com pessoas de todas as nacionalidades, inclusive com os que falam português.

Sei de muitos portugueses, em anos em que não era permitido ainda aos portugueses irem para todos os países, mas que em enorme número foram trabalhar na Suíça. Hoje, felizmente, na União Européia, pessoas de todas as nacionalidades podem escolher onde viver, estudar e trabalhar. Isso é um avanço que deve ser até um exemplo para nós, nas três Américas,

para que não haja mais muros que separem povos de quaisquer origens.

Eu quero aqui cumprimentar a Cruz Vermelha Internacional e o Senador Mesquita pela iniciativa de propor homenagem aos cem anos da Cruz Vermelha.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy, obrigado pelo seu pronunciamento.

Convidamos a Senadora Rosalba para fazer uso da palavra, pelo tempo que achar necessário para o seu pronunciamento.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Senador Geraldo Mesquita e signatário do requerimento desta sessão solene em homenagem aos cem anos da Cruz Vermelha; Sr. Luis Fernando Hernandez, Presidente Nacional da Cruz Vermelha; Sr. Contra-Almirante Eimar Delly de Araújo, Vice-Presidente Nacional da Cruz Vermelha; Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, convidados aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores.

No último dezembro, a Cruz Vermelha brasileira completou cem anos de fundação. Sinto-me no dever de, desta tribuna, registrar tão expressiva data por tudo o que esta centenária instituição representa para todos nós. Em verdade, todos os que acreditam em valores que realçam e fortalecem a dignidade humana são tributários da obra meritória que a Cruz Vermelha desempenha em nosso País e pelo mundo afora.

Comprometida incondicionalmente, em primeiro lugar, com a humanidade, a Cruz Vermelha jamais se afasta do caminho a que se propôs, do que resulta permanente subordinação aos princípios da neutralidade, da imparcialidade e da independência. Universal na abrangência de suas ações, ela enobrece e eleva ao máximo a noção de trabalho voluntário.

Doar é o verbo que a conduz ao longo do tempo.

Fundada em 5 de dezembro de 1908, a Cruz Vermelha brasileira atua na forma preconizada pelas convenções de Genebra. Isso significa dizer que está voltada para o amparo às vítimas dos confrontos bélicos, sejam civis, sejam militares. Em tempos de paz, leva a sua ajuda humanitária aos que sofrem os efeitos de catástrofes e desastres naturais, a exemplo de seca e de enchentes, além de preparar, de orientar, de auxiliar na saúde, também preparando jovens e voluntários para a assistência em momentos de urgência.

Queria, Sr. Presidente, somar-me ao apelo de outros Senadores, de outros oradores que me antecederam.

Nós estamos em tempo de paz. Pelo menos nessa paz que nós... Não sei se seria a palavra mais correta, porque hoje nós temos as guerras urbanas; nós temos tantos distúrbios, tantos confrontos pelo mundo afora, em outras regiões. Mas queria, neste momento, pedir à Cruz Vermelha, que é tão solidária, tão humanitária; tão defensora da liberdade, que fique ao lado dessa nossa irmã nordestina, dessa mulher que foi, de certa forma, violentada, que foi agredida por aqueles que de maneira tão revoltante não aceitam que nesse mundo possamos dizer um para o outro que somos irmãos. Estejamos nós onde estivermos, em que país estivermos, temos de respeitar, mais do que nunca, o direito de ir e vir e o direito de todos de construir a sua vida, ter o seu trabalho e a sua luta.

Essa mulher perdeu os filhos que estava gerando. Foi agredida sem razão nenhuma, sem qualquer motivo, pelo simples fato de estar falando uma língua que eles não respeitaram, porque é a língua de um povo forte e bravo, como o povo brasileiro.

Então, eu gostaria de me somar a essa luta, a esse esforço de todos, para que diante desse fato tão grave, tão revoltante, mais uma vez possamos nos colocar todos nós, não somente mulheres, mas homens e mulheres, lado a lado, contra a violência em todas as suas formas e dessa vez contra a violência cometida contra uma mulher. Na realidade, a cada segundo no mundo e neste País uma mulher é agredida das mais diversas formas, mas essa foi uma agressão não somente contra a mulher, mas contra uma cidadã brasileira que representa homens, mulheres e os filhos dos homens e das mulheres brasileiras.

A missão a que se devota a Cruz Vermelha brasileira, que bem pode ser sintetizada na contribuição para a melhoria das condições de saúde da população e na organização de serviços de socorro de emergência em situações de calamidade, não poderia ter conhecido início mais auspicioso. Seu primeiro Presidente foi ninguém mais, ninguém menos que Osvaldo Cruz, patrono da saúde pública em nosso País, incansável condutor das principais campanhas sanitárias que o Brasil conheceu no início do século XX.

Sr. Presidente, aqui eu gostaria de fazer uma observação – o Senador Mão Santa é médico, como eu: o Brasil deixou de valorizar o médico sanitário. Na realidade, muitas das doenças que temos hoje, das endemias, das epidemias, são provenientes exatamente da falta de uma ação sanitária maior no nosso País. Eu digo isso porque tenho pautado a minha profissão e também a minha vida pública na defesa das ações que estruturam as cidades com mais saneamento, com mais condições para que todas as crianças, para que

a população, de maneira geral, possa receber mais ações preventivas de saúde.

É preciso que o calendário de vacina seja ampliado, que dele não conste apenas essas vacinas de rotina, mas também tantas outras vacinas que já poderiam ser consideradas obrigatórias dentro desse calendário para as crianças, para os jovens, para as mulheres brasileiras. Aí nós estaríamos, com certeza, reduzindo, acabando, eliminando muitas das doenças, muitas das moléstias que ainda... Nesses tempos modernos parece que ainda vivemos, infelizmente, na antiguidade, quando não havia como prevenir tais doenças.

A função do sanitaristas é importantíssima! E Osvaldo Cruz foi um exemplo para todos nós – ele foi o primeiro presidente da Cruz Vermelha – pela sua característica de solidariedade, de humanismo. Ele sabia que com a participação de todos aqueles que querem doar um pouco de si nessa soma de esforços nós podemos ter um mundo com mais justiça, um mundo com mais paz, um mundo com mais solidariedade.

Registro com satisfação que o Estado brasileiro sempre teve a necessária sensibilidade para reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pela Cruz Vermelha entre nós. Do nascedouro aos dias atuais as três esferas do Poder público e os mais distintos governos – independentemente de formação ideológica e de filiação político-partidário – souberam identificar na Cruz Vermelha brasileira a instituição séria, abnegada e altruísta que a Nação aprendeu a admirar. Por isso, é oficialmente reconhecida como de utilidade pública municipal, nacional e internacional, pelos procedimentos adotados desde 1910, logo nos primeiros tempos de funcionamento da instituição.

Ficam aqui, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meus mais efusivos cumprimentos a todos que fizeram essa heróica trajetória de cem anos da Cruz Vermelha Brasileira.

Eu queria aqui fazer uma referência especial àqueles que, podemos dizer assim, são os anônimos da Cruz Vermelha. Quantos! Em todos os recantos! No meu Estado, Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, eu, como estudante, tive oportunidade de conhecer o trabalho da Cruz Vermelha, o trabalho de fazer cirurgias restauradoras, de levar, por meio da medicina, a paz... Na minha cidade, Mossoró, também existia um grupo da Cruz Vermelha. Eu, como Prefeita, em quantas ações foram possíveis nos somarmos. A Cruz Vermelha estava sempre presente, sempre solidária, sempre chegava na primeira hora das necessidades, das angústias, quando as cidades passavam por alguma dificuldade, alguma catástrofe, alguma calamidade.

Então, registro o reconhecimento ao trabalho de todos. Desejo vida longa à Cruz Vermelha brasileira!

Que sua trajetória sirva de modelo a todos nós que nos sentimos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, menos desigual e essencialmente fraterna.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senadora Rosalba! Parabéns pelo pronunciamento, pelo que agradecemos.

Convidamos, em seguida, o Senador João Pedro, para fazer uso da palavra.

O Senador Zambiasi solicitou um aparte há poucos instantes. Por deliberação da Presidência da Casa, nessas sessões especiais não cabem apartes, mas se V. Ex<sup>a</sup> tiver interesse, ficará inscrito para fazer uma manifestação, mesmo que breve.

Senador João Pedro com a palavra.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, Presidente desta sessão e responsável por este momento do Senado da República; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; Senador Mão Santa, nosso 1º Secretário; Sr. Presidente Nacional da Cruz Vermelha, Luis Fernando Hernandez; Eimar Delly de Araújo, Vice-Presidente Nacional da Cruz Vermelha; Presidente da filial de Volta Redonda, Flávio Marcos Tolomelli, a propositura do Senador Geraldo Mesquita, do Estado do Acre, de prestar esta deferência, esta homenagem à Cruz Vermelha, tendo em vista a história da Cruz Vermelha no Brasil, é justa. Quero parabenizar o Senador por ter proposto esta sessão.

A Cruz Vermelha, que não é só brasileira, mas uma instituição do nosso planeta, uma instituição do mundo, de relevantes serviços prestados, de gestos corajosos, de atitudes solidárias; uma instituição que age sem olhar fronteiras; uma instituição que rompe limites e que faz história.

Quero parabenizar a Cruz Vermelha do Brasil por tudo que fez, por tudo que faz, e quero destacar aqui uma atitude, um gesto de vocês em Santa Catarina, nesse final de ano dramático, que comoveu não só os familiares, o Estado de Santa Catarina, mas o Brasil. Lá estavam vocês brasileiros, de Volta Redonda, toda a Cruz Vermelha brasileira, na dor, lutando em defesa da população que vivia aquele momento de angústia e vive até hoje.

Então, quero registrar essa história de coragem. A história é rica, vem do início do século passado. Não é fácil organizar uma instituição de voluntários. Não é simples isso. A Cruz Vermelha recebe esta homenagem, mas também a sociedade brasileira merece os parabéns, porque cada brasileiro, cada médico, cada enfermeiro, cada odontólogo, cada cidadão que se engaja segurando essa cruz merece os parabéns.

Então, a sociedade brasileira também se expressa na solidariedade na história dos cem anos. Como foi bonito ver a cruz vermelha da instituição no momento do resgate na Colômbia, nessa operação exemplar junto com o Comando Militar da Amazônia! Lá estavam vocês, participando dessa saída, desse resgate no processo doloroso que vive a Colômbia.

Destaco também, em nível internacional, a presença e o esforço da Cruz Vermelha na Faixa de Gaza há poucos dias, prestando solidariedade com coragem e esse olhar, esse princípio da Cruz Vermelha de estar ao lado de quem precisa do auxílio, da cirurgia, do alimento e do afeto. Chamou-me muito a atenção de ver a coragem dessa instituição em estar na Faixa de Gaza.

Ao mesmo tempo, registrando a coragem da instituição, repudio aqui o gesto criminoso de Israel, quando, sem nenhum critério, bombardeou um espaço que deve ser intocável, que é o espaço da ONU, da Cruz Vermelha.

É abominável. E eu quero aqui, da tribuna do Senado, nesta sessão, dar os parabéns a vocês, da Cruz Vermelha, mas repudiar a violência, a intolerância, a covardia de bombardear espaços de instituições que zelam pela democracia, pela liberdade, por direitos.

Então, encerro aqui falando dessa história bonita da Cruz Vermelha, em nível internacional, e destacando também a presença da Cruz Vermelha na história do Brasil.

Vocês merecem parabéns, vocês merecem nosso reconhecimento.

Muito obrigado Presidente Geraldo Mesquita Júnior, autor da propositura. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> também.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Agradeço também, Senador João Pedro, pelo pronunciamento, e parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelas palavras bonitas proferidas.

Convido, em seguida, o nosso 3º Secretário, Senador Mão Santa, representante do Estado do Piauí, para fazer uso da palavra.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão destinada a homenagear os cem anos da Cruz Vermelha no Brasil.

Sr. Luiz Fernando Hernández, Presidente Nacional da Cruz Vermelha Brasileira; Sr. Contra-Almirante Eimar Delly de Araújo, Vice-Presidente Nacional; Sr. Flávio Tolomelli, Parlamentares presentes, encantadoras senhoras, meus senhores, brasileiros e brasileiras que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Geraldo Mesquita, esta é a primeira vez que cito nominalmente. Quase sempre cito uma autoridade para saudar todos. Realmente V. Ex<sup>a</sup>, com este gesto, a homenagem à Cruz Vermelha, engrandece este Senado da República.

Nós já ouvimos aqui os oradores que nos antecederam e eu iria falar o que sinto de coração e o que vi na minha vida.

Será que realmente ela nasceu com a inspiração de um suíço em 1858, Henry Dunant, para socorrer os feridos e os mortos em batalha na Itália? Acho que está ligada à Itália, mas vendo as instituições, nos meus 66 anos de idade, acho que nenhuma hoje, no mundo, simboliza unidade, amor, respeito, solidariedade. E acho que ela pode ter nascido na Itália até muito antes, muito antes disso.

Mozarildo, ali está o Marco Maciel, que é ícone cristão, católico. Marco Maciel, eu acho que ela nasceu na Itália, mas foi quando Francisco Santos, meu patrono, andava mundo afora com uma bandeira “Paz e Bem”. Paz e Bem, é essa instituição. Ela é aquilo que os filósofos diziam. Nós estamos perplexos, mas temos de ter a crença de que o bem vence o mal. Ela é o bem, vencendo a maldade, a guerra, as atrocidades. É a crença na vitória do bem. E estamos a comemorar aqui.

E Geraldo Mesquita, V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz. Estamos a comemorar, mas temos muito que fazer. Aí a razão disso. Atentai bem! Foi uma vitória até do Brasil. Nós somos retardatários. Esta República que vivemos aqui gritaram lá na Europa, na França, liberdade, igualdade e fraternidade; cem anos depois é que passamos a gritar aqui e a viver aqui. Cem anos! Aquela outra vergonha, a nódoa maior da humanidade – e está ali o Paim, testemunha e lutador, que traduz e ouve o povo –, começa a se redimir com a eleição de Obama. Mas nós fomos vergonhosamente o último. O último! O último, João Pedro! Olha que um dos maiores Parlamentares, Joaquim Nabuco, era voz isolada aqui, era minoria; pior ainda, não conseguiu se eleger porque os poderosos já dominavam a política, e aí não conseguiu exercer sua profissão de jornalista e advogado de Pernambuco, e foi ganhar apoio e reconhecimento noutros países. Então somos retardatários, fomos o último. Aqui até que melhorou, porque foi em 1858, e conta a história de que um suíço, Henri Dunant, numa missão diplomática, estarecido com os malefícios da guerra em solo italiano, em Piemonte, começou a unir aqueles que tinham sensibilidade a defender.

Então, cinquenta anos depois, ela estava instalada no nosso País. Quer dizer, esta nos sensibilizou mais do que todas. Mas, Marco Maciel, isto é uma vergonha. Geraldo, quis Deus V. Ex<sup>a</sup> estar aí, e eu quero

premiar os Estados brasileiros. E atentai bem: somos 27 Estados. Só em 16 Estados frutificou a existência da Cruz Vermelha. Então, quero citá-los e homenageá-los, como homenagem os dirigentes aqui, citei-os, emocionado. E uma raridade: foi a primeira vez que usei estes papeizinhos. Sempre digo: “como são tantas”, aquele papo, “poderia esquecer algum nome”, aí cito só um e vou embora, mas essa eu fiz, porque essa é única. Como da mesma maneira diz o Padre Antonio Vieira que um bem não vem só, é acompanhado de outro bem, eu quero homenageá-los.

Alagoas, Presidente Dr<sup>a</sup> Sandra Morais Amaral de Souza. Até fico envaidecido porque sou Francisco Morais de Souza, ela é Morais de Souza também.

Amapá, Presidente Professor Danorton Tadeu Gomes.

Amazonas... João Pedro, dê um abraço no Presidente Francisco de Assis Portela, médico.

Ceará, Presidente Dr. Mário Hesse Leão.

Distrito Federal, Presidente Capitão Paulo José Barbosa de Souza.

Maranhão, Presidente Professora Carmem Maria Teixeira Moreira Serra.

Mato Grosso, Presidente Major Paulo Eduardo de Carvalho Wolkmer.

Mato Grosso do Sul, Presidente Dr<sup>a</sup> Irene Corrêa da Silva.

Minas Gerais, Presidente Dr. Délzio de Moura Bicalho.

Pará, Presidente Dr<sup>a</sup> Vânia Maria da Costa Mendonça.

Paraná, Presidente Dr. Lauro Grein Filho.

Rio Grande do Norte, Presidente Pastor Anselmo Rodrigues da Costa.

Rio Grande do Sul – Paim, Zambiasi – Presidente Vera Maria Nunes Michels.

Santa Catarina, Presidente Professora Rosângela Aparecida Zavarizi Medeiros.

São Paulo, Presidente Dr. Jorge Wolney Atalla.

E a Bahia – não tem o nome do Presidente... José Matos... Está de presente e que o Senhor do Bonfim o abençoe... E que nós... Eu quero me comprometer com o grande presidente, buscar um nome no Piauí, levando essa instituição grandiosa – universal – a nosso Estado. Como Geraldo Mesquita, com certeza, já o fez pensando em levá-la para o Acre. Então, que os outros estados se sensibilizem.

Mas o que eu diria é o seguinte, Marco Maciel: Nós nascemos na guerra. E este aqui viveu as guerras. Todas! A Primeira Guerra Mundial (as grandes, não é?). A Primeira Guerra Mundial, em 1914, e a Segunda, quando nasci. Eu nasci em 1942. Era a guerra... Muita!

E vi a influência. Os filmes a que assistimos, os jornais, o rádio, hoje a televisão, aquela moral que todos nós paramos quando nós vemos essa Cruz Vermelha.

Mas agora que eu senti isso, a força dessa... Eu quero confessar até para a minha cidade e vou com toda a sinceridade contar o fato. Eu estava, acho, terminando o primário, começo dos anos cinquenta, e tinha um médico muito humanitário, Dr. Ormeu do Rego Monteiro, cunhado de um santo Padre Antonio Sampaio, o cunhado dele era padre. Eu sei que esse médico para ir lá ia de Jeep – eu não sei se vocês sabem, porque é muito Jeep –, Marco Maciel, que é do Nordeste. Então, Paim, ele chegava na nossa escola primária, Professora Edméa Morais Ferraz, e buscava alguns e vestia de branco com essa cruz vermelha e um gorro. Eu era o primeiro – não era com intenção, eu nem entendia direito de solidariedade. Mas, naquele tempo, como hoje é a Aids, era a Tuberculose. Eu vi, e como vi pessoas se engasgarem com a tosse e vomitar, hemoptise, sangue e morrer. Era muito comum. E esse homem humanitário, que já morreu, queria fazer o primeiro núcleo de assistência. E ele nos colocava com essa cruz vermelha aí de branco, como médico, pequeno e um gorro vermelho. Eu era o primeiro a pular no Jeep do homem – mas porque eu queria gazejar aula, vou ser franco –, a professora liberava, e eu já ia com as outras colegas de geração. Mas eu conto aqui o respeito. Olha, Geraldo Mesquita, a moral que tem essa cruz! Eu conto aqui que o povo dava dinheiro, Marco Maciel.

Construímos lá a primeira unidade, Nasad. Dava dinheiro e não demorava, não. Saltava do jipe, já ia nas firmas. Ele tinha uma sacolinha que tinha também a cruz. E o povo dava dinheiro; os empresários e o povo. Em pouco tempo, ele constrói.

Quis depois Deus que ele fosse embora tuberculoso. O governo começou a enfrentar e esse prédio passou à prefeitura. Deus me permitiu ser Prefeito e eu peguei e o transformei no primeiro pronto-socorro municipal do Estado do Piauí, na cidade de Parnaíba. Esse mesmo prédio, recordo.

Olha, nunca vi tanto entusiasmo, carinho e crença quando era recepcionado. O povo acreditava mais, Geraldo Mesquita, naquele menino de bata e de gorro do que hoje como Senador. Dava e dava...

Então essa é a história da Cruz Vermelha.

Nós queremos aqui justamente dizer que essa é uma história bela, das mais belas. E o Senado se engrandece, não esquece isso. Isso está sendo importante.

Nós estamos mostrando o País, diferindo o joio do trigo, envergonhados de tanta ONG que vemos

aqui na CPI. Essa não! Essa é do voluntariado, é da decência e da dignidade.

Então hoje, com essa simplicidade, esta se torna uma das importantes solenidades de homenagem.

Então queríamos apenas dizer isto, do respeito, acreditando que ela nos inspira e podemos construir aquilo que sonhamos: um mundo melhor.

Ela não se restringiu como o nosso líder que ganhou o Prêmio Nobel, o suíço Henri Dunant; ela passou não só a viver e a minimizar os sofrimentos das guerras, mas de todas as calamidades que existem no mundo. Ela está nos terremotos, no país todo, nas inundações, nos tufões, nos ciclones, nas secas.

E tenho certeza de que a Cruz Vermelha estará nos corações de todos os brasileiros com seus princípios simples e fundamentais: humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, universalidade e unidade de ideal, de amor.

A nossa bandeira aqui – ideal positivista – deveria ter a palavra amor antes, mas aí acharam que isso era meio afeminado, naquele tempo, Luiz Fernando, mas eu acho que a presença de cem anos da Cruz Vermelha no Brasil é o amor que eles não tiveram coragem de colocar na nossa bandeira.

Sejam fortes, bravos e felizes! Arrastem-nos a termos coragem de levantar a Cruz Vermelha como Francisco Santos andava com uma bandeira: “Paz e Bem”.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Mão Santa. Obrigado pelo seu brilhante pronunciamento.

Excepcionalmente, concedo alguns minutos para que o Dr. Hernández possa, em nome da entidade homenageada, fazer uso da palavra.

V. S<sup>a</sup> pode usar o microfone aqui ou o da tribuna, se preferir.

**O SR. LUIZ FERNANDO HERNÁNDEZ** (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Geraldo Mesquita, Presidente desta sessão; Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Mão Santa, que secretaria; Srs. Senadores, meus irmãos de Cruz Vermelha Brasileira, senhoras e senhores, eu tinha alguma idéia, não sabia se me seria dado o uso da palavra ou não, e fiz diversas anotações. Entretanto, os Srs. Senadores falaram tanto de Cruz Vermelha que esvaziaram as minhas páginas. Mais uma vez, o Senado Federal apoia a Cruz Vermelha brasileira. Nós temos recebido exemplos fantásticos desse apoio. Realmente, senhores, fiquei comovido ao ver tantos Senadores que estudaram e têm tanto conhecimento de Cruz Vermelha e de Cruz Vermelha Brasileira.

Quando, em 1859, Henri Dunant saiu aos gritos pela cidade de Solferino, dizendo que somos todos ir-

mãos, e conseguiu levantar a cidade para socorrer os quarenta mil mortos e feridos que se encontravam no campo de batalha depois de três dias, envolvendo 220 mil combatentes, o que foi uma das maiores batalhas da história, provavelmente não pensava que estaríamos hoje em 187 países, que a Cruz Vermelha seria um movimento com uma força tão grande, a maior organização não-governamental e de ajuda que existe.

Henri Dunant, ao voltar a Genebra, juntou-se com mais quatro companheiros, mais quatro idealistas, formaram a comissão dos cinco, chamada de Comissão de Genebra, comissão internacional, conseguiu realizar a primeira conferência internacional da Europa, com doze membros, e, em 1864, conseguiu aprovar a Primeira Convenção de Genebra, para a qual o Brasil foi convidado.

Naquela primeira Convenção de Genebra, saiu a homenagem à Suíça, de que o emblema da neutralidade seria a bandeira suíça ao contrário: em vez do fundo vermelho com uma bandeira branca, seria um fundo branco com uma bandeira vermelha. Mais tarde, por causa da guerra da Criméia, tivemos a criação do crescente vermelho, porque, embora fosse apenas a bandeira da Suíça ao contrário, os países islâmicos entendiam que lembrava as cruzadas. Então, sob os mesmos princípios de Cruz Vermelha, usaram o crescente vermelho, que veio, em seguida, a ser adotado.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha, criado pela primeira Convenção de Genebra, foi-se desenvolvendo para trabalhar em conflitos armados e violência.

Mais tarde, em 1919, criou-se a Liga das Nações, a atual Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Como lembrou bem o Senador Romeu Tuma, hoje temos um terceiro símbolo, que é o cristal vermelho, para aqueles países que têm restrições tanto quanto ao uso da Cruz Vermelha como do Crescente Vermelho. Com isso, conseguimos uma abrangência maior.

Desde aquela primeira Convenção de Genebra, ficou estabelecido que somente existiria uma Sociedade Nacional da Cruz Vermelha. Isso ainda hoje consta nos estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, que o Brasil aprovou numa conferência internacional. Nesses mesmos estatutos, consta a obrigação de cada País de apoiar a criação e o desenvolvimento da Cruz Vermelha.

Conforme o Senador Marcelo Crivella, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Romeu Tuma e outros se manifestaram, há necessidade de apoio à Cruz Vermelha Brasileira. Com a criação de grande quantidade de loterias no Brasil, a antiga Loteria Esportiva, a Loteca,

hoje não cobre nem dois meses de nossas despesas operacionais.

Por isso, o projeto original do Senador Marcelo Crivella, que depois trabalhou mais juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, projeto que este Senado aprovou por unanimidade, nos dá R\$0,15 a cada R\$100,00 ganhos por um apostador. A argumentação, contrária, de que isso desestimularia os apostadores, com o perdão daqueles que a levantaram, não aqui neste Senado – a este Senado eu só posso agradecer por todo apoio que temos recebido –, é ridícula, porque, como eu estive conversando antes desta sessão com o Presidente da filial da Bahia, Dr. José Mattos, ele não vai deixar de apostar porque, em vez de ganhar R\$100,00, vai ganhar R\$99,85. Eu acredito, tenho confiança de que esse projeto passará, em seu texto original, pela Câmara dos Deputados. Peço aos Srs. Senadores que apóiem, junto à Câmara dos Deputados, o projeto que eles mesmos aprovaram por unanimidade nesta Casa.

Não vou fazer referência ao que a Cruz Vermelha fez nesses anos todos, mas há dois pontos que foram levantados pelo Senador João Pedro, inclusive quanto ao atendimento de Santa Catarina, e atendemos também Minas Gerais, atendemos também São Paulo, atendemos Rio de Janeiro, num total de mais de trinta municípios. Distribuímos mais de 3.500 toneladas de doações.

Recordo-me de que, quando tomei conhecimento de que a cidade de Divinópolis, em Minas Gerais, tinha tido sua estação de água inundada e não poderia ter fornecimento de água, peguei o telefone, falei com o Presidente da filial de Minas, falei, em seguida, com o Presidente da filial do Estado de São Paulo, do qual sou colaborador há 37 anos, e imediatamente disponibilizei cinquenta mil litros de água para socorrer Divinópolis.

Há outro ponto muito importante, que nos afeta a todos e que foi levantado nesta sessão, que é o problema da violência urbana. Hoje, no Rio de Janeiro, temos um escritório do Comitê Internacional da Cruz Vermelha em nossa sede, com técnicos, com pessoal contratado, e, juntamente com nossos voluntários, conseguimos entrar em quatro favelas. Apesar dos problemas de inimizade entre Primeiro Comando e Comando Vermelho, nós usamos como símbolo uma cruz vermelha, senhores. Não foi fácil. Conseguimos isso baseados no nosso princípio fundamental de neutralidade, no princípio da imparcialidade e no princípio da independência.

Fomos criados por uma lei federal, nossos estatutos são submetidos ao Sr. Ministro da Saúde e encaminhados à Presidência da República e aprovados por

decreto federal; entretanto, o nosso Poder Executivo, os nossos Poderes respeitam a independência de que a Cruz Vermelha Brasileira, de que toda Sociedade de Cruz Vermelha deve gozar.

Assim, baseados nos princípios de neutralidade e imparcialidade, ingressamos na favelas do Rio – dentro destas, não nas periferias, mas dentro do que eles chamam de *favela das favelas* –, com cursos de primeiros socorros domiciliares, de higiene, de saneamento. Estamos difundindo os nossos princípios fundamentais, estamos difundindo o princípio da universalidade, no sentido de termos uma Cruz Vermelha em todo o globo terrestre. Defendemos o princípio do voluntariado, basilar do nosso trabalho, e, o mais importante de todos, o princípio humanitário, o mesmo princípio com que Henry Dunant levantou a cidade de Solferino.

Com isso, a aceitação de nossos voluntários nas favelas é total. Com isso, temos hoje, dentro de nossas salas de aula, de nossa sede no Rio de Janeiro, pessoas de diferentes favelas, de diferentes facções, que lutam entre si, participando dos mesmos cursos e aprendendo as mesmas coisas. É um ponto de partida para conseguirmos o desenvolvimento.

Eu gostaria de, além de agradecer aos Senadores que estiveram nesta tribuna e aos que se manifestaram mesmo que não diretamente, ressaltar algumas pessoas que nos têm recebido com carinho incomum.

Há alguns anos, tive oportunidade de estar na casa do então Presidente Marco Maciel, tratando de Cruz Vermelha. Quero ressaltar o carinho que recebi do Presidente desta Casa, José Sarney, e dos Senadores, em ordem alfabética, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Francisco Dornelles, do nosso querido Geraldo Mesquita, de Ideli Salvatti, Marcelo Crivella e Romeu Tuma, a quem já agradeço.

Nós, como foi ressaltado, somos uma única Sociedade Nacional. A nossa missão é prevenir e atenuar o sofrimento alheio. Da mesma forma como foi comentado sobre o resgate dos reféns da Farc, nós, Cruz Vermelha Brasileira, já tivemos 65 brasileiros que foram retirados do Irã, pela fronteira, com atuação direta da Cruz Vermelha Brasileira junto às sociedades nacionais e ao Crescente Vermelho daqueles países.

De vez em quando, temos problemas sérios, como o bombardeio que houve, por engano, nas nossas instalações na Palestina agora. Tive oportunidade de conviver com o Presidente do Crescente Vermelho da Palestina, com o Presidente da Sociedade Cruz Vermelha em Israel, Magen David Adom, e, alguns dias, com o Presidente da Sociedade do Crescente Vermelho do Iraque, que me contou que, no início da Guerra do Iraque, as doações vindas da Cruz Vermelha Americana tinham um emblema, a bandeira dos Estados

Unidos, país contra o qual os palestinos guerreavam. Foi jogado um caminhão repleto de explosivos contra a Cruz Vermelha do Iraque, matando 50 funcionários e voluntários e ferindo mais 150. De vez em quando, perdemos alguém. Não faz mal. Da mesma forma como o Senador Mão Santa aqui lembrou que a idéia humanitária teria nascido antes, em 1273, com Francisco de Assis, eu creio, o ideal humanitário permanece.

Nós somos, por lei, auxiliares dos poderes públicos. Nós queremos participar. Nós queremos ter essas parcerias e convênios com o Governo. É com esta força, nosso voluntariado, que, mais uma vez, eu afirmo: a Cruz Vermelha Brasileira está à disposição. Usem a nossa força, senhores. Nós estamos para servir o Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos aos representantes da entidade

de homenageada, a Cruz Vermelha Brasileira, que comemorou, no dia 5 de dezembro último, cem anos de profícuos trabalhos em prol do Brasil, do povo brasileiro e da sociedade brasileira.

Os nossos sinceros parabéns e as nossas homenagens à Cruz Vermelha Brasileira na pessoa do Dr. Hernández, seu Presidente atual.

**O SR. LUIZ FERNANDO HERNÁNDEZ** – Muito obrigado, Senador.

(Suspensa às 16 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 12 minutos.)

*A cadeira da Presidência, é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. n. 847/08/PS-GSE

Brasília, 18 de dezembro de 2008.

**Assunto: Envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi rejeitado o Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei Complementar nº 183, de 2001, da Câmara dos Deputados que “Altera a Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente,

  
Deputado OSMAR SERRAGLIO  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 875/08/PS – GSE

Brasília, 17 de dezembro de 2008

Assunto: Envio de proposição à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei Complementar nº 184, de 2004, do Poder Executivo, que “Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006-Complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 10 de fevereiro de 2009, e publicou, no dia 11 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 457, de 2009**, que “altera os arts. 96 e 102, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre o parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas “a” e “e” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991”.

Nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES****Titulares****Bloco da Minoria (DEM/PSDB)**

José Agripino (DEM)  
Arthur Virgílio (PSDB)  
Mário Couto (PSDB)  
Kátia Abreu (DEM)

**Suplentes**

Alvaro Dias (PSDB)  
Heráclito Fortes (DEM)  
Jayme Campos (DEM)  
Lúcia Vânia (PSDB)

**Bloco da Maioria (PMDB/PP)**

Renan Calheiros (PMDB) Valter Pereira (PMDB)  
Francisco Dornelles (PP) Gilvam Borges (PMDB)  
Almeida Lima (PMDB) Leomar Quintanilha (PMDB)

**Bloco de Apoio ao Governo  
(PT/PR/PSB/PCdoB/PRB)**

Aloizio Mercadante (PT) Inácio Arruda (PCdoB)  
João Ribeiro (PR) Marcelo Crivella (PRB)  
Antonio Carlos Valadares (PSB) Ideli Salvatti (PT)

**PTB**

Gim Argello Sérgio Zambiasi

**PDT**

Osmar Dias Patrícia Saboya

**PSOL\***

José Nery

\*Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique E. Alves (PMDB) Vinícius Carvalho (PTdoB)  
Cândido Vacarezza (PT) Edinho Bez (PMDB)  
Mário Negromonte (PP) Beto Faro (PT)  
Sandro Mabel (PR) Benedito de Lira (PP)  
Jovair Arantes (PTB) José Carlos Araújo (PR)  
Hugo Leal (PSC) Arnaldo Faria de Sá (PTB)

**Bloco (PSDB/DEM/PPS)**

José Aníbal (PSDB) Abelardo Lupion (DEM)  
Ronaldo Caiado (DEM) Moreira Mendes (PPS)  
Humberto Souto (PPS) Bruno Rodrigues (PSDB)  
Bruno Araújo (PSDB) José Carlos Aleluia (DEM)

**Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)**

Fábio Faria (PMN) Ana Arraes (PSB)  
Márcio França (PSB) Brizola Neto (PDT)

**PV\***

Sarney Filho Edson Duarte

\*Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: 11-2-2009

- Designação da Comissão: 12-2-2009(SF)
- Instalação da Comissão: Emendas: até 17-2-2009 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 11-2-2009 a 24-2-2009(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 24-2-2009
- Prazo na CD: de 25-2-2009 a 10-3-2009 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 10-3-2009
- Prazo no SF: de 11-3-2009 a 24-3-2009 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 24-3-2009
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25-3-2009 a 27-3-2009 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 28-3-2009 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 11-4-2009

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)  
 – O Senhor Presidente da República adotou, em 10 de fevereiro de 2009, e publicou, no dia 11 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 458**, de 2009, que “dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências”.

Nos termos dos §§ 2º e 3º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

## SENADORES

### Titulares

### Suplentes

#### Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	Alvaro Dias (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	Heráclito Fortes (DEM)
Mário Couto (PSDB)	Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	Lúcia Vânia (PSDB)

#### Bloco da Maioria (PMDB/PP)

Renan Calheiros (PMDB)	Valter Pereira (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	Gilvam Borges (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	Leomar Quintanilha (PMDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB)

Aloizio Mercadante (PT)	Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Ideli Salvatti (PT)

### PTB

Gim Argello

Sérgio Zambiasi

### PDT

Osmar Dias

Patrícia Saboya

### PSOL\*

José Nery

z\*Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

## DEPUTADOS

### Titulares

### Suplentes

#### Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique E. Alves (PMDB)	Vinícius Carvalho (PTdoB)
Cândido Vacarezza (PT)	Edinho Bez (PMDB)
Mário Negromonte (PP)	Beto Faro (PT)
Sandro Mabel (PR)	Benedito de Lira (PP)
Jovair Arantes (PTB)	José Carlos Araújo (PR)
Hugo Leal (PSC)	Arnaldo Faria de Sá (PTB)

#### Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal (PSDB)	Abelardo Lupion (DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	Arnaldo Jardim (PPS)
Moreira Mendes (PPS)	Bruno Rodrigues (PSDB)
Bruno Araújo (PSDB)	José Carlos Aleluia (DEM)

#### Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Fábio Faria (PMN)	Ana Arraes (PSB)
Márcio França (PSB)	Brizola Neto (PDT)

### PSOL\*

Ivan Valente

Chico Alencar

\*Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 11-2-2009
- Designação da Comissão: 12-2-2009(SF)
- Instalação da Comissão: Emendas: até 17-2-2009 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 11-2-2009 a 24-2-2009(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 24-2-2009
- Prazo na CD: de 25-2-2009 a 10-3-2009 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 10-3-2009
  - Prazo no SF: de 11-3-2009 a 24-3-2009 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 24-3-2009

- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25-3-2009 a 27-3-2009 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 28-3-2009 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 11-4-2009

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 5, de 2009 (nº2/2009, na origem)**, de 30 de janeiro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao quarto trimestre de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 80, DE 2009**

**Requerem a realização de Sessão Especial do Senado Federal, próximo dia 10 de março de 2009, terça-feira, às 10:00hrs., em homenagem à memória do Professor Hélio Gracie.**

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, combinado com o Ato nº 1, de 1997, Requeremos, ouvido o Plenário, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem à memória do Professor Hélio Gracie, grande herói do esporte brasileiro, maior responsável Pela difusão da arte marcial Jiu-Jitsu no Brasil e idealizador do estilo conhecido mundialmente como Brazilian Jiu-Jitsu

#### **Justificação**

Aos 29 dias do mês de janeiro de 2009, faleceu o grande herói do esporte brasileiro. Faleceu Hélio Gracie.

Suas conquistas, dentro e fora dos ringues, durante seus 95 anos de existência, foram inúmeras. Trata-se do maior responsável pela difusão do Jiu-Jitsu no Brasil e idealizador do estilo conhecido como Brazilian Jiu-Jitsu.

As novas técnicas por ele aplicadas se estabeleceram em definitivo no cenário mundial, sendo motivo de extremo orgulho para os brasileiros.

A Sessão Especial do Senado Federal que estamos requerendo é, pois, tributo do País aos esforços do Professor Hélio Gracie, além do registro de agradecimentos sinceros de todos nós a este grande e já saudoso brasileiro.

Brasília, 12 de fevereiro de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 81, DE 2009**

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria Lobato Rodrigues, ocorrido no dia 19 de janeiro deste ano de 2009, em Valência, Espanha, onde se encontrava em visita a uma filha.**

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata, de Voto de Pesar pelo falecimento da Srª Maria Lobato Rodrigues, ocorrido no dia 19 de janeiro deste ano de 2009, em Valência, Espanha, onde se encontrava em visita a uma filha.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

#### **Justificação**

A Sra. Maria Lobato Rodrigues, falecida aos 91 anos de idade, era pessoa muito conhecida e querida na cidade de Manaus. Nascida em Quixeramobim, Ceará, radicou-se, em Manaus, onde era carinhosamente chamada de “Nenê” ou “Mariinha”. Foi mãe de 15 filhos, 12 dos quais vivos: Isabel do Carmo, Maria do Rosário, Rômulo, Teodósia, Francisca, Fernando, Humberto, Manoel José, Adélia, Isabel, Otávio e Nazaré. E deixou 25 netos – um dos quais, Marcelo Ramos, Vereador em Manaus – e dois bisnetos. Ainda em julho do ano passado tive oportunidade de prestar-lhe homenagem, por meio de Voto de Aplauso do Senado por ocasião da passagem do seu 91º aniversário, salientando o exemplo de vida que dava. Uma de suas filhas, Teodósia, registrou: “Mamãe, nós te recordaremos sempre como uma fada que plantava amor, união, fé, sabedoria, serenidade”. Agora, volto para prestar-lhe outra homenagem, póstuma, por meio deste requerimento de Voto de Pesar, pois ela merece esta lembrança pelo bonito exemplo de vida que deixou.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

**REQUERIMENTO Nº 82, DE 2009****Requer Voto de Aplauso a Marinha do Brasil, pelos relevantes serviços de assistência médica prestados aos Ribeirinhos do Amazonas.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Marinha do Brasil pelos relevantes serviços de assistência médica prestados em favor das comunidades ribeirinhas do Amazonas.

Requeiro, ainda, que a Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Comandante da Marinha do Brasil.

**Justificação**

É merecido o Voto de Aplauso que proponho ao Senado Federal, em reconhecimento a Marinha do Brasil, que presta relevantes e indispensáveis serviços de assistência médica às populações ribeirinhas do Amazonas, meu Estado. Em 2008, o número de atendimentos chegou a 87.417, envolvendo 27 profissionais e beneficiando uma grande parcela de brasileiros que vivem em regiões distantes do País.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do P5DB

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 83, DE 2009****Requer Voto de Aplauso à Deputada Federal Rebecca Garcia, agraciada com Diploma e Medalha “Destaque Nacional em Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social”.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

*anais do Senado, Voto de Aplauso à Deputada Federal Rebecca Garcia, agraciada, hoje, dia 11 de fevereiro de 2009, com o Diploma e Medalha “Destaque Nacional em Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social”, outorgados pelo Instituto Biosfera, pelos relevantes serviços prestados em favor das comunidades brasileiras, na área de desenvolvimento sustentável.*

*Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da instituição que outorgou o Prêmio.*

**Justificação**

É mais do que merecida a premiação conferida à Deputada Federal Rebecca Garcia, ilustre representante do meu Estado. É, mais, o reconhecimento à parlamentar, defensora intransigente do Amazonas e da Amazônia. Sempre acompanhei sua luta pela preservação da Floresta Amazônica e do meio ambiente. O Instituto Biosfera escolheu-a, sem dúvida, por seus esforços. Desde que foi criado, em 1989, o Instituto Biosfera busca estimular ações e iniciativas direcionadas ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e responsabilidade social. Estou certo de que a Deputada Rebecca e a Amazônia são indissociáveis. Em Brasília, na Câmara dos Deputados, como em Manaus e no Amazonas, a Deputada Rebecca é figura presente o tempo todo, em seus esforços pela preservação da área e do meio ambiente.

O Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República é justa homenagem a essa brava parlamentar amazonense.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **REQUERIMENTO Nº 84, DE 2009**

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Sessão Especial, em data a ser posteriormente designada, destinada a homenagear os 80 anos da Chocolates Garoto.

### **Justificativa**

Proponho ao Senado Federal Sessão com vistas a comemoração dos 80 anos da Chocolates Garoto S.A. que teve início em 16 de agosto de 1929 quando o imigrante alemão Henrique Meyerfreund fundou a fábrica de balas H. Meyerfreund & Cia., num galpão localizado na Prainha, Vila Velha, ES.

As primeiras balas eram vendidas por meninos, em tabuleiros, nos pontos de bonde de Vila Velha e assim logo passaram a ser chamadas balas "Garoto". Mas rapidamente as balas passaram a ser distribuídas para casas comerciais, tanto da capital como das cidades do interior do estado.

Em 1934, Henrique recebeu herança de seus pais e comprou máquinas para a produção de chocolates. Dois anos depois, conseguiu financiamento para montar uma fábrica mais moderna no bairro da Glória, local onde até hoje está o

parque industrial da Garoto. Com nova infra-estrutura e produtos à base de chocolate, a empresa entrou numa fase de grande desenvolvimento, chegando a vender para além dos limites do Espírito Santo.

Durante os anos de 1970 e 1980, a Garoto ampliou e modernizou suas instalações industriais e seus processos produtivos, adotou novas políticas comerciais e marcou presença em todo o mercado nacional e internacional. Em

1972, exportou pela primeira vez manteiga e torta de cacau para a América do Sul e Estados Unidos. A partir de 1978, também passou a exportar produtos acabados para vários países do mundo.

Essas iniciativas deram sustentação a um crescimento ainda mais acentuado da Garoto, na passagem para os anos de 1990. Investindo continuamente em tecnologia, nesse período foram lançados novos produtos e consolidada a estrutura comercial da Garoto. Em 1989, foi inaugurado um moderno Centro de Distribuição em São Paulo, para atender os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. No mesmo ano, entrou em operação uma nova fábrica de pastilhas – a Fábrica 2. Em 1997, foi concluída a montagem do então mais moderno armazém vertical do país, junto à Fábrica 2 – o Centro de Distribuição do Espírito Santo.

No final da década, quando a Garoto completava 70 anos de sua fundação, foi promovida ampla reformulação dos quadros diretivos da empresa, abrindo espaço para a terceira geração

de administradores. Paulo Meyerfreund, filho de Ferdinand, tornou-se presidente da diretoria executiva. A garoto possui hoje a maior fábrica de chocolates de todo o hemisfério sul.

Foi comprada em 2002 pela Nestlé e é administrada por essa empresa até hoje continuando a gerar empregos, impostos e divisas mantendo, também, programas de qualificação e ações de assistência aos seus empregados.

Pelo exposto a Chocolates Garotos S.A é motivo de orgulho para nosso Estado muito tendo ajudado no desenvolvimento e, divulgando, inclusive, o nome do Brasil para o exterior.

Sala das Sessões, 12 de Fevereiro de 2009



SENADOR MAGNO MALTA



H. Quintanilha



Fátima (Mãe de...?)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) –

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

São lidos os seguintes:

## **PROJETO DE LEI DO SENADO**

### **Nº 29, DE 2009**

Destina percentual da arrecadação de loterias para o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a destinar um ponto percentual da arrecadação total de todas as loterias por ela administradas para o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 1969, ratificado nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, e regulamentado pelo Decreto nº 1.080, de 1994.

Parágrafo único. O percentual de que trata o *caput* será deduzido do valor destinado ao prêmio bruto.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

O Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) foi criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, ratificado nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, e regulamentado pelo Decreto nº 1.080, de 8 de março de 1994.

De acordo com o Parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 1.080, de 1994, os recursos do Fundo são destinados ao:

a) suprimento de alimentos, água potável, medicamentos, material de penso, material de primeiros socorros e artigos de higiene individual e asseio corporal, roupas e agasalhos, material de estacionamento ou de abrigo, utensílios domésticos e outros, material necessário à instalação e operacionalização e higienização de abrigos emergenciais, combustível, óleos e lubrificantes, equipamentos para resgate, material de limpeza, desinfecção e saneamento básico emergencial, apoio logístico às equipes empenhadas nas operações, material de sepultamento;

b) pagamento de serviços relacionados com desobstrução, desmonte de estruturas definitivamente danificadas e remoção de escombros, restabelecimento emergencial dos serviços básicos essenciais, transportes e outros serviços de terceiros; e

c) reembolso de despesas efetuadas por entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços e socorros.

É condição para a aplicação dos recursos do Funcap o reconhecimento do estado de calamidade pública ou da situação de emergência pelo Governo Federal (art. 2º do Decreto nº 1.080, de 1994, com a redação dada pelo Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005).

Curiosamente, nos últimos dez anos, o fundo não tem recebido recursos e, por isso, está impedido financeiramente de cumprir o objetivo para o qual foi criado, de atender situações emergenciais decorrentes do estado de calamidade pública.

O Funcap deveria receber dotações orçamentárias da União, auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, destinadas à assistência a populações de áreas em estado de calamidade pública, saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos para calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis e, entre outros recursos eventuais, doações em dinheiro da população por intermédio de depósitos em conta específica do fundo no Banco do Brasil.

A população atingida pelas fortes chuvas nos Estados de Santa Catarina, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, por exemplo, poderia ter sido atendida de modo mais imediato e eficiente pelo Governo Federal se houvesse recursos disponíveis no Funcap.

Na ausência de recursos para esse atendimento imediato, o que se vê, em situações desse tipo, é uma corrida desesperada dos governos municipais e estaduais no sentido de obtê-los junto ao Governo Federal, via de regra, sem muito êxito, pelo menos na velocidade requerida.

A propósito, recentemente, dois projetos de lei nesse sentido foram apresentados nesta Casa autorizando a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da mega-sena e destinar os recursos arrecadados, exclusive os prêmios, para atender as vítimas de enchentes dos Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Trata-se dos Projetos de Lei do Senado nº 461 e 490, ambos de 2008, respectivamente.

A presente proposta tem a vantagem de autorizar a destinação permanente de um percentual fixo da arrecadação de todas as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal, inclusive as que forem criadas pela Caixa ao amparo da legislação vigente, para o Fundap, sem alterar o percentual dos beneficiários atuais, já que o percentual a ser destinado ao fundo será deduzido do prêmio bruto.

Somente essa fonte de recursos já geraria, no médio e longo prazo, um volume de recursos significativo para atender esse tipo de situação. A título de exemplo, apenas no ano de 2007, esse percentual representaria recursos da ordem de R\$ 52 milhões para o fundo. Além disso, os recursos serão destinados a atender situações emergenciais em qualquer parte do país.

Contamos com o apoio de nossos ilustres Pares e esperamos o aperfeiçoamento desta proposição no curso de sua tramitação nesta Casa.

Sala das Sessões, de 12 de Fevereiro de 2009

Senador ALVARO DIAS

*Legislação Citada*

**DECRETO-LEI Nº 950, DE 13 DE OUTUBRO DE 1969.**

Institui no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências.

**OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR**, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

.....  
.....  
.....

**Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

**Art. 1º** - O Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e os membros do Congresso Nacional prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, no ato e na data de sua promulgação.

.....  
.....  
.....

**Art. 36** - Os fundos existentes na data da promulgação da Constituição, excetuados os resultantes de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessem à defesa nacional, extinguir-se-ão, se não forem ratificados pelo Congresso Nacional no prazo de dois anos.

obs.dji.grau.4: Congresso Nacional; Fundos

.....

.....

.....

1

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, NELSON CARNEIRO, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, DE 1990**

*Ratifica, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os fundos que menciona.*

**Art. 1º** São ratificados, o Fundo Federal Agropecuário (FFAP), instituído pela Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962, o Fundo Geral do Cacau (Fungecau), criado pelo Decreto nº 86.179, de 6 de julho de 1981, o Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas (Fuer), instituído pelo Decreto nº 67.052, de 13 de agosto de 1970, o Fundo Nacional de Cooperativismo (Funacoop), instituído pelo DecretoLei nº 59, de 21 de novembro de 1966, o Fundo Nacional de Ação Comunitária (Funac), instituído pelo Decreto nº 91.970, de 22 de novembro de 1985 e o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), instituído pelo DecretoLei nº 950, de 13 de outubro de 1969.

**Art. 2º** Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de dezembro de 1990

**SENADOR NELSON CARNEIRO**

Presidente

.....

.....

.....

### **DECRETO Nº 1.080, DE 8 DE MARÇO DE 1994.**

Regulamenta o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, o Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, e a Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 30, DE 2009**

**Dispõe sobre a proibição da extração, da importação, do transporte, do armazenamento e da industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, bem como a proibição da importação e da comercialização dos produtos que os utilizem como matéria-prima.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proibição da extração, da importação, do transporte, do armazenamento e da industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, bem como a proibição da importação e a comercialização dos produtos que os utilizem como matéria-prima.

Art. 2º Decorridos os prazos especificados no art. 3º, estarão proibidos, em todo o território nacional:

I – a extração, a importação, o transporte, o armazenamento e a industrialização de todas as variedades de amianto, obtido de quaisquer fontes e por quaisquer processos;

II – a extração, a importação, o transporte, o armazenamento e a industrialização dos minérios e das rochas que contenham os silicatos hidratados de magnésio, de magnésio e cálcio, de ferro e magnésio, e de ferro, magnésio e cálcio que, a critério do órgão competente, acarretem riscos à saúde dos consumidores e dos trabalhadores envolvidos com as atividades relacionadas com o seu aproveitamento, em decorrência dos teores dos silicatos hidratados ou da forma de desempenho das atividades;

III – a importação, o transporte, o armazenamento e a comercialização de produto que tenha o amianto como matéria-prima;

IV – a importação, o transporte, o armazenamento e a comercialização de produto que tenha como matéria-prima os minérios ou as rochas a que se refere o inciso II que, a critério do órgão competente, acarrete riscos à saúde, em decorrência dos teores dos silicatos hidratados ou da forma de utilização do produto.

§ 1º Para os efeitos desta Lei e da sua regulamentação, amianto e asbesto são substantivos sinônimos e poderão ser utilizados indistintamente, inclusive no que se refere às palavras deles derivadas, para designar a forma fibrosa dos minerais pertencentes aos grupos das serpentinas e dos anfíbios, obtidos de quaisquer fontes ou processos.

§ 2º São permitidas a extração, a importação, o transporte e o armazenamento do amianto e dos minérios e rochas a que se refere o inciso II, bem como de produtos que os utilizem como matéria-prima, destinados a pesquisas autorizadas pelo órgão competente.

Art. 3º A partir da data de publicação desta Lei, os prazos para o encerramento das atividades relacionadas com o amianto e com os minérios e as rochas a que se refere o inciso II do art. 2º são os seguintes:

I – dois anos, para a extração ou a obtenção a partir de quaisquer fontes e por quaisquer processos;

II – dois anos, para a importação da forma bruta;

III – três anos, para o transporte da jazida até o local de armazenamento ou de industrialização;

IV – quatro anos, para o armazenamento, a industrialização e a utilização da forma bruta;

V – cinco anos, para o armazenamento e a comercialização, pela indústria, dos produtos que os utilizem como matéria-prima;

VI – quatro anos, para a importação de produtos que os utilizem como matéria-prima;

VII – sete anos, para o armazenamento e a comercialização, pelos estabelecimentos atacadistas, dos produtos que os utilizem como matéria-prima;

VIII – dez anos, para o armazenamento e a comercialização, pelos estabelecimentos varejistas, dos produtos que os utilizem como matéria-prima.

Art. 4º Decorrido o prazo estabelecido no inciso VII do art. 3º, as empresas que desempenham a atividade de que trata a Lei nº 9.976, de 3 de julho de 2000, só poderão utilizar diafragmas de amianto na produção de cloro durante cinco anos ou até o esgotamento do estoque remanescente desse insumo, adquirido dentro do prazo estabelecido nesse inciso, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

Art. 5º A regulamentação do disposto nesta Lei definirá:

I – o destino dos estoques remanescentes e dos resíduos do amianto ou dos minérios ou das rochas a que se refere o inciso II do art. 2º que, vencidos os prazos estabelecidos nos arts. 3º e 4º, não foram industrializados, comercializados ou utilizados;

II – as normas para a extração, o transporte, o armazenamento e a industrialização da forma bruta do amianto e dos minérios e das rochas a que se refere o inciso II do art. 2º, até a cessação dessas atividades;

III – as normas para o transporte e o armazenamento dos produtos que utilizam como matéria-prima o amianto ou os minérios ou as rochas a que se refere o inciso II do art. 2º, até a cessação dessas atividades.

Art. 6º Sem prejuízo das sanções cíveis e criminais cabíveis, as atividades relacionadas com o aproveitamento do amianto ou dos minérios ou das rochas a que se refere o inciso II do art. 2º, praticadas em desacordo com o disposto nesta Lei ou na sua regulamentação, sujeita o infrator às seguintes penas:

I – extração ou obtenção a partir de quaisquer fontes e por quaisquer processos, após o prazo estabelecido no inciso I do art. 3º:

pena: interdição do estabelecimento, apreensão do equipamento utilizado na extração, no processamento e no transporte do produto, inutilização do produto estocado, e multa;

II – importação da forma bruta, após o prazo estabelecido no inciso II do art. 3º:

pena: apreensão e remoção do produto para depósito indicado pela autoridade fiscalizadora, inutilização do produto, e multa;

III – transporte da forma bruta, após o prazo estabelecido no inciso III do art. 3º:

pena: apreensão do veículo, remoção do produto para depósito indicado pela autoridade fiscalizadora, inutilização do produto, e multa;

IV – armazenamento, industrialização ou utilização da forma bruta, após o prazo estabelecido no inciso IV do art. 3º:

pena: interdição do estabelecimento, apreensão e remoção do produto para depósito indicado pela autoridade fiscalizadora, e multa;

V – armazenamento e comercialização, pela indústria, após o prazo estabelecido no inciso V do art. 3º:

pena: interdição das instalações de armazenamento, apreensão e remoção do produto para depósito indicado pela autoridade fiscalizadora, inutilização do produto, e multa;

VI – importação de produto, após o prazo estabelecido no inciso VI do art. 3º:

pena: apreensão e remoção do produto para depósito indicado pela autoridade fiscalizadora, inutilização do produto, e multa;

VII – armazenamento e comercialização do produto, por estabelecimento atacadista, após o prazo estabelecido no inciso VII do art. 3º:

pena: apreensão e remoção do produto para depósito indicado pela autoridade fiscalizadora, inutilização do produto, e multa;

VIII – armazenamento e venda de produto, por estabelecimento varejista, após o prazo estabelecido no inciso VIII do art. 3º:

pena: apreensão e remoção do produto para depósito indicado pela autoridade fiscalizadora, inutilização do produto, e multa;

IX – utilização do amianto para a produção de cloro, em discordância com o estabelecido no art. 4º:

pena: apreensão e remoção do insumo para depósito indicado pela autoridade fiscalizadora, inutilização do insumo, e multa.

Parágrafo único. As despesas relativas à remoção e à inutilização do produto apreendido correrão às custas do infrator, em qualquer dos casos referidos neste artigo.

Art. 7º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995.

### Justificação

Os substantivos amianto e asbesto são utilizados para designar as formas fibrosas de minerais dos grupos das serpentinas e dos anfibólios. As serpentinas têm como principal variedade a crisotila ou amianto branco, enquanto os anfibólios são formados por uma variedade maior de fibras: amosita (amianto marrom), crocidolita (amianto azul), tremolita, actinolita e antofilita. Entre as características físico-químicas do amianto, destacam-se a durabilidade, a flexibilidade e a resistência ao fogo e à ação dos mais diversos agentes físicos, químicos e biológicos.

O amianto é matéria-prima para a fabricação de isolantes térmicos, tecidos, roupas protetoras contra chamas ou calor, reservatórios de água, tubos para redes de abastecimento de água, tintas, tijolos refratários, freios automotivos, materiais de fricção e vários outros produtos.

Em que pese a sua utilidade, o amianto é um produto que causa sérios danos à saúde. As pessoas mais afetadas são os trabalhadores envolvidos nas diversas atividades com ele relacionadas, desde a extração até o uso dos produtos que os contenham como matéria-prima. Mas as vítimas do amianto não são apenas esses trabalhadores. Os seus familiares e os moradores das imediações dos locais de extração, beneficiamento ou industrialização, além dos usuários dos produtos, também estão sujeitos aos seus efeitos danosos.

A fibra do amianto pode ser fragmentada em partículas microscópicas, o que facilita a sua aspiração juntamente com o ar do ambiente de trabalho ou de utilização dos produtos com ele fabricados. A indestrutibilidade que o amianto apresenta no ambiente externo é mantida no organismo. Uma vez captada e incorpora-

da pelo epitélio que reveste o alvéolo pulmonar, nunca mais o organismo se livra da partícula.

O amianto é a causa de uma doença irreversível que causa fibrose ou enrijecimento do tecido pulmonar e evolui para deficiência respiratória grave. Essa doença recebeu o nome de asbestose ou pneumoconiose por inalação de asbesto. Mas as pessoas expostas ao amianto não se tornam vítimas apenas da asbestose. Podem ser acometidas, também, de outras doenças, entre elas cânceres em pulmão, pleura, peritônio, estômago, rim e outros órgãos.

A asbestose e os cânceres causados pelo amianto têm uma característica de consequência extremamente cruel: os sinais e os sintomas são de manifestação tardia. Em muitos casos, a doença só aparece depois que o trabalhador foi demitido ou já se aposentou. O longo período de evolução levou os estudiosos dos efeitos do amianto sobre a saúde a criar o conceito de invisibilidade da doença, que leva o empregador a não reconhecer o nexo entre a causa – a exposição ao amianto – e o efeito tardio – a asbestose do trabalhador demitido ou aposentado. Desamparado pelo antigo empregador, o doente pode mergulhar na miséria, pois é muito pouco provável que ele seja aceito em outro emprego e pode a Previdência Social negar-lhe a aposentadoria, se a invalidez ainda não estiver claramente configurada.

Os mineradores e os industriais do amianto sustentam que as doenças causadas pelo amianto podem ser prevenidas com o seu uso seguro. Contrapondo esse argumento, a Administração de Segurança e Saúde Ocupacionais (*Occupational Safety and Health Administration – OSHA*), dos Estados Unidos, mostrou excesso de sessenta e quatro mortes por grupo de mil trabalhadores expostos à concentração de duas fibras de amianto por centímetro cúbico ( $2,0 \text{ fibras/cm}^3$ ), quando comparados com a população geral. Esse limite de tolerância, permitido no Brasil desde 1991 pela Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, é vinte vezes superior ao permitido nos Estados Unidos desde 1998:  $0,1 \text{ fibra/cm}^3$ .

Embora as autoridades trabalhistas estabeleçam limites classificados como “de tolerância”, o que enganosamente sugere segurança para os trabalhadores, estudos epidemiológicos evidenciam que não há limite seguro de exposição. Ademais, os mesmos estudos mostram que: 1) todos os tipos de amianto causam asbestose, mesotelioma e câncer de pulmão; 2) existem substitutos mais seguros; e 3) a exposição de trabalhadores e usuários a produtos de amianto é de difícil controle. Em resumo, qualquer variedade de amianto e qualquer concentração atmosférica de fibras aumentam o risco de doenças.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que ocorram, anualmente, cerca de cem mil mortes, no mundo todo, relacionadas com a exposição ao amianto. O Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica (INSERM), da França, constatou que, nesse país, morrem cerca de duas mil pessoas por ano, vítimas de doenças causadas pelo amianto. Esse fato levou à aprovação, em 1º de janeiro de 1997, de uma lei que proíbe, em território francês, o uso do amianto e a execução de quaisquer atividades relacionadas com o seu aproveitamento.

Em julgamento de queixa contra essa proibição, apresentada pelo Canadá, pelo Brasil e pelo Zimbábue, a Organização Mundial do Comércio (OMC) deu ganho de causa à França. Esses países, que são grandes produtores de amianto, alegaram que a proibição configuraria interposição de barreira alfandegária e desrespeito às regras do livre comércio. A decisão da OMC favorável à França fortalece o reconhecimento de que os governos têm o direito e o dever de zelar pela saúde da sua população.

Atualmente, mais de quarenta países proíbem o uso do amianto nos seus territórios, entre eles todos os da União Européia.

Outro argumento utilizado pelos mineradores e industriais quando defendem a continuação do uso do amianto diz respeito ao desemprego que pode resultar da proibição das atividades relacionadas com esse insumo. Os únicos trabalhadores que realmente podem sofrer com o desemprego são aqueles diretamente relacionados com a extração e o transporte da forma bruta. Esse segmento trabalhista é o menor dos que estão envolvidos com o aproveitamento do amianto, pois apenas uma jazida está em atividade no Brasil e emprega menos de mil trabalhadores. Estes poderão ser amparados por programas especiais e os que trabalham nas demais atividades podem ser aproveitados na indústria e no comércio de produtos que utilizam substitutos do amianto.

No Brasil, o uso do amianto ou asbesto é regulamentado por duas leis: a de nº 9.055, de 1º de junho de 1995, e a de nº 9.976, de 3 de julho de 2000. A primeira proíbe a extração, a produção, a industrialização, a utilização e a comercialização das variedades de amianto do grupo dos anfíbolios, mas permite essas atividades quando relacionadas com a crisotila ou amianto branco. A segunda estabelece normas para o uso de diafragmas de amianto em células de eletrólise para a produção de cloro.

Quatro estados brasileiros – São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul – aprovaram leis que proíbem a industrialização, o comércio e o uso de produtos

de amianto nos seus territórios. Todavia, essas leis não surtiram os efeitos delas esperados, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que elas são inconstitucionais, visto que a competência para legislar sobre jazidas, minas e recursos minerais é privativa da União.

Na obstante as decisões anteriores, em 4 de junho de 2008 o STF indeferiu liminar concedida pelo relator da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.937-7 – São Paulo (ADI-MC 3937/SP) contra lei paulista mais recente, a de nº 12.684, de 26 de julho de 2007. Essa lei *proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.*

O projeto que ora apresentamos proíbe, também, as atividades relacionadas com as formas não-fibrosas dos minérios e das rochas que contêm os mesmos silicatos que formam o amianto. Entre esses materiais, o mais conhecido é a pedra-sabão, formada pelo talco mineral. Esses minérios e rochas acarretam os mesmos riscos à saúde. Propomos que, em relação a eles, a proibição não seja total. Só será aplicada quando o Ministério da Saúde ou o Ministério do Trabalho e Emprego considerar que há riscos para a saúde dos trabalhadores envolvidos ou para os usuários dos produtos, em consequência dos teores dos silicatos ou da maneira com que são desenvolvidas as atividades.

A partir de agora, esta Casa Legislativa passa a ter a responsabilidade de aprovar uma lei que não seja considerada inconstitucional pela Suprema Corte. A proposição que apresentamos trata apenas de assuntos cuja competência para legislar é constitucionalmente atribuída à União: jazida, minérios, produção, consumo e proteção e defesa da saúde.

A fim de permitir que a mineração, a indústria, o comércio e a utilização de produtos de amianto não sofram um impacto insuportável, estabelecemos prazos relativamente longos para que as medidas entrem em vigor. Mesmo depois de vencidos os quatro anos de permissão para a industrialização da forma bruta, achamos razoável que os produtos possam ser vendidos pelos estabelecimentos varejistas até dez anos após a data de publicação da lei resultante deste projeto. Os produtos adquiridos até findar esse prazo poderão ser utilizados pelo tempo que durarem. Provavelmente, esses prazos desagradarão aos mais radicais defensores da proibição total e imediata, mas é a menos danosa das opções, pois a não-proibição manteria a atual situação e a proibição imediata ou em curto prazo causaria sérios danos à economia nacional.

Até mesmo a indústria que utiliza diafragmas de amianto na produção de cloro pelo processo de eletrólise terá um prazo bastante razoável para que substitua essa tecnologia por outra menos danosa ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores. É importante ressaltar que desde a publicação da Lei nº 9.976, de 2000, essa indústria está proibida de instalar novas fábricas e novas células de eletrólise que utilizem diafragmas de amianto.

Estou convicta de que a proibição do uso do amianto concorrerá para a melhoria da saúde da população, principalmente dos trabalhadores envolvidos com as atividades de aproveitamento desse mineral. Essa convicção leva-nos a contar com o apoio dos Parlamentares de ambas as Casas Legislativas para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, – Senadora **Serys Slhessarenko**.

#### *Legislação Citada*

LEI Nº 9.976, DE JULHO DE 2000

#### **Dispõe sobre a produção de cloro e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A produção de cloro pelo processo de eletrólise em todo o território nacional sujeita-se às normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º .....

.....

LEI Nº 9.055, DE 1º DE JUNHO DE 1995

#### **Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É vedada em todo o território nacional:

I – .....

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Serviços de Infra-Estrutura; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 31, DE 2009**

**Altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para resguardar as transferências de recursos federais para ações nas áreas de educação, saúde e assistência social das restrições decorrentes do registro de inadimplementos no Cadin e no Siafi.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais, inclusive nas áreas de educação, saúde e assistência social, e ações em faixa de fronteira, em decorrência de inadimplementos objeto de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), em seu art. 25, ao tratar da entrega de recursos federais a estados e municípios a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira não decorrente de determinação constitucional ou legal, ou não destinada ao Sistema Único de Saúde, resguarda as transferências para ações nas áreas de educação, saúde e assistência social do risco de suspensão no caso de descumprimento dos pisos e tetos fixados para várias obrigações dos entes públicos.

Cuidado similar consta das Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDOS. A LDO para 2009 (Lei nº 11.768, de 2008), por exemplo, em seu art. 42, estabelece que nenhuma liberação de recursos a título de transferência voluntária poderá ser efetuada sem a prévia demonstração do cumprimento das exigências para a sua realização, ressalvado o disposto na LRF acerca das transferências para ações nas áreas citadas anteriormente.

No entanto, a Lei nº 10.522, de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, em seu art. 26, resguardou do risco de suspensão das transferências pelo registro de inadimplemento no Cadin e no Siafi apenas aquelas destinadas às ações sociais, sem maior detalhamento das áreas beneficiadas, e às ações em áreas de fronteira.

Entendemos que o não detalhamento do que sejam ações sociais tem sido fonte de constrangimento para os entes da Federação, expondo-os ao arbítrio dos gestores federais, além de representar uma clara inconsistência normativa. Assim, pretendemos, por meio do presente projeto, explicitar que as ações sociais resguardadas pela Lei nº 10.522, de 2002, incluem aquelas voltadas para as áreas de educação, saúde e assistência social, de tal forma que a regulamentação do Cadin passe a dar a essas áreas, de maneira inequívoca, tratamento semelhante ao já dado pela LRF e pelas LDOS.

Em face do exposto, conto com o apoio dos meus Pares para a presente iniciativa.

Sala das Sessões, – Senador **Sérgio Zambiasi**

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI COMPLEMENTAR****Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000**

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

**CAPÍTULO V****Das Transferências Voluntárias**

“Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I – existência de dotação específica;

II – (VETADO)

III – observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV – comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social”.

LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002

**Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

“Art. 26. Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais e ações em faixa de fronteira, em decorrência de inadimplementos objeto de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi”.

LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

“Art. 42. Nenhuma liberação de recursos nos termos desta Seção poderá ser efetuada sem a prévia observância da regularidade de que trata o **caput** do art. 41 desta Lei, sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000”.

*(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 32, DE 2009**

**Altera o art. 944 do Código Civil para compatibilizar o padrão de indenização com o do país de origem do agente causador do dano.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O art. 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigor acrescido do seguinte §2º, renumerando-se como §1º o atual parágrafo único:

“Art. 944 .. .. .

§ 1º .. .. .

§ 2º No caso de dano causado por pessoa natural ou jurídica domiciliada ou sediada em país estrangeiro, o juiz, para fixação da indenização, levará em consideração os padrões indenizatórios usualmente aplicados no país correspondente, cabendo à vítima a prova desses padrões (NR)”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A vida de um cidadão brasileiro vale menos que a de um britânico ou norte-americano? Embora a resposta seja evidentemente negativa, os padrões atualmente adotados pelos tribunais brasileiros, na fixação do valor de indenizações devidas a título de reparação de danos, têm estimulado o questionamento.

Em países como os Estados Unidos, a regra do *punitive damages* tem papel fundamental na repressão de condutas socialmente indesejáveis, inibindo, por exemplo, que indústrias deixem de se cercar dos cuidados necessários à proteção da vida de seus funcionários e consumidores. É essa regra, denominada *punitive damages*, que autoriza o juiz a fixar, de acordo com as circunstâncias do caso, inden-

zações milionárias. Busca-se com isso deixar claro aos potenciais ofensores que a sua negligência será duramente punida com o arbitramento de indenizações elevadas.

No Brasil, ao contrário, a prática revela que alguns magistrados costumam se esconder por trás da vedação do “enriquecimento sem causa” para arbitrar indenizações que, de tão módicas, chegam mesmo a estimular o abandono de cuidados mínimos, cujo implemento sairia até mais caro do que assumir, nas planilhas de cálculo, o valor de eventuais indenizações.

O fato é que, como agentes de mercado, as empresas adotam comportamentos racionais, buscando as soluções que maximizam o lucro, ainda que isso represente assumir o risco de causar danos a seus funcionários e consumidores, desde que a soma das indenizações seja inferior ao custo do implemento de medidas de segurança, por exemplo.

Esse contraste da jurisprudência brasileira com a de diversos outros países tem estimulado que indústrias estrangeiras, instaladas em território brasileiro, em busca da maximização de lucros, causem danos das mais diversas ordens à população.

Como solução para esse quadro de negligência, propomos que o juiz, no momento de fixar o valor da indenização, leve em consideração os padrões indenizatórios do país em que se encontra sediada ou domiciliada a empresa. Com isso, cremos, continuaremos a atrair o bom capital estrangeiro, e afugentaremos aqueles que trazem consigo apenas um rastro de danos ao nosso povo.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro 2009. – Senadora **Serys Slhessarenko**

## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

#### Institui o Código Civil.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### PARTEGERAL

#### LIVRO I

#### Das Pessoas

#### TÍTULO I

#### Das Pessoas Naturais

#### CAPÍTULO I

#### Da Personalidade e da Capacidade

Art. 1º .....

#### CAPÍTULO II

#### Da Indenização

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.

Art. 945. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.

*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 33, DE 2009

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica inscrito o nome de José Gomes Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria, localizado no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, em Brasília.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

José Gomes Pinheiro Machado foi um dos mais influentes políticos brasileiros na luta pela formação e consolidação da República.

Gaúcho de Cruz Alta, Pinheiro Machado ainda muito jovem lutou em defesa do Brasil na Guerra do Paraguai, e, mais tarde, defendeu a unidade do País, combatendo os revolucionários em seu Estado, durante a Revolução Federalista, em 1893.

Republicano convicto, participou ativamente do movimento pela proclamação da República. Foi eleito Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, e participou do Congresso Constituinte de 1890/1891. Sua atuação política foi marcada pela luta vigorosa e obstinada em prol da consolidação e do aprimoramento da República recém-proclamada.

Nome de grande importância histórica para o Estado do Rio Grande do Sul e para o Brasil, o Senador Pinheiro Machado é também personagem honroso da História desta Casa, e merece ser reconhecido como um de nossos grandes heróis.

Por essa razão, espero o apoio dos nobres colegas parlamentares à iniciativa que ora apresento, no sentido de inscrever o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria, e, assim, fazer justiça a essa figura tão importante da nossa História.

Sala das Sessões, 12 de Fevereiro de 2009

Senador SÉRGIO ZAMBIASI

*(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 34, DE 2009**

**Acrescenta § 3º ao art. 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para atribuir valor módico às custas dos emolumentos cobrados pelo serviço notarial, nos casos que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos Cartórios), passa a vigor acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 45. ....

§ 3º Os emolumentos cobrados pelo serviço notarial, de autenticação de cópia da carteira de identidade, não poderão ultrapassar a 0,5% (meio por cento) do valor do salário mínimo (NR)”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Os custos para a autenticação de cópias, serviço público de natureza simples, outorgado aos cartórios, apresentam valor incompatível com a realidade socioeconômica brasileira, especialmente se considerado que a autenticação de documentos fotocopiados, em sua maioria, se destina a atender exigências como inscrição em concurso público, por exemplo.

Com efeito, os ônus financeiros para os candidatos dependentes desses serviços são tão abusivos que há Estados nos quais uma única cópia autenticada da carteira de identidade pode chegar a R\$10,00. Se o interessado for integrante da imensa maioria dos que percebem salário mínimo, ou pior, se estiver desempregado, esse valor, multiplicado pelo número de concursos a que se submeta o candidato, representará cerceamento ao livre acesso aos certames ou, mais grave ainda, reduzirá a possibilidade de prover o próprio sustento.

A presente proposição tem por escopo mitigar o valor dessa despesa, mediante alteração da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamentou o art. 236 da Constituição Federal, relativamente aos serviços notariais. Para isso, e tendo em vista que os serviços notariais se modernizam para prestar melhores serviços à população, por derivação do próprio Poder Público, impende ser acrescentado § 3º ao art. 45 dessa lei, de modo a estabelecer proporcionalidade entre o valor dos emolumentos de autenticação e o do

salário mínimo, em valor pouco superior, em média, a R\$2,00 (dois reais).

Estas são as razões que motivam a presente proposição, destinada a ampliar o acesso do cidadão aos direitos que lhe são assegurados pela Constituição Federal, com as quais esperamos o apoio dos nossos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2009. –  
Senador **Sérgio Zambiasi**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**CONSTITUIÇÃO  
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO IX  
Das Disposições Constitucionais Gerais**

“Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro

§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses”.

**LEI Nº 8.935. DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994**

**Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)**

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 45. São gratuitos os assentos do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como a primeira certidão respectiva.

§ 1º Para os reconhecidamente pobres não serão cobrados emolumentos pelas certidões a que se refere este artigo.

§ 2º É proibida a inserção nas certidões de que trata o § 10 deste artigo de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes.

(À Comissão de Constituição, justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

São lidos os seguintes:

## **PARECERES**

### **NºS 001 E 002, DE 2009**

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, da Senadora Lúcia Vânia, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado do Goiás. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007, nos termos do Requerimento nº 1.233, de 2007).

#### **PARECER**

**Nº 001, DE 2009**

**(DA COMISSÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO)**

**Relator: Senador CÍCERO LUCENA**

### **I – RELATÓRIO**

Tramitam conjuntamente e, nesta oportunidade, submetem-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, e o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007. Os dois projetos têm por objetivo criar Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.

O PLS nº 394, de 2007, foi apresentado pela Senadora Lúcia Vânia em 3 de julho de 2007. Já o PLS nº 534, de 2007, é de autoria do Senador Marconi Perillo e foi apresentado em 6 de setembro de 2007.

As duas proposições têm semelhante teor. Em seu art. 1º, autorizam o Poder Executivo a criar uma ZPE no Município de Anápolis. O parágrafo único de ambos os projetos estabelece que sua criação, características, objetivos e funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação pertinente.

O art. 2º de ambos os projetos contém a cláusula de vigência da lei. No entanto, o mesmo dispositivo, no PLS 394/07, ainda revoga o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989.

Na justificação dos projetos, é salientada a importância do município de Anápolis para a economia goiana, a posição estratégica em relação ao mercado consumidor brasileiro, a boa infra-estrutura de transportes, com o fácil acesso por meio de rodovias federais, a existência de um Porto Seco, com facilidades para o desembaraço de mercadorias, bem como de um Pólo Industrial, com destaque para a indústria farmacêutica de alta tecnologia.

Em atendimento ao Requerimento nº 1.233, de 2007, por mim subscrito, em 23 de outubro de 2007, nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno, os referidos projetos passaram a tramitar em conjunto e, após análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, irão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

## II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 104-A, acrescido ao Regimento Interno desta Casa pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

O PLS nº 394, de 2007, e o PLS nº 594, de 2007, apresentam apenas dois artigos. O primeiro deles apresenta redação semelhante, estando a diferenciá-los somente o art. 2º, que, no PLS 394/07, além de conter a cláusula de vigência, ainda revoga o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989.

Para emitir uma opinião sobre as proposições, é necessário avaliar o que diz a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que atualizou o marco regulatório das Zonas de Processamento de Exportação. O art. 2º dessa norma estabelece que “a criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente”. Essa proposta, segundo o § 1º do art. 2º, deverá satisfazer

alguns requisitos, como, por exemplo, a indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais. O art. 3º da Lei nº 11.508, de 2007, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE analisará as propostas de criação das ZPE e dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

Nesse sentido, é preciso avaliar as possibilidades de escoamento da produção de uma futura ZPE em Anápolis, já que a Lei nº 11.508, de 2007, estabelece a concessão de prioridades para a criação de ZPE localizada em área geográfica com fácil acesso ao mercado externo.

O município de Anápolis está localizado em uma área do Brasil que possui boa infra-estrutura de transporte, sendo bem servido por ferrovias e rodovias. No caso destas, o autor da proposta aponta que o acesso ao município pode ser feito por rodovias federais – BR-153, BR-060 e BR-414 – e estaduais – GO-057, GO-018 e GO-013. No caso de ferrovias, Anápolis é servida de um ramal da ferrovia Centro-Atlântica, o que permite conexões aos principais portos brasileiros. No tocante a aeroportos, a cidade fica próxima a dois locais com aeroportos: Goiânia, à distância de 48 quilômetros, e Brasília, a 154 quilômetros. Em suma, não haveria problemas com o escoamento da produção de uma ZPE anapolina.

Em relação à estrutura econômica, sabe-se que Anápolis é considerada a capital industrial de Goiás, sendo o terceiro maior município do Estado em população. Embora sua economia esteja voltada para a agroindústria, o município possui um dos maiores pólos industriais do interior brasileiro, com destaque para a indústria farmacêutica de alta tecnologia na produção de genéricos. Anápolis também conta com outra multinacional importante, a montadora de veículos sul-coreana Hyundai, inaugurada em abril de 2007.

Para fornecer mão-de-obra qualificada às empresas locais e àquelas que venham a se instalar em sua ZPE, Anápolis conta com seis instituições de ensino superior, sendo uma delas a Universidade Estadual de Goiás. Pode-se, então, afirmar que uma ZPE em Anápolis teria o mérito de estimular ainda mais o desenvolvimento do município que, por sua importância econômica, teria o mérito de impactar positivamente a economia de todo o Estado de Goiás.

Tendo em vista a perfeita identidade na essência das proposições e o que dispõe o art. 260, II, *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, a respeito da tramitação em conjunto, a precedência cabe ao PLS nº 394, de 2007, que é o mais antigo dos dois.

Tenho apenas um reparo a fazer em relação à técnica legislativa do PLS nº 394, de 2007. O art. 2º contém ao mesmo tempo as cláusulas de vigência e de revogação. Além disso, no tocante à revogação do art. 1º da Lei nº 7.992, de 1989, não está mencionada a alteração da redação em decorrência da Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990. Assim sendo, apresento duas emendas para corrigir tais falhas.

### III – VOTO

Em face do exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1 – CDR

(ao PLS nº 394, de 2007)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, a seguinte redação:

**Art. 2º** Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

#### EMENDA Nº 2 – CDR

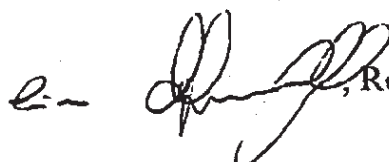
(ao PLS nº 394, de 2007)

Acrescente-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007:

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2007.

, Presidente

 , Relator

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, DE 2007 e PROJETO DE LEI DO SENADO 534, DE 2007.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/12/2007 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA - <i>Presidente em Exercício: Senador Jonas Pinheiro</i>	
RELATOR: SENADOR CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)
FÁTIMA CLEIDE	1- SIBÁ MACHADO
PATRÍCIA SABOYA <i>Patrícia Saboya</i>	2- EXPEDITO JÚNIOR
JOÃO PEDRO <i>João Pedro</i>	3- INÁCIO ARRUDA <i>João Arruda</i>
JOÃO VICENTE CLAUDINO	4- ANTONIO CARLOS VALADARES
MOZARILDO CAVALCANTI	5. JOSÉ NERY (PSOL)
<b>PMDB</b>	<b>PMDB</b>
JOSÉ MARANHÃO	1- LEOMAR QUINTANILHA
GIM ARGELLO (PTB) <i>Gim Argello</i>	2- WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA	4- VALDIR RAUPP
<b>BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)</b>	<b>BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)</b>
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	1- ADELMIR SANTANA (DEM)
JONAS PINHEIRO (DEM) <i>Jonas Pinheiro</i>	2- JAYME CAMPOS (DEM)
MARCO MACIEL (DEM) <i>Marco Maciel</i>	3- KÁTIA ABREU (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) (AUTORA)	5- TASSO JEREISSATI (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB) <i>Marisa Serrano</i>	6- FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>Flexa Ribeiro</i>
CÍCERO LUCENA (PSDB) - RELATOR	7- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
<b>PDT</b>	<b>PDT</b>
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

**PARECER**  
**Nº 002, DE 2009, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

## **I – RELATÓRIO**

Vêm à análise desta Comissão os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 394, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e nº 534, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que dispõem *sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, no Estado de Goiás*.

Os Projetos em pauta tramitam em conjunto por força da aprovação do Requerimento nº 1.233, de 2007, do Senador Cícero Lucena.

Em relação ao PLS nº 394, de 2007, o art. 1º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município mencionado. Seu parágrafo único prevê que a criação, as características, os objetivos e o funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação cabível. O art. 2º contém a cláusula de vigência, juntamente com a revogação do art. 1º da ~~Lei~~ nº 8.015, de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 1989, dispositivos que limitam o número de ZPE que podem ser criadas.

Sobre o PLS nº 534, de 2007, seu art. 1º tem teor idêntico ao do PLS nº 394, de 2007. O art. 2º contém apenas a cláusula de vigência.

Ambas as proposições foram encaminhadas à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última decisão terminativa.

Na CDR, concluiu-se pela rejeição do PLS nº 534, de 2007, e pela aprovação do PLS nº 394, de 2007, com duas emendas. A Emenda nº 1 - CDR tem por objetivo revogar dispositivos de diplomas legais que limitam o número de ZPE que podem ser criadas. São eles: o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990. A Emenda nº 2 – CDR acrescenta artigo para conter exclusivamente a cláusula de vigência, como manda a boa técnica legislativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

## II – ANÁLISE

Ambas as Proposições se coadunam com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Não ferem a ordem jurídica vigente e estão em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal. Os projetos também atendem às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

As Zonas de Processamento de Exportação são um importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de regiões menos desenvolvidas do Brasil e para fortalecer o balanço de pagamentos do País. A discussão sobre a criação de ZPE no Brasil remonta à década de oitenta, quando foi editado o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, que autorizava a criação dessas áreas aduaneiras especiais. Posteriormente, esse Decreto-Lei foi alterado

pela Lei nº 8.396, de 2 de janeiro de 1992. Entre o final da década de oitenta e meados da década de noventa, foram criadas, mediante decreto presidencial, dezessete ZPE. No entanto, elas nunca chegaram a entrar em operação.

Recentemente, o debate em torno das ZPE voltou à tona, com a discussão e aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007. Essa Lei foi alterada pela Medida Provisória nº 418, de 14 de fevereiro de 2008, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008, convertida na Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008. Diante da discussão sobre a importância das ZPE como instrumento de promoção do desenvolvimento, foram apresentados diversos Projetos de Lei do Senado com o objetivo de autorizar a criação de ZPE em vários municípios brasileiros, entre os quais estão o PLS nº 394 e o nº 534, de 2007, que ora analiso.

Sem sombra de dúvidas, as Proposições são meritórias, já que as ZPE são um importante instrumento de desenvolvimento econômico, que têm entre seus objetivos amainar as desigualdades entre as regiões, tão acentuadas no Brasil. Eu poderia aqui discorrer sobre o êxito de vários países que adotaram o modelo de ZPE, entre os quais a China e os Estados Unidos da América, para justificar o mérito desse instrumento de desenvolvimento. No entanto, recorro a um exemplo mais próximo: o Município de Teófilo Otoni, localizado no Vale do Mucuri, uma região pouco desenvolvida de Minas Gerais. Atualmente, a maior parte das gemas ali produzidas é exportada em estado bruto, sem nenhum beneficiamento. A ZPE já instalada naquele município aguarda apenas a promulgação da nova legislação e sua regulamentação para iniciar a lapidação e exportação de gemas de alto valor agregado. Ressalto que os impactos positivos de uma ZPE em Teófilo Otoni, na forma de geração de emprego e renda, não se restringirão ao município, mas se espalharão por toda a região.

Apesar de favorável às ZPE como instrumento de política de desenvolvimento, não posso desconsiderar a legislação sobre sua criação. A Lei nº 11.508, de 2007, que atualizou a legislação que trata das Zonas de Processamento de Exportação, em seu art. 2º, estabelece que “a criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente”. Essa proposta, segundo o § 1º do art. 2º, deverá satisfazer alguns requisitos, como, por exemplo, a indicação de localização adequada, no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais. O art. 3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) analisará as propostas de criação das ZPE e dará prioridade para as aquelas localizadas em áreas geográficas privilegiadas para a exportação.

Portanto, caberá ao CZPE analisar o mérito da criação da ZPE em Anápolis, no Estado de Goiás, cuja proposta deverá ser feita pelo Estado e/ou pelo Município.

Isso não significa que os Projetos sejam inócuos. Ressalto que o Senado Federal, a respeito de projetos de lei autorizativa, adota o entendimento do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador JOSAPHAT MARINHO, eminente constitucionalista, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa. De acordo com esse Parecer, “o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência”. Desse modo, creio que todos os Projetos de Lei do Senado que propõem a criação de ZPE devem ser entendidos como uma sugestão, ou mesmo uma indicação, ao Poder Executivo, que, segundo a legislação em vigor, tem a competência para criar ZPE por meio de decreto.

Por último, mas não menos importante, há algumas observações a fazer. Em primeiro lugar, a Emenda nº 1 - CDR ao PLS nº 394, de 2007, é dispensável, uma vez que o principal diploma legal que trata do tema – Lei 11.508/2007 – não impõe restrições ao número de ZPE que podem ser criadas. Quanto à Emenda nº 2 – CDR, a cláusula de vigência pode ficar no art 2º, já que não há necessidade de se revogar as cláusulas de diplomas legais que limitam o número de ZPE que podem ser criadas. Em terceiro lugar, sobre a técnica legislativa do PLS nº 394, de 2007, o parágrafo único do art. 1º deveria mencionar a Lei nº 11.508, de 2007, que regula a criação de ZPE.

Em relação ao PLS nº 534, de 2007, por tratar de matéria idêntica ao PLS nº 394, de 2007, e ter sido apresentado posteriormente, concordamos com a CDR no sentido de rejeitá-lo.

### III – VOTO

Diante do exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 – CDR ao Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, e opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, com as seguintes emendas:

#### **EMENDA Nº 3 – CAE**

(ao PLS nº 394, de 2007)

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, a seguinte redação:

**“Art. 1º .....**

*Parágrafo Único* – A criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela Lei nº 11.508, de 2007, e pela legislação pertinente.”

#### **EMENDA Nº 4 – CAE**

(ao PLS nº 394, de 2007)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, a seguinte redação:

**“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”**

Sala da Comissão, 5 de dezembro de 2008.

, Presidente



, Relator

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, DE 2007, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, DE 2007**  
**TERMINATIVOS**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05 / 12 / 08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:**

**RELATOR(A):**

*Renato Casagrande*  
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT) <i>Ideli Salvatti</i>
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR) <i>César Borges</i>

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA <i>Filomena</i>	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-HERÁCLITO FORTES (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS <i>Osamar Dias</i>	1-JEFFERSON PRAIA
-------------------------------	-------------------

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS nº 394, de 2007.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY (PT)					1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PE)					2-IDELI SALVATTI (PT)	X			
DELCLIDIO AMARAL (PT)					3-MARINA SILVA (PT)				
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					5-INACIO ARRUDA (PdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)					6-PATRICIA SABOYA GOMES (PDT)				
SERYS SHESARENKO (PT)					7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
					8-CÉSAR BORGES (PR)	X			
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERIG JUCA					1-VALTER PEREIRA				
VALDIR ZAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-EDISON LOBÃO FILHO				
NEUTO DE CONTO					6-PAULO DUQUE				
GERSON CAMATA					7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1-GILBERTO GOELLNER (DEM)				
ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM)	X				2-HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ELISEU RESENDE (DEM)	X				3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4-ROSALBA CIARLINI (DEM)				
KÁTIA ABREU (DEM)					5-MARCO MACIEL (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	X				6-ROMEU TUMA (PTB)				
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				7-ARTHUR VIRGILIO (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X				8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)				
SÉRGIO GUERRA (PSDB)					9-MARCONI PERILLO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)					10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULAR – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOAO VICENTE CLAUDINO	X				1-SÉRGIO ZAMBIASI				
GIM ARCELLO	X				2.				
TITULAR – PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PRAIA				

TOTAL 14 SIM 3 NÃO 3 PREJ 0 AUTOR 0 ABS 0 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/02/2008.

Senador Aloizio Mercadante  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nºs 01 e 02-CDR apresentadas ao PLS nº 394, de 2007.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)					1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					2-IDELI SALVATTI (PT)		X		
DELGÍDIO AMARAL (PT)					3-MARINA SILVA (PT)				
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					5-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)					6-PATRICIA SABOYA GOMES (PDT)				
SERYS SLHESARENKO (PT)					7-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
					8-CÉSAR BORGES (PR)		X		
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA					1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP		X			2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO				
MAO SANTA		X			4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-EDISON LOBAO FILHO				
NEUTO DE CONTO					6-PAULO DUQUE				
GERSON CAMATA					7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Minoridade (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Minoridade (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1-GILBERTO GOELLNER (DEM)				
ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM)		X			2-HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ELISEU RESENDE (DEM)		X			3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)				
JAYME CAMPOS (DEM)		X			4-ROSALBA CIARLINI (DEM)				
KÁTIA ABREU (DEM)					5-MARCO MACIEL (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)		X			6-ROMEU TUMA (PTB)				
CÍCERO LUCENA (PSDB)		X			7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X			8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)				
SÉRGIO GUERRA (PSDB)					9-MARCONI PERILLO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)					10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULAR – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO VICENTE CLAUDINO		X			1-SÉRGIO ZAMBIASI				
GIM ARGELLO		X			2-				
TITULAR – PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS		X			1-JEFFERSON PRAIA				

TOTAL 14 SIM – NÃO 13 PREJ – AUT – ABS – PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/12/08.

*Algizdo Mercadante*  
Senador Algizdo Mercadante  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nºs 03 e 04-CAE, apresentadas ao PLS nº 394, de 2007.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PcdB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PcdB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY (PT)					1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					2-IDELI SALVATTI (PT)	X			
DELÍCIO AMARAL (PT)					3-MARINA SILVA (PT)				
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					5-INACIO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)					6-PATRICIA SABOYA GOMES (PDT)				
SERYS SILHESSARENKO (PT)					7-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
					8-CÉSAR BORGES (PR)	X			
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO LUCÁ					1-VALTER PEREIRA				
VALDIR KAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO				
MAO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-EDISON LOBÃO FILHO				
NEUTO DE CONTO					6-PAULO DUQUE				
GERSON CAMATA					7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1-GILBERTO GOELLNER (DEM)				
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR (DEM)	X				2-HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ELISEU RESENDE (DEM)	X				3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4-ROSALBA CIARLINI (DEM)				
KATIA ABREU (DEM)					5-MARCC MACIEL (DEM)				
RAIMUNDO COLONBO (DEM)	X				6-ROMEUTUMA (PTB)				
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X				8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)				
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	X				9-MARCONI PERILLO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)					10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULAR – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				1-SÉRGIO ZAMBIASI				
GIM ARGELLO	X				2-				
TITULAR – PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PRAIA				

TOTAL 14 SIM 13 NÃO 1 PREJ - AUTOR - ABS - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/11/2008.

*Alcides Mercadante*  
Senador Alcides Mercadante  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

## TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, DE 2007

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

*Parágrafo único.* A criação e o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo serão regulados pela Lei nº 11.508, de 2007, e pela legislação pertinente. (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (NR)

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2008.

  
Senador ALOIZIO MERCADANTE, Presidente

  
Senador ELISEU RESENDE, Relator

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007.**

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

.....

**LEI Nº 11.732, DE 30 DE JUNHO DE 2008.**

Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências.

.....

OF. 232 /2008/CAE


Brasília, 09 de dezembro de 2008

A Sua Excelência o Senhor  
Senador GARIBALDI ALVES FILHO  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão apreciou, em reunião realizada nesta data, os Projetos que dispõem sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação, aprovando os Projetos de Lei do Senado nºs 306, de 2007; 457, de 2007; 458, de 2007; 716, de 2007; 508, de 2007; 132, de 2008; 133, de 2008; 394, de 2007; 395, de 2007; 234, de 2007; 235, de 2007; 254, de 2007; 377, de 2007; 415, de 2007; 439, de 2007; 440, de 2007; 441, de 2007; 491, de 2007; 232, de 2008; 245, de 2008; 246, de 2008; 356, de 2007; 357, de 2007; 488, de 2007; 489, de 2007; 490, de 2007; 515, de 2007; 554, de 2007; 381, de 2007; 418, de 2007; 536, de 2007; 379, de 2007; 380, de 2007; 631, de 2007; 648, de 2007; 361, de 2007; 364, de 2007; 366, de 2007; 382, de 2007; 349, 2007; 350, 2007; 351, de 2007; 352, de 2007; 391, de 2007; 397, de 2007; e 529, de 2007; e rejeitando o Projeto de Lei do Senado nºs 534, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nºs 394, de 2007, e o Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007.

Respeitosamente,

  
Senador ALOIZIO MERCADANTE  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

## **PARECERES**

### **NºS 3, 4 E 5, DE 2009**

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.*

(Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, nos termos do Requerimento nº 1.411, de 2007.)

#### **PARECER Nº 3, DE 2009**

(Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO.)

RELATORA: Senadora **FÁTIMA CLEIDE**

RELATOR "AD HOC": Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 491, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.*

O art. 1º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município citado. Em seu parágrafo único, o artigo prevê que a criação, as características, os objetivos e o funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação pertinente.

O art. 2º traz a cláusula de vigência.

A autora do projeto argumenta que a criação de uma ZPE em Ponta Porã se justifica pelas oportunidades de aproveitamento agroindustrial das matérias-primas produzidas na região. Além disso, sua localização geográfica, separada de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, por uma fronteira seca, estimularia ainda mais os já fortes laços econômicos e sociais ali existentes.

A proposição foi encaminhada ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Em 13 de setembro, a Proposição me foi distribuída para relatar, o que faço na presente ocasião.

Não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

## II – ANÁLISE

O PLS nº 491, de 2007, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente, atende às normas para elaboração e alterações das leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998, e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional.

A criação de Zonas de Processamento de Exportação tem-se revelado instrumento propulsor do comércio internacional em vários países. A China, onde foram criadas, a partir do final da década de setenta do século passado, centenas dessas áreas de livre comércio, obteve saltos espetaculares nas vendas para o exterior.

A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, atualizou o marco legal para as ZPEs, antes reguladas pelo Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, gerando as condições para que floresça entre nós esse instrumento comprovado de desenvolvimento regional e nacional.

O Município de Ponta Porã, onde está prevista a criação da ZPE, situa-se a oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, formando uma conurbação internacional com o Município paraguaio de Pedro Juan Caballero. A população da cidade é de 71.468 habitantes, segundo apuração feita em 2007, pelo IBGE. A densidade demográfica é de 13,4 habitantes por quilometro quadrado. A agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas.

A criação de uma ZPE em Ponta Porã atrairia novos investimentos para a armazenagem e o beneficiamento de grãos e produtos de origem animal, gerando empregos e aumentando o comércio exterior. Conseqüentemente, seria favorecido o desenvolvimento de toda a região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul.


Vale ainda lembrar que a referida Lei nº 11.508, de 2007, prevê que será dada prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em áreas geográficas privilegiadas para a exportação, caso da cidade de Ponta Porã.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2007.

, Presidente

 , Relatora



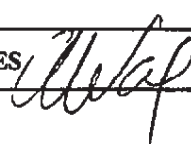

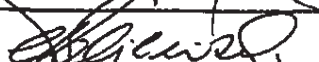

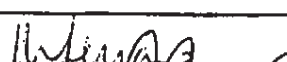

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2007.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/02/2007 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA 

RELATORA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE - Senador Antônio Carlos Valadares - Relator "AD Ha

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTE</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)
FÁTIMA CLEIDE - RELATORA	1- SIBÁ MACHADO
PATRÍCIA SABOYA	2- EXPEDITO JÚNIOR
JOÃO PEDRO 	3- INÁCIO ARRUDA
JOÃO VICENTE CLAUDINO 	4- ANTONIO CARLOS VALADARES 
MOZARILDO CAVALCANTI	5. JOSÉ NERY (PSOL)
PMDB	PMDB
JOSÉ MARANHÃO	1- LEOMAR QUINTANILHA
GIM ARGELLO (PTB)	2- WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FERREIRA 	3- PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA 	4- VALDIR RAUPP 
BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)	BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)
DEMÓSTENES TORRES (PFL)	1- ADELMIR SANTANA (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	2- JAYME CAMPOS (PFL)
MARCO MACIEL (PFL)	3- KÁTIA ABREU (PFL)
ROSALBA CIARLINI (PFL)	4- MARIA DO CARMO ALVES (PFL)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5- TASSO JEREISSATI (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB) 	6- FLEXA RIBEIRO (PSDB)
CÍCERO LUCENA (PSDB) 	7- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PDT	PDT
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

**PARECER Nº 4, DE 2009****RELATOR: Senador JONAS PINHEIRO****I – RELATÓRIO**

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 560, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul*.

O art. 1º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município mencionado. O parágrafo único do artigo prevê que a criação, as características, os objetivos e funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação cabível. O art. 2º, por sua vez, contém a cláusula de vigência.

O PLS 560/2007 foi encaminhado às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

**II – ANÁLISE**

O PLS nº 560, de 2007, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional.

As Zonas de Processamento de Exportação são um importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de áreas mais distantes do centro dinâmico da economia brasileira. O município de Ponta Porã se enquadra nesse critério. Reduzir as diferenças regionais é de suma importância para o Brasil, sendo um preceito constitucional. As ZPEs podem contribuir para isso, já que municípios localizados em áreas distantes dos

centros econômicos consolidados poderão atrair empresas devido às facilidades cambiais, tributárias e administrativas presentes nessas áreas aduaneiras especiais.

O art. 2º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que atualizou o marco regulatório das Zonas de Processamento de Exportação, estabelece que “a criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente”. Essa proposta, segundo o § 1º do art. 2º, deverá satisfazer alguns requisitos, como, por exemplo, a indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais. O art. 3º da Lei nº 11.508, de 2007, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE analisará as propostas de criação das ZPE e dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

Nesse sentido, é preciso avaliar as possibilidades de escoamento da produção de uma futura ZPE em Ponta Porã, já que a Lei nº 11.508, de 2007, estabelece a concessão de prioridades para a criação de ZPE localizada em área geográfica com fácil acesso ao mercado externo.

Por meio rodoviário, o acesso à sede do município é feito pela BR-463, que a liga ao município de Dourados, distante 120 quilômetros. A sede do município fica a uma distância de 330 quilômetros de Campo Grande, a capital do Estado. O acesso a Ponta Porã também pode ser feito pelo seu aeroporto internacional, com capacidade para setenta mil passageiros ao ano. Em termos de transporte de cargas o aeroporto é subaproveitado, já que a Infraero indicou que não houve movimento de cargas em 2006. Desse modo, ele poderia ser utilizado para escoar a produção de uma futura ZPE de Ponta Porã. Não posso deixar de mencionar, como ressalta o autor do Projeto, que o município fica próximo às vias fluviais dos Rios Paraguai e Paraná e, em consequência, do Rio da Prata, o que facilita o escoamento da produção local para o mercado externo.

O município possui cerca de 70 mil habitantes, 90% dos quais vivem na área urbana. Seu PIB atingiu R\$ 432 milhões em 2004, garantindo ao município um PIB per capita de R\$ 6,5 mil naquele mesmo ano, segundo informações do IBGE. O PIB municipal representou em 2004 pouco mais de 2% do PIB estadual, que foi de cerca de R\$ 20 bilhões. O PIB per capita de Ponta Porã é inferior ao estadual, que chegou a R\$ 8,9 mil em 2004. Esses dados reforçam a necessidade de adoção de políticas para estimular o desenvolvimento municipal. Essas políticas são ainda mais prementes devido à importância geopolítica do município, que se localiza próximo à fronteira, fazendo divisa com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero.

A economia de Ponta Porã é baseada na agricultura e na pecuária. Uma estratégia de desenvolvimento consistiria na atração de empresas industriais que agregassem valor à produção local e promovessem sua exportação. Apesar de ter o quinto maior volume de exportações do Mato Grosso do Sul, as exportações do município estão estagnadas há uma década. Em 1997, elas atingiram US\$ 33,7 milhões, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 2006, as exportações foram de US\$ 33,3 milhões. Além da estagnação, as exportações do município representam apenas 5,7% das exportações estaduais. Percebe-se que há espaço para o crescimento das exportações municipais e nesse sentido uma ZPE seria importante.

Em síntese, no que respeita ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição. Tenho apenas um reparo a fazer em relação à técnica legislativa do PLS sob análise. Seria aconselhável incluir um artigo revogando dispositivos de diplomas legais que limitam o número de ZPE que podem ser criadas.

### **III – VOTO**

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, com a seguinte emenda:

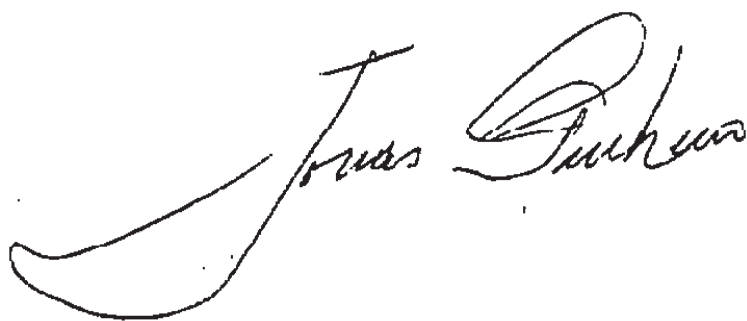
**EMENDA Nº 1 – CDR**  
(ao PLS nº 560, de 2007)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, a seguinte redação, renumerando-se o artigo referente à cláusula de vigência:

**Art. 2º** Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 2007.

, Presidente

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to read "João Pinheiro". The signature is written in a cursive, flowing style with a large initial 'J'.

, Relator

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 560, DE 2007.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/10/2007 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA <i>Lúcia Vânia</i>	
RELATOR: SENADOR JONAS PINHEIRO <i>Jonas Pinheiro</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)
FÁTIMA CLEIDE	1- SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
PATRÍCIA SABOYA	2- EXPEDITO JÚNIOR
JOÃO PEDRO <i>João Pedro</i>	3- INÁCIO ARRUDA
JOÃO VICENTE CLAUDINO	4- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
MOZARILDO CAVALCANTI	5. JOSÉ NERY (PSOL)
PMDB	PMDB
JOSÉ MARANHÃO	1- LEOMAR QUINTANILHA
GIM ARGELLO (PTB)	2- WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>	3- PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA	4- VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>
BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)	BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)
DEMÓSTENES TORRES (PFL)	1- ADELMIR SANTANA (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) - RELATOR	2- JAYME CAMPOS (PFL)
MARCO MACIEL (PFL)	3- KÁTIA ABREU (PFL)
ROSALBA CIARLINI (PFL)	4- MARIA DO CARMO ALVES (PFL)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5- TASSO JEREISSATI (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB)	6- FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>Flexa Ribeiro</i>
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PDT	PDT
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

**PARECER Nº 5, DE 2009**  
( Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.)

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

## **I – RELATÓRIO**

Vêm à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, e o Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, que dispõem sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

O PLS nº 491, de 2007, no art. 1º, autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município mencionado. O parágrafo único prevê que a criação da ZPE será feita nos termos da legislação pertinente. O art. 2º contém a cláusula de vigência. O PLS nº 560, de 2007, também apresenta as mesmas disposições, sem diferença alguma.

Ambas as proposições foram encaminhadas à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última decisão terminativa. O PLS nº 491, de 2007, foi apreciado e aprovado na CDR, sem modificações, e, agora, se encontra sob a análise desta Comissão. Já o PLS nº 560, de 2007, foi aprovado na CDR com uma modificação, que consistiu na introdução de um art. 2º para tratar de dispositivos legais que deveriam ser revogados e na renumeração da cláusula de vigência.

Mediante decisão do Plenário, com a aprovação do Requerimento nº 1.411, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, os dois projetos de lei passaram a tramitar conjuntamente por versarem sobre matéria correlata.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas às proposições nesta Comissão.

## II – ANÁLISE

O PLS nº 491, de 2007, e o PLS nº 560, de 2007, se coadunam com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. As proposições não ferem a ordem jurídica vigente e estão em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal. As duas iniciativas também atendem às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

As Zonas de Processamento de Exportação são um importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de regiões menos desenvolvidas do Brasil e para fortalecer o balanço de pagamentos no País. A discussão sobre a criação de ZPE no Brasil remonta à década de oitenta, quando foi editado o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, que autorizava a criação dessas áreas aduaneiras especiais. Posteriormente, esse Decreto-Lei foi alterado pela Lei nº 8.396, de 2 de janeiro de 1992. Entre o final da década de oitenta e meados da década de noventa, foram criadas, mediante decreto presidencial, dezessete ZPE. No entanto, elas nunca chegaram a entrar em operação.

Recentemente, o debate em torno das ZPE voltou à tona, com a discussão e aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007. Essa Lei foi alterada pela Medida Provisória nº 418, de 14 de fevereiro de 2008, convertida na Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008. Diante da discussão sobre a importância das ZPE como instrumento de promoção do desenvolvimento, foram apresentados diversos Projetos de Lei do Senado com o objetivo de autorizar a criação de ZPE em diversos municípios brasileiros, entre os quais estão o PLS nº 491, de 2007, e o PLS nº 560, de 2007, que ora analiso.

Sem sombra de dúvidas, as duas proposições são meritórias, já que as ZPE são um importante instrumento de desenvolvimento econômico, que tem entre seus objetivos amainar as desigualdades entre as regiões, tão acentuadas no Brasil. Eu poderia aqui discorrer sobre o êxito de vários países que adotaram o modelo de ZPE, entre os quais a China e os Estados Unidos da América, para justificar o mérito desse instrumento de desenvolvimento. No entanto, recorro a um exemplo mais próximo: o Município de Teófilo Otoni, localizado no Vale do Mucuri, uma região pouco desenvolvida de Minas Gerais. Atualmente, a maior parte das gemas ali produzidas é exportada em estado bruto, sem nenhum beneficiamento. A ZPE já instalada naquele município aguarda apenas a promulgação da nova legislação e sua regulamentação para iniciar a lapidação e exportação de gemas de alto valor agregado. Os impactos positivos, na forma de geração de emprego e renda, não se restringirão ao município, mas se espalharão por toda a região.

Apesar de favorável às ZPE como instrumento de política de desenvolvimento, não posso desconsiderar a legislação sobre sua criação. A Lei nº 11.508, de 2007, que atualizou a legislação que trata das Zonas de Processamento

de Exportação, em seu art. 2º, estabelece que “a criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente”. Essa proposta, segundo o § 1º do art. 2º, deverá satisfazer alguns requisitos, como, por exemplo, a indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais. O art. 3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) analisará as propostas de criação das ZPE e dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

Portanto, caberá ao CZPE analisar o mérito da criação de ZPE no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul, cuja proposta deverá ser feita pelo Estado ou pelo Município.

Isso não significa que o PLS nº 491, de 2007, e o PLS nº 560, de 2007, sejam inócuos. Ressalto que o Senado Federal, a respeito de projetos de lei autorizativa, adota o entendimento do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador JOSAPHAT MARINHO, eminente constitucionalista, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa. De acordo com esse Parecer, “o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência”. Desse modo, creio que todos os Projetos de Lei do Senado que propõem a criação de ZPE devem ser entendidos como uma sugestão, ou mesmo uma indicação, ao Poder Executivo, que, segundo a legislação em vigor, tem a competência para criar ZPE por meio de decreto.

Em síntese, no que respeita ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam as duas proposições. No entanto, cabe considerar que o PLS nº 491, de 2007, tem preferência sobre o PLS nº 560, de 2007, pois o primeiro foi apresentado no dia 22 de agosto, enquanto a apresentação do segundo se deu no dia 19 de setembro.

Como cabe rejeitar o PLS nº 560, de 2007, não se faz necessário o posicionamento sobre a Emenda nº 01-CDR, pois a mesma ficou prejudicada. Para atender à técnica legislativa, apresento uma emenda com pequeno ajuste na redação do parágrafo único do art. 1º do PLS nº 491, de 2007, com a menção à Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que atualizou e aperfeiçoou o marco legal da criação e funcionamento das ZPE no País.

### III – VOTO

Diante do exposto, recomendo a rejeição do PLS nº 560, de 2007, e a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 2 – CAE (PLS nº 491, de 2007)

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do projeto a seguinte redação:

“Art. 1º .....

*Parágrafo único.* A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e pela legislação pertinente.”

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2008.



, Presidente

, Relator

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2007, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 560, DE 2007**  
**TERMINATIVOS**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/12/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:**

**RELATOR(A):**

*Min. Randi*  
**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)**

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT) <i>Edeli</i>
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR) <i>César Borges</i>

**Maioria (PMDB)**

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA <i>Falmar</i>	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)**

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-HERÁCLITO FORTES (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

**PTB**

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2-

**PDT**

OSMAR DIAS <i>Osamar Dias</i>	1-JEFFERSON PRAIA
-------------------------------	-------------------

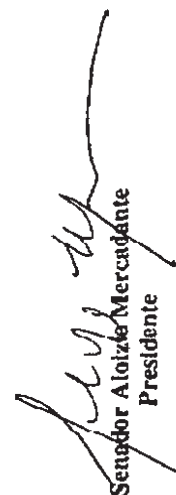
## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 491, de 2007.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)					1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					2-IDELI SALVATI (PT)	X			
DELÍCIO AMARAL (PT)					3-MARINA SILVA (PT)				
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					5-INACIO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)					6-PATRICIA SABOYA GOMES (PDT)				
SERYS SLHESARENKO (PT)					7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
					8-CÉSAR BORGES (PR)	X			
TITULARES - Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA					1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-EDISON LOBÃO FILHO				
NEUTO DE CONTO					6-PAULO DUQUE				
GERSON CAMATA					7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIRO SANTANA (DEM)					1-GILBERTO GOELLNER (DEM)				
ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM)	X				2-HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ELISEU RESENDE (DEM)	X				3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)				
AYME CAMPOS (DEM)	X				4-ROSALBA CIARLINI (DEM)				
KATIA ABREU (DEM)					5-MARCO MACIEL (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	X				6-ROMEU TUMA (PTB)				
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X				8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)				
SÉRGIO GUERRA (PSDB)					9-MARCOM PERILLO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)					10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				1-SÉRGIO ZAMBIASI				
GIM ARGELLO	X				2-				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PRAIA				

TOTAL 111 SIM 12 NÃO 7 PREJ 7 AUT 7 ABS 7 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/08.

  
Senador Aloizio Mercadante  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 01-CAE, apresentada ao PLS nº 491, de 2007.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)					1-FLÁVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					2-IDELI SALVATTI (PT)	X			
DELÍDIO AMARAL (PT)					3-MARINA SILVA (PT)				
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					5-INÁCIO ARRUDA (PdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)					6-PATRICIA SABOYA GOMES (PDT)				
SERY'S SLHESARENKO (PT)					7-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
					8-CÉSAR BORGES (PR)	X			
TITULARES - Minoria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Majoria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA					1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAN BORGES					5-EDISON LOBÃO FILHO				
NEUTODE CONTO					6-PAULO DUQUE				
GERSON CAMATA					7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1-GILBERTO GOELLNER (DEM)				
ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM)	X				2-HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ELISEU RESENDE (DEM)	X				3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4-ROSALBA CIARLINI (DEM)				
KATIA ABREU (DEM)					5-MARCO MACIEL (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	X				6-ROMEU TUMA (PTB)				
CICERO LUCENA (PSDB)	X				7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X				8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)				
SÉRGIO GUERRA (PSDB)					9-MARCONI PERILLO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)					10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				1-SÉRGIO ZAMBIASI				
GIM ARGELLO	X				2.				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT				
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PRAIA				

TOTAL 14 SIM 13 NÃO 1 PREJ - AUTOR - ABS - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/09.



Senador Aloizio Mercadante  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

## **TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2007**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

*Parágrafo único.* A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e pela legislação pertinente. (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2008.

  
Senador ALOIZIO MERCADANTE

  
Senador ELISEU RESENDE

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007.**

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

**LEI Nº 11.732, DE 30 DE JUNHO DE 2008.**

Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências.

OF. 232/2008/CAE


Brasília, 09 de dezembro de 2008

A Sua Excelência o Senhor  
Senador GARIBALDI ALVES FILHO  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão apreciou, em reunião realizada nesta data, os Projetos que dispõem sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação, aprovando os Projetos de Lei do Senado nºs 306, de 2007; 457, de 2007; 458, de 2007; 716, de 2007; 508, de 2007; 132, de 2008; 133, de 2008; 394, de 2007; 395, de 2007; 234, de 2007; 235, de 2007; 254, de 2007; 377, de 2007; 415, de 2007; 439, de 2007; 440, de 2007; 441, de 2007; 491, de 2007; 232, de 2008; 245, de 2008; 246, de 2008; 356, de 2007; 357, de 2007; 488, de 2007; 489, de 2007; 490, de 2007; 515, de 2007; 554, de 2007; 381, de 2007; 418, de 2007; 536, de 2007; 379, de 2007; 380, de 2007; 631, de 2007; 648, de 2007; 361, de 2007; 364, de 2007; 366, de 2007; 382, de 2007; 349, de 2007; 350, de 2007; 351, de 2007; 352, de 2007; 391, de 2007; 397, de 2007; e 529, de 2007; e rejeitando o Projeto de Lei do Senado nºs 534, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nºs 394, de 2007, e o Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007.

Respeitosamente,

  
Senador ALOIZIO MERCADANTE  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Com referência ao Ofício nº 232, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, lido em 22 de dezembro de 2008, a Presidência comunica ao Plenário que fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 394** (tramitando em conjunto com o PLS nº 534, de 2007) e **491, de 2007** (tramitando em conjunto com o PLS nº 560, de 2007), sejam apreciados pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

Pela falta evidente de número no plenário, vou adiar a matéria.

Não mais havendo matéria constante da pauta para a Ordem do Dia, vamos voltar à lista de oradores inscritos.

São os seguintes os itens transferidos:

### 2

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008*.

### 3

#### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

### 4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

### 5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pro-

nunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

**6****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 5, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**7****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

**8****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

**9****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

**10****SUBSTITUTIVO AO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

**11****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 20, DE 1999***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228*

*da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

**12**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 18, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999;  
3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

**13**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de  
1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

**14**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20,  
de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

**15**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20,  
de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

**16**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com  
as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20,  
de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

**17**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

**18**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha),

que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

**19**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**20**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**21**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**22**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

**23**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**24**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

**25**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 28, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolum-

bre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

## 26

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova*.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti.

## 27

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro*. Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

## 28

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho*.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator “*ad hoc*”: Senador Virginio de Carvalho.

## 29

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**

(*Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.*)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro*

de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (*dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado*).

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

## 30

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003**

(*Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003*)  
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

## 31

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

(*Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003*)  
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007*)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 169, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial)*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 277, DE 2007***(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 226, DE 2006***(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 32, DE 2008***(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*.

37

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 33, DE 2008***(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)*.

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 34, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143  
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 35, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143  
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

41

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

42

**REQUERIMENTO Nº 1.048, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222,  
§ 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.*

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

**REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222,  
§ 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

**REQUERIMENTO Nº 1.423, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222,  
§ 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando de voto de aplauso pelo transcurso do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança e Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.*

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

**REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

46

**REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.*

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador César Borges.

47

**REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismos a técnicas duras de interrogatório como o "waterboarding".*

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

**REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

49

**REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro, *solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.*

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

50

**REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.*

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

51

**REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os*

*imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes ilegais por até 18 meses.*

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

**52****REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

**53****REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pela Colômbia.*

**54****REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.*

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

**55****REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete*

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

**56****REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.*

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

**57****REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.*

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

58

**REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

59

**REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao PROFESSOR Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça. *solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internaciona de Justiça.*

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

60

**REQUERIMENTO Nº 1.650, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Em primeiro lugar, está inscrito o Senador Marco Maciel, por cessão do Senador Eduardo Azeredo, a quem, com muito prazer, concedo a palavra.

O segundo será o Senador Jefferson Praia, pelo PDT.

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE. Pronuncia

o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, Srªs e Srs. Senadores, apresentei, no ano 2007, projeto de lei propondo 2010 como o Ano Nacional Joaquim Nabuco, em comemoração do primeiro centenário do seu falecimento. Nascido em 1849, ele faleceu aos 60 anos de idade, quando ainda muito podia fazer pelo Brasil.

Filho de político – o Senador, Ministro da Justiça e Conselheiro do Império, Nabuco de Araújo, a quem biografou de forma magistral –, Joaquim Nabuco reconhece, no seu livro de recordação intitulado Minha Formação, ter vivido muito da política, com ‘p’ grande, da Política que é história, porque muito contribui a fazê-la.

Para Nabuco, a Política era uma missão, sua, a da abolição não só da escravidão, também a de seus efeitos negativos, que iriam perdurar durante muito tempo no Brasil, como demonstra já no seu livro O Abolicionismo. Em discurso, às vésperas da abolição, ele defendia a reforma agrária para dar terra aos libertos e, em Minha Formação, destaca a importância da educação aos ex-escravos. Sem terras nem escola, a escravidão continuaria sob novas formas, como realmente se vê ainda hoje. O Papa João Paulo II, na sua primeira visita ao Brasil, lembrou que uma pesada hipoteca social prossegue sobre o nosso desenvolvimento.

Na recente edição da Correspondência 1880-1905, publicada há pouco no Brasil e em Londres, estão as cartas entre Joaquim Nabuco e Charles Allen, Secretário da Sociedade Britânica contra a Escravidão, reunidas por José Murilo de Carvalho, da Academia Brasileira de Letras, instituição de que o Presidente José Sarney faz parte e é decano, e Leslie Bethell, historiador britânico, em que fica demonstrado que, para Nabuco, “o Brasil só poderia se firmar como Nação” ao respeitar os valores constitutivos da civilização ocidental.

A Sociedade Britânica e Internacional contra a Escravidão era prestigiosa entidade abolicionista internacional, sediada em Londres, predecessora das atuais Organizações Não Governamentais, as chamadas ONGs. A liderança dos abolicionistas, com Wilberforce à frente, foi prosseguida por Buxton dentro e fora do Parlamento. Em 1833, ele extinguiu a escravidão nas colônias britânicas da África. Aquela sociedade conseguiu que Nabuco fosse recebido na própria casa de Gladstone, várias vezes Primeiro-Ministro, e que o Cardeal Manning de Londres a apresentação de Nabuco ao Papa Leão XIII, autor da Encíclica Rerum Novarum, “sobre as coisas novas” – que, aliás, foi a primeira encíclica de viés social da Igreja –, dele vindo

a receber a carta condenando a escravidão no Brasil. Mesmo após a abolição no Brasil, Joaquim Nabuco prosseguiu se correspondendo com os abolicionistas britânicos.

Nas palavras de Nabuco, “sou antes espectador do meu século do que do meu País; a peça é para mim a civilização, se está representando em todos os teatros da humanidade”. Continuo citando Nabuco: “A abolição no Brasil me interessou mais do que todos os outros fatos ou séries de fatos de que fui contemporâneo. A escravidão é um fato, não uma instituição; um crime social, não um direito natural”. O argumento de Nabuco era o mesmo dos abolicionistas ingleses: uma civilização moral, ética, tinha de condenar a escravatura. Essa afirmação hoje se aplica às novas formas de escravidão social, econômica e moral no Brasil e no mundo.

Em meio aos debates da reforma eleitoral, em março de 1879, Nabuco decidiu se concentrar na “questão servil”, como então era chamada. Ele não iniciara o debate. A emancipação dos escravos era idéia antiga também no Brasil, como os textos de José Bonifácio demonstram. Esteve presente na agenda do Parlamento duas vezes no Segundo Reinado. A Lei Eusébio de Queirós secara a fonte, proibindo a importação de africanos no Brasil. Nos anos 1860, voltou à discussão incrementada também pelo movimento abolicionista internacional. Colônias portuguesas, britânicas e francesas tinham libertado seus escravos. A guerra civil nos Estados Unidos fizera o mesmo, e a servidão na Rússia fora extinta em 1861. Não é à toa que o Brasil ficou malsituado nesse processo, porque foi um dos últimos países do mundo a emancipar os escravos.

Havia posições mais moderadas, querendo a abolição total da escravatura dentro de quinze anos e sem indenização. Outros preconizando leis como a do Ventre Livre e a dos Sexagenários, que preparavam o desfecho. Tavares Bastos, em 1866, apresentou projeto de libertação dos escravos de propriedade do governo e concessão de terras, equipamento e gado para eles. Depois propôs um imposto territorial visando obrigar os senhores a renunciarem aos seus escravos. Coube, todavia, a Nabuco dar o passo final e decisivo.

A primeira circular da candidatura de Nabuco a deputado geral – o que hoje nós chamamos deputado federal – apareceu em O Abolicionista, uma de suas obras, de 1º de agosto de 1879. Dizia Nabuco: “Não empreenderei uma campanha eleitoral de solicitações ainda mais importunas para o eleitor do que para o candidato”. Endossava a plataforma liberal: liberdade de comércio, de indústria, de associação; descentralização administrativa; transferência de atribuições do Poder Moderador do Imperador para o Ministério e a

Câmara. Mas, como não podia mais deixar de ser, o eixo era a abolição – “a primeira de todas na hierarquia das grandes reformas nacionais”. Sintetizava seu projeto e apelava aos eleitores para fazer a abolição pacífica pelos caminhos legais.

Sr. Presidente José Sarney, Nabuco inspirava-se nos estadistas ingleses, americanos e nos primeiros liberais brasileiros. A causa estava acima das pessoas. Cito Nabuco mais uma vez: “representa não uma individualidade, mas uma política”.

Havia cada vez mais debate sobre a questão. A abolição seria outro rompimento com o legado colonial: “A emancipação é hoje o que era a independência em 1822”. “É no Parlamento que a emancipação deve ser decidida – e não na praça pública”, dizia Nabuco. Era um programa “em termos pragmaticamente reformistas”, “contra as utopias das rupturas revolucionárias”, como destacou muito bem o historiador Evaldo Cabral de Mello – irmão, aliás, do grande poeta João Cabral de Mello Neto – em apresentação à inédita correspondência entre Nabuco e os abolicionistas britânicos.

Em geral moderado, não resistiu a um final do impacto: “Esta questão não deve ser resolvida sem os fazendeiros, e Deus permita que nunca seja resolvida contra eles, mas não pode ser resolvida só por fazendeiros. (...) Não! O Brasil é alguma coisa mais do que um grande mercado de café”. Assim abriu distância intransponível entre o governo e a maioria dos eleitores proprietários de terras e de escravos.

A pressão popular nas ruas, liderada por José do Patrocínio e acalmada por André Rebouças, convergiu para o Parlamento pelo prestígio que emprestava à causa Joaquim Nabuco, esse grande libertador.

Nabuco foi diplomata de carreira, antes e depois da sua participação na política abolicionista, mas nela o seu cenário maior era o Parlamento, no qual exerceu mandatos que hoje se chamam de deputado federal, de 1879 a 1888.

Ele mesmo dizia que: “Um homem, em geral, não leva a efeito mais de uma ideia. Eu dediquei-me todo à abolição”. “Quando sou pela primeira vez eleito para o Parlamento, tinha necessidade de outra provisão de sol interior; era-me preciso não mais o diletantismo, mas a paixão humana, o interesse vivo, palpitante, absorvente, no destino e na condição alheia, enfim, na sorte dos infelizes; aproveitar a minha vida” – concluiu, citando Nabuco – “em qualquer obra de misericórdia nacional; ajudar o meu País, prestar os ombros à minha época, para algum nobre empreendimento”.

Nos tempos de estudante de Direito, Nabuco, ao defender um escravo homicida, confessava ter-se muito inspirado no Presidente Abraham Lincoln. Em 1909, já Embaixador nos Estados Unidos – e lá defendeu po-

líticas panamericanistas em várias conferências, que inclusive publicou posteriormente –, reconhecia em conferência: “Pessoalmente, devo a Lincoln não só a escolha, senão também o desempenho do que cuido haver sido a minha missão na vida, como a de tantos outros: a emancipação dos escravos”.

Sr. Presidente, Nabuco sempre insistiu que a abolição da escravatura era, e continua, fundamental para a própria essência da civilização: “A civilização deve ser essencialmente o melhoramento das condições sociais da humanidade, mas chamaríamos melhor civilização o aumento do poder intelectual do homem, visto que o aumento do poder intelectual só poderia levar a uma condição social permanentemente satisfatória, isto é, a uma condição baseada na verdade e confiada inteiramente à liberdade”.

Por tudo isso, e muito mais, Joaquim Nabuco, na Câmara dos Deputados, ao lado de muitos outros, entre os quais ressaltaria aqui Rui Barbosa, Patrono desta Casa, são os exemplos máximos de parlamentares democráticos brasileiros, liberais e sociais. A comemoração também do centenário de nascimento de Nabuco apresenta-se assim entre o que há de melhor na memória nacional com projeção até no exterior, como se vê na recente publicação de sua correspondência abolicionista em Londres.

Enfim, Sr. Presidente Senador José Sarney, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que eu desejo ressaltar é que não devemos deixar passar o ano de 2010 sem convertê-lo em Ano Cultural Joaquim Nabuco, não somente para que nós possamos melhor conhecer a sua obra, mas também para que consigamos reavivar muitas das bandeiras que foram objeto da sua luta, sendo que muitas delas ainda se encontram atuais.

Nabuco foi não somente um modelo de cidadão, de parlamentar, de político, de diplomata, mas foi também um grande escritor, aliás, de um estilo extremamente rico, herança que, certamente, herdou do seu pai, o Conselheiro Nabuco de Araújo.

Eu encerraria as minhas palavras, Sr. Presidente, portanto, defendendo aqui a aprovação do projeto de lei, já aprovado no Senado e que se encontra em tramitação na Câmara, denominando o ano 2010 de Ano Joaquim Nabuco.

Devo acrescentar que o Relator da matéria na Câmara dos Deputados já assegurou que certamente a relatará neste semestre, de sorte a que possamos fazer cerimônias aqui, no Senado Federal, e na Câmara dos Deputados alusivas a essa grande figura que foi Joaquim Nabuco. E, ao fazê-lo, estaremos homenageando não somente o grande abolicionista, mas também a figura de seu pai, que é autor de uma obra

notável, chamada O Estadista do Império, essencial à compreensão, sobretudo, do Segundo Reinado.

Concluo, portanto, minhas palavras, expressando a convicção, mais do que isso, a certeza de que nós podemos iniciar o ano de 2010 homenageando a grande figura de Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Agradeço ao Senador Marco Maciel o seu pronunciamento, sobretudo ressaltando a necessidade de, mais uma vez, esta Nação homenagear Joaquim Nabuco.

Na verdade, a grande mancha da História do Brasil é a escravidão, e foi Nabuco que pôde construir uma consciência nacional contra a escravidão, porque inúmeros projetos de leis, inúmeras iniciativas foram feitas a esse respeito, mas só quando Nabuco, através da palavra, conseguiu levantar as consciências do País, a abolição tornou-se possível.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, nesses dias de luta eleitoral aqui, de que eu participava, tinha o meu refúgio lendo as cartas que José Murilo de Carvalho agora conseguiu reunir. São cartas de Nabuco ao Secretário Allen, da Anti-Slavery Society, sociedade britânica contra a escravidão, que vigiava a escravidão no Brasil e no mundo inteiro. São cartas que honram o Brasil, porque ele diz da importância de que Nabuco representava não somente para a causa da libertação de escravos no Brasil, mas para a causa da liberdade em todo o mundo. Mesmo depois que a abolição foi concluída, Nabuco continuou a se corresponder com ele e, ao mesmo tempo, a participar de ações no mundo inteiro. Onde houvesse um processo de escravidão, aí estava a figura de Joaquim Nabuco.

E também o que V. Ex<sup>a</sup> bem ressaltou: o grande escritor que ele foi. O estadista do Império é realmente... Dizia meu pai – e eu aprendi isso com ele e hoje posso repetir dizendo que ele estava certo – que é o melhor livro de melhor estilo escrito em língua portuguesa, pela maneira com que ele traça os perfis das pessoas. Ele reconstrói o seu tempo, a vida do Primeiro e do Segundo Império, principalmente. Conseguiu, com isso, reavivar na eternidade tudo o que aconteceu naquela luta do século XIX, que foi uma página importante da história do Brasil e que muito honra este País.

Portanto, é com grande satisfação e felicidade... E nunca o Brasil resgatará aquilo que nós devemos a Joaquim Nabuco. Até porque mesmo se diz que 60% da política é feito pela palavra, e foi a palavra de Joaquim Nabuco que tornou possível transformar e fazer o maior movimento de consciência que já houve neste País, o movimento em favor da abolição da escravatura, escravidão essa que mancha até hoje a História do Brasil.

Ali está o Senador Paulo Paim, que é um lutador desta causa neste Congresso, sempre relembrando e contando com a minha solidariedade. E sempre teve, ao longo do tempo, a minha solidariedade à luta que se trava no Brasil em favor da ascensão da raça negra. Tenho a felicidade de haver criado a Fundação Palmares, quando era Presidente da República, na qual consta esse grande movimento das terras quilombolas, e, até hoje, estamos resgatando uma grande dívida que temos.

José Bonifácio, no tempo de Independência, dizia que duas coisas não concluíram a Independência. Naquele momento, nós proclamamos a Independência, mas não aproveitamos o instante para extinguir a escravidão e, ao mesmo tempo, mudar a política indígena que nós tínhamos, política essa de enfrentamento que continuou dizimando as tribos que existiam no Brasil.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, quero, neste momento, destacar a posse da nova diretoria do Confea – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, ocorrida ontem. Assumiu como Presidente do Confea o engenheiro Marcos Túlio de Melo e vários conselheiros titulares e suplentes.

Aproveito a oportunidade para destacar trechos do discurso proferido pelo Presidente do Confea. Diz o engenheiro Marcos Túlio no tópico “Conhecimento: Motor do Desenvolvimento”:

O mundo todo está cada vez mais consciente de que o conhecimento representa hoje o que o aço representou para a revolução industrial.

E o conhecimento, conforme nos ensina o professor Cipriano Carlos Luckesi é a transformação das informações em coisas e produtos que nos ajudam a resolver problemas e ter uma vida melhor.

Conhecimento é o produto principal das nossas atividades profissionais. Portanto, Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geografia, Geologia e Meteorologia são, em última análise, fatores de produção de riquezas, desenvolvimento científico e inovação tecnológica.

Somos, conforme já afirmei, profissões do desenvolvimento e a ele vinculados.

E a gestão desse potencial é, no fim das contas, o objeto de todas as organizações do Sistema Confea/Crea e Mútua.

Todos os países desenvolvidos devem o seu desenvolvimento ao investimento em

educação (e, particularmente, na formação em ciências e tecnologia).

O Brasil não será diferente. Se quiser ser grande terá de investir naquilo que faz os países serem grandes: educação.

O Confea irá ampliar as parcerias com o MEC, com a ANDIFES, com o CRUB e com as Escolas Técnicas, buscando uma educação de qualidade.

A visão do Brasil que temos para 2033 é a de um país livre e soberano, exportador de conhecimentos e não de talentos. Exportador de tecnologias e não de matéria-prima bruta.

Um país desenvolvido socialmente. Com um IDH alto e distribuído em todas as regiões.

A visão do Brasil que temos para 2033 é a de um país onde as profissões da área tecnológica sejam motores do desenvolvimento e seus agentes capazes de produzir riquezas de forma sustentável e com responsabilidade social e ambiental.

Para isso, neste nosso presente, precisamos nos conscientizar do nosso papel e executarmos, todos nós, as ações que ajudarão a construir o futuro desejado.

Sr. Presidente, termino parabenizando todo o Sistema Confea/Crea e desejando sucesso na nova administração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Jefferson Praia, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento do Senador Jefferson Praia, do PDT do Amazonas, convidamos para usar da palavra o Senador pelo Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi, do PTB, Partido também fundado pelo gaúcho Getúlio Vargas. Ele vai usar da palavra por cessão do Senador João Vicente Claudino, do PTB do Estado do Piauí.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, colegas Senadoras e Senadores, senhoras e senhores, inicialmente eu não poderia deixar também, querido colega Paulo Paim, de citar aqui que, hoje, esta Casa celebrou uma bela homenagem aos 100 anos da Cruz Vermelha Brasileira. E eu não poderia deixar de, em meu nome, em nome do Senador Paim e do Senador Simon, citar o trabalho da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Estado do Rio Grande do Sul, sob a Presidência do Dr. Nício Brasil

Lacorte – Presidente –, e citar também um grande voluntário, uma pessoa maravilhosa, como todos aqueles que administram a Cruz Vermelha, lá trabalham e são voluntários, oferecem seu tempo disponível em nome dos princípios fundamentais dessa instituição, que é a solidariedade e a humanidade: o Dr. Paim. Não sei se tem relação de parentesco com o nosso Senador, mas a simples razão de ser Paim já é suficiente para demonstrar a grande pessoa que é o Dr. Paim, um médico psiquiatra que há anos dá atenção àqueles que procuram os trabalhos da Cruz Vermelha no Rio Grande do Sul, que existe desde 1940. Foi fundada em Porto Alegre em 16 de maio de 1940 e tem sede própria na Avenida Independência, na área praticamente central de Porto Alegre.

É sempre bom destacar o trabalho que a Cruz Vermelha realiza. Seus membros se destacam por uma equipe multidisciplinar de voluntários que executam atividades administrativas e técnicas altamente especializadas. Através do Programa V.I.D.A. (viver independente de adições), abrange a área da saúde, com ambulatório clínico que atende dependentes químicos, a área da capacitação e socorro de primeira resposta, a área de formação de voluntariado e a área da educação comunitária na prevenção ao uso de drogas e demais adições, como o álcool e orientação também aos fumantes. Além disso, abriga mais de dezesseis tipos de grupos de ajuda, desde alcoólicos anônimos até os de comedores compulsivos, dedicando-se também a estimular grupo de doadores de sangue e propiciando ainda um serviço de busca e de paradeiro de desaparecidos, entre outros.

Realmente, o trabalho da Cruz Vermelha é algo comovente, emocionante, que chama a atenção de todos exatamente porque todos que ali atuam são voluntários, dando do seu tempo disponível em prol do benefício das relações humanas, da autoestima. Acompanhei e encaminhei muitas pessoas, especialmente na área do alcoolismo, para buscar atendimento, socorro, atenção, junto à Cruz Vermelha brasileira em Porto Alegre e também a atenção para dependentes químicos. O trabalho dessa instituição merece o nosso louvor, merece a nossa admiração e o nosso reconhecimento, indiscutivelmente.

Que bom que esta Casa, Senador Mão Santa, tem oferecido esse espaço para mostrar ao Brasil, através dos seus veículos de comunicação, da tevê, do rádio, do jornal, através de nós, Parlamentares, o trabalho que essa entidade vem realizando. Quero aqui dar o meu testemunho do trabalho que conheço de perto, lá em Porto Alegre, do Presidente Nício Lacorte, do Dr. Paim e de toda a equipe que lá, ainda agora, está trabalhando, neste exato momento, recebendo pes-

soas e oferecendo amparo humano, solidário àqueles que buscam socorro nas mais diversas áreas. Mas a atenção principal, aquela que eu acho que realmente repercute mais é àqueles grupos de ajuda. Esses são, realmente, de um resultado fantástico. São pessoas que discutem entre si experiências e soluções, apoios e amparos, destacando especialmente os alcoólicos anônimos, os comedores compulsivos, os fumantes e os dependentes químicos.

Então, parabéns a nossa Cruz Vermelha Brasileira e a saudação aos nossos conterrâneos do Rio Grande do Sul.

Eu, hoje, também havia separado, Senador Mão Santa, um pequeno espaço, mas eu quero apenas deixar reservado para os próximos dias. É que nós estamos em 2009, e 2009 marca os 200 anos de nascimento de Louis Braille, criador do método de leitura Braille para cegos.

Ele nasceu em janeiro de 1809, nos arredores de Paris. Viveu menos de 50 anos, mas a sua passagem entre nós permitiu revolucionar a maneira como milhões de nossos semelhantes viriam a ler e a interpretar o mundo, garantindo-lhes acesso à boa parte do acervo literário e científico produzido pela humanidade.

Para isso, nós precisamos de um espaço um pouco maior desta Casa. Nós entendemos que a história deste homem e o trabalho que Braille iniciou na França, que hoje é utilizado no mundo inteiro, como forma de inclusão social para os cegos, no Brasil, nós temos, conforme as últimas estatísticas, mais de 150 mil cegos. É um número realmente expressivo, fora aqueles com dificuldade de visão, que são, então, aí sim, milhões.

Eu quero registrar o recebimento de algumas correspondências, especialmente da Sr<sup>a</sup> Dorina Gouvea Nowill, que é Presidente de honra da Comissão Brasileira para o Bicentenário Louis Braille e Presidente Emérita e vitalícia da Fundação Dorina Nowill para Cegos. Ela lembra aqui de um apelo feito ao Presidente Lula para que, no período de 23 a 29 de agosto deste ano, seja instituída a Semana Nacional Comemorativa do Bicentenário do Nascimento de Louis Braille. Acho importante que o Governo, o Presidente Lula, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação possam estar integrados nessa semana de comemorações.

Eu também tenho aqui em minhas mãos o registro da Organização Nacional de Cegos do Brasil. O Presidente Antônio José do Nascimento Ferreira e o Secretário Valmir Raymond, que é gaúcho, lá da cidade de Bento Gonçalves, também estão reivindicando que instalemos a semana de valorização da pessoa com deficiência aqui no Senado Federal, que tem se

destacado como uma das instituições públicas que reconhecem a importância dessas ações.

O Senado tem a sua Semana da Pessoa com Deficiência e, neste ano, na Semana da Pessoa com Deficiência a ser celebrada aqui no Senado Federal, nós possamos destacar exatamente a questão dos cegos, da pessoa com deficiência visual.

O Bicentenário Louis Braille é comemorado em 158 países neste ano de 2009. É, portanto, uma homenagem internacional, por ser ele o criador do sistema de escrita e de leitura em Braille.

O Senador Flávio Arns apresentou um projeto que está tramitando nesta Casa que cria o Dia Nacional do Braille. Existem inúmeros projetos aqui tratando dessas questões. Por esta razão, estamos deixando, publicamente, o pedido à nova Mesa Diretora, Senador Mão Santa, para que coloque na pauta a questão do cego, a questão da fantástica história, nascida a partir de Louis Braille, permitindo, através da escrita e da leitura em Braille, a inclusão social de milhões de pessoas em todo mundo e de milhares de pessoas no Brasil.

Que o Governo Federal, a Casa Civil, os Ministérios da Educação e da Saúde possam também se manifestar a respeito da proposta de o Brasil instituir, entre 23 e 29 de agosto deste ano, a Semana Comemorativa ao Bicentenário de Nascimento de Louis Braille.

Era isso, Presidente Mão Santa. Agradeço a sua atenção, agradeço a cessão desse espaço. Espero voltar brevemente com mais informações a respeito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento desse Líder do Rio Grande do Sul, do Partido Trabalhista Brasileiro, Senador Sérgio Zambiasi, prestando homenagem a Braille, convidamos para usar da palavra, de acordo com a lista de inscrição, a Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para aqui comentar que, no último dia 5 de fevereiro, foi comemorado, pela primeira vez, o Dia Nacional da Mamografia. A Lei nº 11.695, proveniente do projeto de lei de minha autoria, que institui a data especial, foi sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República no dia 12 de junho do ano passado.

Ao propor a instituição do dia 5 de fevereiro como o Dia Nacional da Mamografia, estava eu motivada pela firme convicção da importância de se ampliarem a conscientização e a mobilização no sentido de garantir o acesso de todas as mulheres acima de 40

anos de idade ao exame mamográfico periódico e de boa qualidade.

Na última quinta-feira, participei, como convidada, do evento que marcou a primeira comemoração no Brasil do Dia Nacional da Mamografia. A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, o Colégio Brasileiro de Radiologia, a Sociedade Brasileira de Mastologia, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro uniram-se em significativa reunião, que exaltou a oportunidade do Dia Nacional como forma de salvar vidas das mulheres brasileiras.

O evento ocasionou a feliz coincidência de que este primeiro Dia Nacional da Mamografia, comemorado no último dia 5, viesse a acontecer exatamente no ano em que se celebra o centenário do Serviço de Radiologia da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

O Professor Hilton Augusto Koch, coordenador do evento, foi o responsável pela criação do Centro de Diagnóstico Mamário do Serviço de Radiologia da Santa Casa de Misericórdia.

Esse Centro serviu como laboratório para a consolidação do Programa de Controle da Qualidade em Mamografia do Colégio Brasileiro de Radiologia.

Outro trabalho realizado pelo Professor Koch foi a coordenação da Campanha Nacional de Combate ao Câncer do Ministério da Saúde, entre os anos de 1985 e 1988, tendo, juntamente com a Sociedade Brasileira de Mastologia, organizado a campanha do autoexame das mamas com a atriz Cássia Kiss, campanha que surtiu enorme resultado.

Por fim, criou-se a Comissão Nacional de Mamografia para gerenciar o Programa de Controle da Qualidade em Mamografia do Colégio Brasileiro de Radiologia.

É preciso deixar claro aqui esse trabalho do Dr. Koch não apenas em favor das mulheres brasileiras, que têm recebido o resultado do trabalho dedicado ao longo desses anos, como também a possibilidade que o Dr. Koch oferece aos acadêmicos de Medicina, principalmente àqueles que querem especializar-se em radiologia, de estarem ali acompanhando todo o estudo, todo o processo de busca da qualidade, do controle da mamografia, criada pelo Colégio Brasileiro de Radiologia.

Senhoras e Senhores, as estimativas da Organização Mundial da Saúde apontam para a ocorrência de mais de um 1 milhão e 50 mil casos novos de câncer de mama a cada ano em todo o mundo, número que o torna o câncer mais comum entre as mulheres. Também em nosso País observa-se situação semelhante.

Informações processadas pelos Registros de Câncer de Base Populacional, disponíveis para 16 cidades brasileiras, mostram que, na década de 90, ele foi o câncer mais frequente no Brasil.

No Brasil, diferentemente dos países desenvolvidos, o aumento da incidência do câncer de mama tem sido acompanhado do aumento da mortalidade.

E a explicação para esse quadro lamentável reside, obviamente, nos diagnósticos tardios e na consequente aplicação tardia da terapêutica adequada.

Não é de se estranhar, pois, que, de todos os cânceres, o de mama é o que mais mata as mulheres no Brasil. No ano passado, 10,4 mil mulheres morreram no País dessa neoplasia.

Portanto, do ponto de vista da saúde pública, as intervenções para o enfrentamento do câncer de mama precisam estar direcionadas à sua detecção precoce, assegurando-se recursos, diagnósticos adequados e tratamento oportuno.

No Brasil, levantamento realizado há alguns anos pelo Instituto Nacional do Câncer – Inca, cujo presidente também se achava presente naquele evento, revelou uma péssima notícia no que se refere ao estágio dos cânceres detectados nos serviços de saúde do País.

Segundo o estudo, aproximadamente 70% dos casos detectados correspondiam a estágios avançados, com possibilidades de cura reduzidas. Nos países desenvolvidos, a maioria das lesões é diagnosticada em estágios iniciais.

Nunca é demais enfatizar que, 43 anos após a entrada em funcionamento do primeiro mamógrafo, esse exame permanece sendo, ainda hoje, o único método viável para detectar lesões mamárias em pacientes assintomáticas e sem nódulos palpáveis.

Apesar de sua enorme importância, a mamografia ainda é inacessível para milhões de brasileiras que dela necessitam, pois milhares de Municípios deste País não dispõem do mamógrafo nos serviços públicos de saúde.

Em 2003, ano em que foram diagnosticados mais de 41 mil casos de câncer de mama no País, resultando em mais de 9.300 óbitos, apenas 9% dos Municípios brasileiros dispunham de mamógrafos.

O Dr. Aldemir Soares, hoje Diretor de Eventos do Colégio Brasileiro de Radiologia, em entrevista concedida em meados de 2004, quando ocupava a presidência da entidade, registrou a existência de 1.700 mamógrafos prestando serviços ao SUS naquela ocasião, além

de outros mil que não atendiam ao SUS – portanto, ao setor privado.

Embora esse volume de mamógrafos seja considerável, apontava o Dr. Aldemir, naquela ocasião, para sua péssima distribuição, observando-se grande concentração nas capitais e nas grandes cidades, permanecendo as moradoras das localidades mais distantes e das cidades menores sem acesso ao exame.

Vale comentar, com dados do Instituto Nacional do Câncer, que a capacidade instalada da rede do Sistema Único de Saúde – o SUS –, é suficiente para atender a apenas 50% da população-alvo em todas as regiões.

Como se pode ver, o acesso periódico das mulheres brasileiras à mamografia de boa qualidade ainda encontra uma série de obstáculos, situação à qual não nos podemos acomodar, em vista da crucial relevância desse exame para a detecção precoce do câncer de mama.

Manifesto minha expectativa de que a instituição do Dia Nacional da Mamografia – que será comemorado a cada ano no dia 5 de fevereiro – haverá de contribuir para uma vigorosa mobilização de toda a sociedade brasileira, no combate ao câncer de mama.

Espero, Sr. Presidente, que o Ministério da Saúde encampe essa iniciativa e faça com que as mulheres brasileiras tenham acesso às informações e, acima de tudo, que o Poder Público entenda a importância de fazer uma melhor distribuição desses mamógrafos, de maneira a possibilitar que todas as mulheres brasileiras tenham acesso a esse instrumento fundamental para a preservação de suas vidas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> usou exatamente dez minutos, mas 10 é a nota que dou a V. Ex<sup>a</sup>.

A Senadora Lúcia Vânia mostrou as preocupações com o diagnóstico precoce do câncer de mama, através da contribuição dos exames de mamografia.

Convidamos para usar da palavra, por cessão da Senadora Kátia Abreu, do Democratas, o Senador João Durval, do PDT da Bahia.

Antes, peço permissão só para ler este expediente, que acabamos de receber.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

# **PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

## **Nº 7, DE 2009**

**(nº 4.383/2008, na Casa de Origem, do Deputado Beto Albuquerque)**

**Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Esta Lei institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.**

**Art. 2º Fica instituída a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea, que será realizada, anualmente, de 14 a 21 de dezembro.**

**§ 1º Durante a Semana, serão desenvolvidas atividades de esclarecimento e incentivo à doação de medula óssea e à captação de doadores.**

**§ 2º As ações, atividades e campanhas publicitárias devem envolver órgãos públicos e entidades privadas a fim de informar e orientar sobre os procedimentos para o cadastro de doadores e a importância da doação de medula óssea para salvar vidas e sobre o armazenamento de dados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea - REDOME.**

**§ 3º A frase a ser difundida durante a Semana é: "Neste Natal, dê um presente a quem precisa de você para viver: cadastre-se como doador de medula".**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

## **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.383, DE 2008**

**Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.**

**O Congresso Nacional Decreta:**

**Art. 1º Esta lei institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.**

**Art. 2º Fica instituída a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea, que será realizada, anualmente, de 14 a 21 de dezembro**

**§1º Durante a semana serão desenvolvidas atividades de esclarecimento e incentivo à doação de medula óssea e à captação de doadores.**

**§2º As ações, atividades e campanhas publicitárias devem envolver órgãos públicos e entidades privadas a fim de informar e orientar sobre os procedimentos para o cadastro de doadores, a importância da doação de medula óssea para salvar vidas e sobre o armazenamento de dados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME).**

**§ 3º. A frase a ser difundida durante a Semana é: "Neste Natal, dê um presente a quem precisa de ti pra viver: cadastre-se como doador de medula".**

**Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

### **JUSTIFICAÇÃO**

O projeto de lei que apresento tem como o foco o esclarecimento e a mobilização do doador voluntário, cuja compatibilidade sangüínea permite ser doador de medula óssea, em vida, sem prejuízo a sua saúde. O transplante de medula óssea é indicado para pacientes que sofrem de leucemia, linfomas, anemias graves e imunodeficiências congênitas, além de outras 70 doenças relacionadas aos sistemas sangüíneo e imunológico.

Só de leucemias, o Brasil já tem mais de dez mil casos por ano, segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA).

Inspiro-me, desde o dia 14 de dezembro de 2007 a apresentar este projeto por viver um desafio na família para encontrar doador que permitisse fazer o transplante de medula no meu filho, que possui leucemia mielóide aguda. Assim como nós, milhares de famílias no Brasil enfrentam, muitas vezes, dificuldades de encontrar doador no círculo familiar ou mesmo no Brasil.

Há doenças, como essas referidas, cujo principal problema localiza-se na ausência de solidariedade. Por isso, quanto maior o número de doadores, mais fácil será encontrar um doador compatível e, assim, salvar vidas.

## Cadastro

Para se cadastrar como candidato à doação de medula, segundo informações contidas no sítio do INCA, é preciso ter entre 18 e 55 anos, boa saúde e não apresentar doenças infecciosas ou hematológicas. A pessoa deve apresentar documento oficial de identidade com foto e preencher o formulário de cadastramento.

No momento do cadastro, a pessoa recebe todos os esclarecimentos sobre o processo de doação e, em seguida, é colhida uma pequena amostra de sangue (um tubinho de sangue, com cerca de 5ml) que será submetida a um exame genético chamado de histocompatibilidade (HLA).

O resultado da tipagem HLA e os dados cadastrais da pessoa são incluídos em um banco de dados, chamado Redome (Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea), que é coordenado pelo INCA. A medula óssea é um tecido líquido que ocupa o interior dos ossos, sendo conhecida popularmente por 'tutano'. Na medula óssea são produzidos os componentes do sangue: as hemácias (glóbulos vermelhos), os leucócitos (glóbulos brancos) e as plaquetas.

O transplante de medula óssea é um tipo de tratamento proposto para algumas doenças malignas que afetam as células do sangue. Ele consiste na substituição de uma medula óssea doente, ou deficitária, por células normais de medula óssea, com o objetivo de reconstituição de uma nova medula. O transplante pode ser autogênico, quando a medula ou as células precursoras de medula óssea provêm do próprio indivíduo transplantado (receptor). Ele é dito alogênico, quando a medula ou as células provêm de um outro indivíduo (doador). O transplante também pode ser feito a partir de células precursoras de medula óssea obtidas do sangue circulante de um doador ou do sangue de cordão umbilical.

Antes da doação, o doador faz um exame clínico para confirmar o seu bom estado de saúde. Não há exigência quanto à mudança de hábitos de vida, trabalho ou alimentação. A doação é feita por meio de uma pequena cirurgia, de aproximadamente 90 minutos, em que são realizadas múltiplas punções, com agulhas, nos ossos posteriores da bacia e é aspirada a medula. Retira-se um volume de medula do doador de, no máximo, 10%. Esta retirada não causa qualquer comprometimento à saúde.

Para que se realize um transplante de medula é necessário que haja uma total compatibilidade tecidual entre doador e receptor. Caso contrário, a medula será rejeitada. Esta compatibilidade tecidual é determinada por um conjunto de genes localizados no cromossoma 6. Por isso, devem ser iguais entre doador e receptor. Esta análise é realizada em testes laboratoriais específicos, a partir de amostras de sangue do doador e receptor, chamados de exames de histocompatibilidade. Com base nas leis de genética, as chances de um indivíduo encontrar um doador ideal entre irmãos (mesmo pai e mesma mãe) é de 35%.

Quando não há um doador aparentado (um irmão ou outro parente próximo, geralmente um dos pais), a solução é procurar um doador compatível entre os grupos étnicos semelhantes. Embora, no caso do Brasil, a mistura de raças dificulte a localização de doadores, é possível encontrá-los em outros países. Desta forma surgiram os primeiros Bancos de Doadores de Medula, em que voluntários de todo o mundo são cadastrados e consultados para pacientes de todo o Planeta. Hoje, já existem mais de 5 milhões de doadores. O Registro Nacional de Doadores de

## **Medula Óssea (REDOME) coordena a pesquisa de doadores nos bancos brasileiros e estrangeiros.**

O INCA já lidera, em parceria com os hemocentros, várias empresas e instituições no Brasil, a partir de junho de 2004, uma Campanha Nacional de Doação de Medula Óssea, que agora queremos institucionalizar. Com a campanha já foi possível aumentar o registro brasileiro de doadores que, em 2003, só oferecia 11% do material utilizado para os transplantes. Hoje, o registro já responde por 70% dos doadores encontrados e em outubro de 2006 alcançou a marca de mais de 300.000 doadores cadastrados.

Apesar de crescente, este número ainda é insuficiente para atender à demanda de pacientes, principalmente, pelo fato de a probabilidade de se achar um doador compatível dentro do Brasil ser de um em 100 mil. Pela sua importância, esperamos que este projeto de lei seja aprovado pelos ilustres Deputados.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 2008.

### **Deputado BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)**

*(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto lido vai à comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Bahia e o Brasil vão ouvir o Senador João Durval, pai do Prefeito de Salvador e que tem as bênçãos do Senhor do Bonfim.

**O SR. JOÃO DURVAL** (PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, meu discurso será muito breve. É para manifestar a satisfação, a alegria, o aplauso de todos nós que vimos, ontem, a Câmara dos Deputados elevar o Deputado ACM Neto à condição de Segundo Vice-Presidente e de Corregedor Geral da Câmara dos Deputados.

Gostaria de registrar aqui a minha alegria com a eleição do Deputado ACM Neto para o cargo de Segundo Vice-Presidente e Corregedor da Câmara dos Deputados. Gostaria de dividir com os meus pares a minha satisfação pela escolha de um parlamentar baiano para o cargo, mas, acima de tudo, manifestar a absoluta certeza que tenho do sucesso que esse jovem parlamentar alcançará no exercício das suas funções.

ACM Neto já demonstrou, ao longo de uma carreira que apenas se inicia, a firmeza e a sensibilidade política que levam ao sucesso.

Sua trajetória parlamentar, desde que chegou à Câmara dos Deputados, tem sido conduzida de forma segura e brilhante. É por isso que, em seu segundo mandato, ele já demonstra a maturidade dos grandes homens públicos deste País.

A quase unanimidade de votos dos Srs. Deputados bem demonstra o acerto da indicação do seu partido e da escolha dos Srs. Deputados.

Por isso registro aqui, Sr. Presidente, a minha mais absoluta confiança na atuação desse jovem Deputado como integrante da Mesa Diretora da Câmara e especialmente numa condução firme e segura da espinhosa missão de Corregedor.

No ano passado tivemos a satisfação de enfrentá-lo como adversário aguerrido, mas correto, que apresentou candidatura contra a de meu filho João Henrique no primeiro turno da disputa pela Prefeitura de Salvador. Quando chegamos ao segundo turno, ele teve a grandeza e a perspicácia política de aliar o seu partido às nossas idéias e objetivos, permitindo-nos uma vitória histórica que comemoramos juntos.

Deixo aqui os meus parabéns ao Senador Antônio Carlos Júnior, que tem todo o direito de estar orgulhoso do seu filho.

Parabéns, ACM Neto. Todos nós, baianos, estamos honrados com a sua indicação e absolutamente convencidos de que fará valer o seu espírito ético no cumprimento das normas regimentais daquela Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Também nós nos associamos a essa vitória de Antonio Carlos Magalhães Neto. Convivemos com o avô dele e, atualmente, com o pai dele.

Mas V. Ex<sup>a</sup> também pode se orgulhar do vitorioso filho que tem. Eu participei do início da campanha política, convidado que fui pelo PMDB nacional, o PMDB Jovem, para participar do lançamento da candidatura de seu filho após ele ter ingressado em nosso Partido, o PMDB. Estava presente também o extraordinário Ministro baiano Geddel Vieira. Naquele instante eu vi que aquele líder seria vitorioso. Ele tem perspectiva invejável na Bahia e no Brasil, é um extraordinário orador e político.

Então, estão de parabéns dois Senadores aqui – árvore boa dá bons frutos –, V. Ex<sup>a</sup> e o nosso Senador Antonio Carlos Júnior, que nos deu o Antonio Carlos Neto.

Aqui nos honram com suas presenças os capitães da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que estão em Brasília para curso de aperfeiçoamento com a Polícia Militar do Distrito Federal.

Um dos melhores Senadores da história do mundo, Cícero, disse: “*Pares cum paribus facillime congregantur*” – violência atrai violência. Mas quis Deus que, na Itália, outro Senador honorário, vitalício, que recentemente morreu, Norberto Bobbio, o maior teórico da democracia moderna, dissesse que o mínimo que temos de exigir de um governo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade. Então, sobre os senhores repousa essa responsabilidade maior de um governo: a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade. Assim falou Norberto Bobbio.

Sejam bem-vindos. Esta é Brasília, cidade construída pelo ex-Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Paulo Paim. O Rio Grande do Sul e o Brasil o aguardam ansiosamente. Paulo Paim é Senador do Partido dos Trabalhadores e o maior defensor do salário justo para o trabalhador e, agora, entrou numa campanha para evitar um maior aviltamento dos salários dos aposentados.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, ontem, daqui desta Presidência, ouvi o clamor do Senador Mário Couto para que esta Mesa Diretora interviesse no sentido de dar andamento aos projetos de lei de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente aquele que afasta o redutor salarial, o fator de redução do salário dos aposentados. S. Ex<sup>a</sup>, na primeira reunião da Mesa Diretora, chamou a Secretária Executiva e anotou essas providências. Será marcado um encontro com o grupo liderado por V. Ex<sup>a</sup> para sensibilizar o novo Presidente da Câmara para que seja aprovado aquilo que nasceu da sua inspiração e da sua sensibilidade e que foi aprovado por unanimidade no Senado da República.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, meus cumprimentos pela forma como preside os trabalhos da Casa.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de homenagear os cem anos da Cruz Vermelha no Brasil, entidade que, em nível internacional, se não me engano, já atua há 146 anos, praticamente um século e meio.

Senador Mesquita Júnior, se eu pudesse falar naquele momento – diversos oradores disputavam a tribuna –, teria dito que a Cruz Vermelha, na justa homenagem que V. Ex<sup>a</sup> encaminhou, representa, para nós, direitos humanos. A Cruz Vermelha representa a vida; a Cruz Vermelha representa a trajetória heroica de homens que dão a sua vida para salvar outros homens, mulheres e crianças.

Desde moleque, desde piá, eu via a Cruz Vermelha nos filmes como os verdadeiros heróis – filmes e documentários verdadeiros –, no meio de bombardeios, dos canhões, das metralhadoras, heroicamente, na busca de atender àqueles que estavam feridos.

Em qualquer catástrofe no País e no mundo lá está a Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha lembra a luta permanente pelos direitos humanos, a luta dos perseguidos, dos discriminados, o combate à pobreza e à miséria. Por isso, Senador Geraldo Mesquita Júnior, aceite aqui também a nossa homenagem pela iniciativa de V. Ex<sup>a</sup> numa sessão tão brilhante como foi essa do início desta tarde.

Senador Mão Santa, neste início de trabalhos após o nosso recesso, no mês de fevereiro, esta é a segunda vez venho à tribuna. A primeira vez que vim, fiz uma homenagem ao meu colega, ao meu amigo, Deputado Federal Adão Pretto, que faleceu jovem, com 63 anos. Ele também foi um lutador das causas sociais e, no enterro acontecido em Porto Alegre, foi homenageado pelo Rio Grande e teve a presença do Presidente da República.

Quem me conhece sabe que não seria diferente: se alguém pensa, quando foi anunciado, ontem, que o reajuste do aposentado foi exatamente a metade do que eles teriam de direito, que eu não iria comentar, enganou-se. Eu estou aqui para dizer que acompanhei passo a passo e lamento mais uma vez a discriminação que existe neste País com os idosos. Isso porque eu trato e cuido com carinho e respeito da questão de todos os setores que são discriminados: negros, índios, brancos, pobres, crianças, mulheres, idosos... Senador Geraldo Mesquita Júnior, cheguei à conclusão de que os idosos são os mais discriminados de todos os setores da sociedade.

A comunidade negra, que aqui defendo com muito orgulho, avançou com o ProUni, avançou com a política de cotas. Com certeza absoluta, temos hoje negros nos Ministérios. Vejo aqui as Forças Armadas e, com certeza, avançamos também nas Forças Armadas, com companheiros líderes da comunidade negra. Avançamos no Supremo Tribunal Federal, avançamos no STJ. E os idosos? Quem olha para os idosos neste País?

Vejo que seguidamente, independente do Governo, existem renúncias fiscais, anistia de dívidas das contas da Previdência. Depois querem provar para mim que a Previdência está falida. Mas como eu vou dar anistia, renúncia fiscal para um órgão que está falido? As contas não fecham!

Não sou contra – e quero deixar muito claro aqui – a situação dos Prefeitos, que, de fato, é grave. Vamos fazer renúncia fiscal, vamos dar anistia sem problema nenhum, mas vamos garantir ao aposentado pelo menos o que ele tem de direito. E o que o aposentado quer? Ele só quer o mesmo número de salários mínimos pelo qual pagou ao longo de sua vida.

Hoje, uma emissora do Rio Grande me ligou e achei interessante o exemplo. Rádio Osório: “Paim, eu pago uma pensão – e pago justamente para um filho meu e não me arrependo – sobre tantos salários mínimos, porque foi calculado sobre a minha aposentadoria. Só que agora a pensão está maior do que a minha aposentadoria, porque eu me aposentei com cinco salários e estou ganhando em torno de dois salários. Como eu faço?” Esse é um fato real, esse é o mundo real.

Os remédios disparam e ninguém tem dúvida quanto à alimentação, o aluguel, o preço da prestação da casa própria, ninguém tem dúvida sobre isso. Com a crise, todos nós sabemos, só se não quiserem ver, que quem garante o pão, o leite, o sapato, a roupa de neto e bisneto são os idosos com a sua pequena aposentaria em época de demissão em massa, que está acontecendo no mundo todo.

Eu – e estou aqui com o meu discurso por escrito – vejo isso com muita clareza. É justo aportarmos recursos para os bancos, e os bancos, por sua vez – e isso me chegou por denúncia não de idosos, mas de pequenos e médios empresários que não conseguem empréstimo –, ficarem preocupados em aportar recursos aos empresários, já que, em época de crise ou falência, podem não conseguir pagar?

O dinheiro não está chegando na ponta. Por isso o desemprego continua aumentando. Ora, se pagassem corretamente o direito que tem o aposentado, por exemplo, agora, neste mês: salário mínimo, 11,2%; aposentado, 5,9%, a metade. Se cada vez que vier o reajuste, o aposentado ganhar o correspondente à metade – não há dúvida nenhuma, isso é matemática –, rapidamente o aposentado estará ganhando somente um salário mínimo. Todos, todos do Regime Geral da Previdência estarão ganhando um salário mínimo.

Só vou citar um dado, porque eu vi esses dias num programa de televisão, e vou citar o nome dele porque ele citou o meu, se não me engano é Maílson da Nóbrega. Economista, não é? Já foi Ministro. Ele diz: “O Paim apresenta os cálculos da Previdência, mas os seus números estão errados”.

Dr. Maílson, se puder, responda-me. Pode ser pela imprensa, por onde quiser. Pegue de 2000 a 2008, V. Ex<sup>a</sup> vai ver que o superávit da Seguridade chega a algo em torno de R\$400 bilhões. Para onde foram esses R\$400 bilhões? Eu nem vou voltar na história. Este País deve para os aposentados mais de R\$3 trilhões. E aqui não vou repetir que esta cidade, a nossa querida capital, foi construída com dinheiro dos aposentados. Eu poderia citar a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, enfim, aquilo que eu cito aqui quase que diariamente. Então, não me venha dizer que eu não tenho números. Tenho números, tenho dados e desafio para qualquer debate. Onde estão os recursos da Seguridade Social?

Quero ceder um aparte, mas quero dizer que recebi com muita alegria, no dia de hoje, uma moção aprovada no Partido da Mobilização Nacional (PMN).

Diz a moção:

O Partido da Mobilização Nacional, ao qual tenho a honra de ser Líder, em Convenção Nacional realizada em São Paulo, no dia 23/11/2008, fechou questão em relação à votação favorável aos projetos de V. Ex<sup>a</sup> que tratam da defesa dos aposentados e pensionistas.

Expressamos, nesta oportunidade, o nosso respeito e admiração, enquanto nos referimos a V. Ex<sup>a</sup>... – [e aqui vem, claro, um elogio devido a esta luta ao herói brasileiro] – tendo em vista as lutas em favor dos aposentados.

Odorico Pinto.

Deputado Federal (PMN – BA)

Líder Nacional do PMN

Ora, que bonito isso. E não é do meu Partido. Assinado pelo Deputado Federal, da Bahia, Líder do PMN, Odorico Pinto.

Como seria bom! Tem gente que fala tanto... Estamos caminhando para 2010, por que não fechamos questão com os Partidos efetivamente comprometidos com os aposentados? Por que nós não fazemos uma campanha nacional para que cada Partido diga como vai votar na Câmara os projetos que garantem somente o mesmo percentual de reajuste dado ao mínimo – estou falando do salário mínimo – ao aposentado e pensionista? Alguém pode estar ouvindo e, às vezes, não estar entendendo bem. Não estou falando nem de sete, nem de oito nem de dez salários, porque no Regime Geral da Previdência não tem ninguém mais que ganha o correspondente a seis ou sete salários mínimos. Estou falando de seis salários mínimos para baixo. Isso porque, todo mundo sabe, com a defasagem, quem ganhava dez, perdeu 40% e deve estar com seis salários. Quem está se aposentando agora fala em dez, aplica o fator, perde 40% e vem também para algo em torno de seis salários mínimos.

Estou falando para este universo de pessoas: seis vezes quatro são 24 e gira em torno de R\$2,4 mil, ou seja R\$2,6 mil. Eu estou falando deste universo de pessoas onde fica a ampla maioria: 98%.

Enfim, como seria bom que o discurso e a prática fossem iguais e todos os Partidos – já que aqui foi aprovado por unanimidade – aprovassem e fechassem questão a favor do fim do fator previdenciário, reposição das perdas e que o percentual de reajuste fosse igual ao dado ao salário mínimo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Paulo Paim, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é muito importante. Aliás, como todos os que V. Ex<sup>a</sup> faz, especialmente no que tange a essa questão dos idosos. Quero até dizer a V. Ex<sup>a</sup>, pois, pelo que vejo, não foi comunicado ainda que o PTB também já fechou questão contra o fator previdenciário.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Dr. Mozarildo, permita-me, nosso querido Senador, é uma notícia que vem para o meu *blog*, que, graças a Deus, é dia e noite “bombando”, são três ou quatro pessoas a responder. Vou colocar lá, como estou colocando essa do Deputado que mandou. Botarei lá esta notícia: que o PTB também fechou questão. O senhor me deu uma brilhante notícia.

No dia de hoje, permita-me dizer neste aparte de V. Ex<sup>a</sup>, recebi duas notícias. Essa e a outra, que não foi tão boa. O Deputado Michel Temer, por quem tenho o maior respeito – fui membro da Mesa com ele –, tinha marcado para hoje, às 11h30, uma audiência comigo. Eu ia acompanhado de alguns Senadores; o Senador Geraldo Mesquita e outros Senadores, com certeza, iriam. No entanto, 15 minutos antes, S. Ex<sup>a</sup> desmarcou a audiência, o que acho meio estranho. Toda vez que tenho um debate com uma autoridade sobre a questão dos aposentados – eu até já me acostumei – 15 minutos ou meia hora antes me avisam que a audiência foi transferida para outro dia. Espero que não haja nenhuma força oculta influenciando a realização dessas reuniões, que são para dialogar.

E o que queria pedir para o Deputado Michel Temer? Coloque em votação o mérito, e cada um que assuma a sua responsabilidade. Mas, infelizmente, a audiência foi transferida para a semana que vem. Só espero que não joguem para depois do Carnaval, porque quando o povo diz que tudo é para depois do Carnaval, diz isso de forma crítica. Espero que isso não aconteça e que na semana que vem o Presidente da Câmara, pelo qual tenho o maior respeito e o maior carinho, receba-nos para discutir esse tema. Aproveitei o seu gancho para dar a boa notícia e a ruim.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Paim, então, quero dizer que nosso Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, não podia tomar outra decisão senão essa que tomou, já na última reunião da sua Executiva Nacional. Também quero comentar, dentro do que V. Ex<sup>a</sup> vem abordando, o que se está fazendo com os idosos, com nossos velhinhos. Quero até dizer que, hoje, minha mãe tem 85 anos e está no hospital. E está mais no hospital do que em casa, porque ela tem um plano de saúde que foi feito há muito tempo com o Hospital Adventista, senão ela não teria nem como ir para o hospital; nem pagando, eu conseguiria mantê-la, pelo número de vezes que ela vai para o hospital. Então, o que se faz com os aposentados e pensionistas, considero, como médico, um processo de eutanásia disfarçado. Quer dizer, vão-se matando os velhinhos aos poucos, porque, como é que se pode comprar remédio de uso contínuo, que todo mundo usa, depois dos cinquenta anos praticamente?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Estou usando; uso dois e sei o que gasto por mês.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – E tem muita gente que usa mais de quatro. Então, veja como é que pode! E a rede pública não tem. V. Ex<sup>a</sup> está abordando um ponto fundamental: a desfaçatez, a mentira em se dizer, permanentemente, que a Previdência está quebrada. Aí, em seguida, temos essas

gracinhas, como agora, até certo ponto justas, de se anistiar as prefeituras!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Entendo, e V. Ex<sup>a</sup> também entende.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – De-fendo também. Agora, diziam lá, quando estávamos discutindo a CPMF, quando estávamos encaminhando contra a CPMF, que, tirando a CPMF, ia faltar dinheiro para a saúde e para a seguridade. Cadê? Não faltou, tanto não faltou que estão dando anistia. É bom lembrar também – e V. Ex<sup>a</sup> é um estudioso disso –: que tal investigar aquele incêndio misterioso do Dataprev, no qual desapareceram milhares de processos de devedores do INSS, da Previdência?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – E por que a DRU retira 20% da Seguridade Social, se está falida?

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Pois é!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – São bilhões.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Por que a Previdência, por exemplo, mantém, lá, no Estado do nosso querido Senador Paulo Duque, apartamentos em Copacabana? Prédios inteiros em Copacabana? Por que não vende? Prédio altamente valorizado! Venda para moradores que estão lá dentro e arrecade o dinheiro, para poder, portanto, ter dinheiro em caixa. Então, é uma série de mentiras, que são ditas e que precisamos esclarecer. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não só tive o prazer de votar a favor do projeto de V. Ex<sup>a</sup> como quero ter a clareza de dizer a V. Ex<sup>a</sup>: não esmoreça por causa dessas jogadas de transferir audiências. A luta é justa, portanto; embora difícil, ela será vitoriosa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, por favor.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Senador Paim, caro amigo, bravo companheiro, pedi este aparte para dizer a esta Casa, Senador Paim, que agora, no período de recesso, andei muito pelo meu Estado e também em outros Estados. E o que mais ouvi,...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – ...encontrando-me com aqueles que a gente se habitua a chamar aqui carinhosamente de “nossos velhinhos”, os aposentados e pensionistas deste País, foi, primeiro, uma percepção clara de que eles têm noção, consciência exata do que aconteceu aqui no Senado. Enfim, o Senado, de forma objetiva e disciplinada, votou três projetos importantes de autoria de V. Ex<sup>a</sup>, os quais eu não diria que beneficiam os aposentados, mas resga-

tam direitos dos aposentados e sinalizam para uma situação menos desconfortável daqui pra frente, com a queda do fator previdenciário e com a equiparação dos reajustes, como o do salário mínimo, das pensões e das aposentadorias. Essa foi uma percepção clara, que colhi, conversando e sendo abordado por pessoas na rua. A outra percepção clara, Senador Paim, é a de que eles sabem que esses projetos estão na Câmara dos Deputados, depois de terem sido aprovados no Senado Federal. Quanto ao que V. Ex<sup>a</sup> falou há pouco, a respeito dessa audiência que havia sido marcada com o Presidente Temer, se V. Ex<sup>a</sup> não falasse, eu ia falar. É muito estranho que uma audiência marcada para se discutir um assunto de tremenda importância como este, 15 minutos antes, seja desmarcada. V. Ex<sup>a</sup> ainda é muito benévolo, quando fala em “forças ocultas e estranhas”. Acho que o Palácio do Planalto pediu para o Presidente Temer suspender a audiência, não conceder a audiência. Tenho essa convicção, Senador Paim, o que estranho, inclusive, da parte do Presidente Temer, que assumiu a Presidência da Câmara se comprometendo com a independência daquela instituição. Acho lastimável que isso tenha ocorrido. E olhe, para que o Palácio do Planalto saiba, apesar de o Presidente Lula estar “bombando” aí junto ao povo brasileiro, nas pesquisas que lhe dão...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Oitenta e quatro por cento.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Oitenta e quatro por cento, apesar disso, os aposentados têm a nítida convicção de que esses projetos só não estão sendo apreciados na Câmara dos Deputados porque não interessam ao Governo do Presidente Lula. Essa é a percepção clara que os aposentados têm hoje. E digo mais, Senador Paulo Paim: cada dia que se deixa de colocar em pauta a apreciação desses projetos, como V. Ex<sup>a</sup> diz, ou para serem aprovados, ou para serem rejeitados, cada dia que passa e cada dia que passar é mais um dia em que os aposentados têm certeza de que esses projetos não estão sendo incluídos em pauta na Câmara dos Deputados por solicitação do Governo do Presidente Lula. E isso é uma tristeza, Senador Paim! Isso é uma coisa muito desagradável. Há pouco, V. Ex<sup>a</sup> relatou a situação, como diz V. Ex<sup>a</sup>, do mundo real, de uma pessoa, por exemplo, que recebe proventos de aposentadoria, tem uma pensão concedida por alguma razão, e esses valores estão se aproximando cada vez mais um do outro. Ou seja, quando ele concedera a pensão, talvez aquilo representasse um percentual dos seus proventos de aposentadoria. Hoje, talvez, represente quase tudo. Olhe que situação inacreditável essa! Portanto, Senador Paim, primeiro, tenho a convicção de que o

Palácio do Planalto interveio no desmarque dessa audiência na qual iríamos encontrar o Presidente Temer, o Presidente da Câmara dos Deputados, para fazer, mais uma vez, a solicitação de que esses projetos sejam incluídos na pauta de apreciação em votação na Câmara. Segundo, os aposentados deste País têm a nítida convicção de que é isso mesmo, Senador Paim, de que é isso mesmo. Triste essa situação!

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)**

– Os aposentados e pensionistas deste País que estão nessa situação desagradável, extremamente desagradável, têm certeza disso. Cada dia que passar sem que esses projetos sejam incluídos na Câmara terá sua fatura debitada ao Presidente da Câmara dos Deputados, aos Deputados Federais e ao Palácio do Planalto, inexoravelmente. Não basta – e no final do ano a gente dizia isto – o Presidente da República dizer que, se os projetos forem aprovados, ele os sancionará. Todos nós sabemos – e o aposentados brasileiros sabem – que uma palavra do Presidente da República, solicitando que sua base, que é maciça lá na Câmara, aprecie e aprove o projeto, fará com que isso seja feito. As pessoas sabem disso. É porque há gente em nosso País, dirigentes, que acham que a população brasileira é burra. É essa a percepção,...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) –**

...é essa a noção. Portanto, olhe, parabênizo V. Ex<sup>a</sup> pela luta, pela persistência, pela obstinação com que V. Ex<sup>a</sup> empreende essa verdadeira batalha em prol daqueles que realmente precisam. Os bancos não precisam, não, Senador Paim. Eu vejo, no nosso País, uma preocupação imensa com os bancos, com as montadoras, com não sei mais o que, entendeu? Uma preocupação exacerbada, não é? Bancos que ganharam, nesses últimos seis, sete, oito anos, no Governo do Presidente Lula, lucros jamais praticados no nosso País. E, de repente, numa situação de crise, a primeira preocupação dos dirigentes nacionais é com os bancos, é com as montadoras. Ora, bolas! E o passivo enorme que tem aí, V. Ex<sup>a</sup> lembrou, desde a construção de Brasília, com os aposentados, com os pensionistas deste País? Então, Senador Paim, é persistirmos nessa luta mesmo, nem que seja para constranger essas pessoas. Vamos pedir, mais uma vez, a audiência, lá, com o Presidente Temer. Espero que não seja, mais uma vez, desmarcada, porque se for, eu venho aqui e denuncio. Se for desmarcada, tantas vezes seja desmarcada eu venho aqui e vou denunciar. O povo brasileiro precisa saber o que está acontecendo. É uma enrolação. Isso chama-se enrolação. Lá na rua, a gente chama

assim: enrolação, mesmo, entende? Enrolação. Gente que está fazendo média, não é? Enrolando, enrolando, empurrando com a barriga para ver se as pessoas não percebem ou não estão percebendo. Está tudo muito às claras, Senador Paim. A população brasileira, os aposentados, os pensionistas sabem exatamente o que é que está acontecendo. Vamos persistir na nossa luta. Vamos pedir, mais uma vez, essa audiência e esperamos, com sinceridade, que essa audiência não seja desmarcada,...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)**

– ...porque se for, tantas vezes seja desmarcada, tantas vezes a gente virá aqui denunciar essa pressão ilegítima para que esses projetos não sejam pautados na Câmara dos Deputados e apreciados. Obrigado e desculpe-me o alongado.

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) –** Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Eu tenho dito para aqueles que duvidam dos nossos números: existe uma PEC chamada PEC 24 que diz só o seguinte: os recursos da seguridade social não podem ser destinados para outros fins. Aí, perguntam: “Onde é que está o segredo, Paim?” É só deixar o dinheiro da seguridade na seguridade: melhora a saúde, melhora a assistência e melhora a previdência.

Só vou dar estes dados aqui: dos recursos da seguridade social, em 2006/2007, o superávit foi de mais ou menos 108,11 bilhões. Com a incidência da DRU, porque tiram parte, baixou para 38, ou seja, só aqui – dá para fazer uma conta rápida –, vê-se que em torno de 70 bilhões só a DRU retirou: determinados recursos da União que são desvinculados automaticamente e vão para onde bem entenderem. Como é que vou aceitar que desvinculem 20% de todos os recursos da previdência e da saúde para outros fins? Sabemos a saúde como está, nós sabemos, todo mundo sabe, e ninguém quer que se faça milagre, mas pelo menos isso: a DRU não pode incidir sobre a seguridade social.

A PEC já foi aprovada na CCJ e pode ser aprovada mediante acordo – precisa haver acordo, pois nós sabemos que 3/5 é difícil – nas duas Casas, e acabou a polêmica. Mas eu ainda estou torcendo e sei que esse movimento, que é um movimento suprapartidário, que tem companheiros de todos os partidos, está evoluindo em todo o País, na busca de que os aposentados e pensionistas possam receber, pelo menos, o mesmo percentual de reajuste que é concedido ao salário mínimo.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Mais hoje ou mais amanhã, vamos ter de votar e cada um vai ter de assumir a sua responsabilidade.

Fico feliz por ver que o PTB e o PMN – não quero me enganar aqui, está aqui registrado –, do Líder Uldurico, já fecharam questão a favor dos três projetos. É um bom sinal.

Muito obrigado pela tolerância, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Relembro que minha primeira participação na reunião da Mesa Diretora foi a de levar ao Presidente Sarney o clamor de Mário Couto e de V. Ex<sup>a</sup>, para que desse andamento a essa matéria, para que a Câmara Federal votasse todos aqueles benefícios que V. Ex<sup>a</sup> restituiu aos aposentados do nosso Brasil.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, a pedido da assessoria, solicito que V. Ex<sup>a</sup> considere, na íntegra, meu pronunciamento.

#### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na manhã de ontem a Frente Parlamentar em Defesa de Aposentados e Pensionistas, esteve reunida na Câmara dos Deputados para definir formas de apressarmos a votação de nossas matérias que visam garantir melhor qualidade de vida a aposentados e pensionistas.

Estavam presentes o presidente da Frente, deputado Cléber Verde; o Relator do PL nº 4.434/08, deputado Arnaldo Faria de Sá; o presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves; e a vice-presidente do Instituto Mosap, Misma Rosa Suhett, assim como demais parlamentares e representantes de aposentados e pensionistas.

Todos fomos unânimes em afirmar que é preciso reforçar a mobilização nos estados para que os projetos sejam aprovados e enviados à sanção presidencial. É preciso, senhoras e senhores, que o movimento saia dos muros, das paredes do Congresso Nacional e ganhe as ruas brasileiras. As pessoas, aposentadas ou não, precisam ter consciência do que acontece com a previdência brasileira. É preciso olhar além.

Temos visto em nosso blog uma grande movimentação de aposentados, pensionistas, trabalhadores, estudante, enfim, de brasileiros e brasileiras, preocupados com a causa. Essas pessoas têm levantado diversas idéias em relação a como se mobilizar. Vemos diariamente que elas estão enviando e-mails para as mais diversas entidades representativas e parlamenta-

res, estão articulando a coleta de assinaturas e muitas outras coisas.

Isso nos mostra que a questão terá reflexos nas urnas em 2010. Nossa gente está acompanhando nosso trabalho, está vendo quem é favorável e quem é contrário às matérias que fazem justiça àqueles que dedicaram a maior parte de suas vidas ao país. Por isso, os atos junto aos partidos políticos nas cidades e estados são fundamentais para que as bancadas com representatividade na Câmara assumam o compromisso de olhar para a causa desses milhões de brasileiros e brasileiras que, sem exagero, estão desesperados.

Sr. Presidente, como já informamos, solicitamos uma audiência com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer. A reunião foi confirmada para a manhã de hoje, às 11h30min, na Presidência da Câmara. Para nossa surpresa, às 11 horas a audiência foi desmarcada com um indicativo de que ela poderá acontecer na semana que vem. Isso nos preocupou um pouco, pois sempre que vamos tratar sobre o tema dos aposentados e dos pensionistas com autoridades, isso acontece. É corriqueiro termos a audiência desmarcada minutos antes. Já havíamos convidado senadores, deputados e representantes de entidades de aposentados e pensionistas para lá estarem. Esperamos que o deputado Michel Temer, que sabemos ser sensível à causa, confirme a audiência para a semana que vem. Não quero acreditar que alguma força invisível esteja trabalhando para que sequer a audiência que pode viabilizar a votação aconteça.

Na audiência iríamos apenas solicitar que o presidente da Câmara colocasse em votação os projetos que recompõe as perdas (PL nº 4.434/08), o que acaba com o fator previdenciário (PL nº 3.299/08) e o que concede às aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo (PL nº 1/07).

Por outro lado, queremos anunciar uma boa notícia para todos aqueles que lutam pelas causas de aposentados e pensionistas. Recebi um documento do deputado Uldurico Pinto, líder do PMN, nos informando que o seu partido fechou questão em favor dos projetos que beneficiam aposentados e pensionistas. Matérias essas já aprovadas aqui no Senado. Como seria bom se todos os partidos fizessem a mesma coisa.

Sr. Presidente,, peço que esse documento do PMN, seja inserido nos anais desta Casa. O mesmo está anexado ao meu pronunciamento.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, alguns anunciam que a Previdência é deficitária, que se os projetos forem aprovados ela quebrará. Esse discurso é antigo. Sabemos que dinheiro existe sim, basta que os recursos da Previdência não sejam desviados para outros fins. O superávit da Seguridade Social no período de 2006

e 2007 sem a DRU foi de R\$ 108,11 bilhões e com a DRU foi de R\$ 38,8 bilhões. Se olharmos para o período compreendido entre 2000 e 2007, veremos que o superávit da Seguridade Social sem a incidência da DRU foi de R\$ 339,84 bilhões.

No mesmo período, com a incidência da DRU, o superávit registrado foi de R\$141,2 bilhões. Mais, no momento em que o mundo enfrenta uma grande crise, vemos que o governo tem realizado diversas renúncias, a maioria delas com impacto nas contas da Previdência. Se há déficit, como é possível isso?

Sr. Presidente, não somos contra o governo entrar em acordo com as prefeituras. Que as renúncias ou mesmo as anistias sejam feitas se necessárias. O que não podemos admitir é que ao fazer isso alguém que não há como dar aos aposentados o mesmo reajuste dado ao salário mínimo; que é inviável o reajuste das aposentadorias e pensões com base no número de salários que recebiam na época das aposentadorias; e que não há como acabar com o fator previdenciário.

Aos que insistem em propagar que a Previdência não tem recursos dizemos: aprove a PEC 24/03 que proíbe que os recursos da Seguridade Social sejam destinados para outros fins como a DRU e demais programas e ações federais. Os desvios são utilizados como desculpa para um suposto déficit. Isso não podemos admitir, afinal, homens e mulheres pagaram ano após ano por suas aposentadorias e hoje não estão recebendo o equivalente a esse valor entregue aos cofres públicos.

Sr. Presidente, foi publicado hoje no Diário oficial o decreto que reajusta os benefícios mantidos pela Previdência: 5,92%. Ou seja, praticamente metade do valor de reajuste dado ao salário mínimo que foi de 11,2%. Isso é inadmissível. Prova que a tese que defendemos de que em breve todos aposentados estarão ganhando o equivalente a um salário mínimo é verdadeira.

Para impedir que isso aconteça é que vamos insistir para que a Câmara aprove as matérias já aprovadas pelo Senado. Está comprovado que é possível assegurar o reajuste das aposentadorias, a recomposição e o fim do fator. O dinheiro que nossa gente recebe e investida em consumo de bens e serviços. Isso significa ter uma injeção nas economias locais.

É mais do que justo que as pessoas, após contribuir por décadas, possam ter condições de vida mais dignas. O período da aposentadoria não pode continuar sendo sinônimo de tristeza e miséria. Os aposentados e pensionistas não podem continuar como se estivessem solicitando coisas que não são justas. É preciso, insisto, olhar com mais sensibilidade à causa de praticamente todos os brasileiros, afinal, mesmo quem

hoje está na ativa, sonha em um dia se aposentar com dignidade e garantia de direitos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na sua solicitação, de acordo com o Regimento.

Há a inscrição de um Líder, e, regimentalmente, o Líder tem prioridade. Então, convidamos para usar da palavra, de acordo com o Regimento, o Líder dos Democratas, Senador José Agripino.

Vou colocar dez, porque é a nota que lhe quero dar e porque o Regimento é superado e errado. O Regimento foi feito em 1970, ano em que havia somente dois Partidos. Então, o Líder tinha prioridade, e, depois da Ordem do Dia, o orador podia falar por vinte minutos. Agora, o sistema é pluripartidário, e, aqui, há mais cacique do que índio. Se ficarmos concedendo vinte minutos, os outros não terão vez. É *O Espírito das Leis*, de Montesquieu! Mas representamos V. Ex<sup>a</sup> e, aqui, estamos para lhe obedecer.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acho que V. Ex<sup>as</sup> também devem ter cumprido tarefa semelhante à que cumpri hoje, pela manhã. Desde ontem, Brasília foi invadida por perto de quatro mil Prefeitos do Brasil inteiro, que, a exemplo do que fazem todos os anos, têm um encontro anual com a administração pública federal e com o Presidente da República já há algum tempo. É um momento de reivindicação, é um momento de esperanças, é um momento de apresentar ao Poder Executivo e aos Legisladores, a quem eles, Prefeitos, são ligados, suas angústias, seus problemas e suas reivindicações. Hoje, pela manhã e à tarde, recebi, individualmente, perto de quinze Prefeitos. Eram Prefeitos do meu Partido, do PMDB, do PR, de vários Partidos.

Sr. Presidente Mão Santa, há uma coisa que é preciso registrar. No ano passado, conseguimos, depois de paralisar este Plenário, fazer valer a vigência de algo que foi anunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva um ano antes e que, até então, não tinha entrado em vigor, que foi o aumento em 1% no Fundo de Participação para Estados e Municípios, antiga reivindicação, fato debatido na proposta de reforma tributária na Câmara e no Senado, matéria aprovada pela Câmara e pelo Senado como forma de melhor repartir os recursos públicos. Foi algo prometido aos Prefeitos do Brasil inteiro pelo Presidente da República num encontro que ocorreu há uns dois anos e que passou um ano para ser implementado. E só foi implementado esse aumento na cota-parte do Fundo de Participação que é

decorrente de arrecadação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR) depois de este Senado fazer quase uma greve de funcionamento para obrigar o Poder Executivo a cumprir sua palavra, aquilo que tinha prometido aos Prefeitos. Isso gerou profunda incredibilidade ou incredulidade por parte dos Prefeitos naquilo que é anunciado nesses encontros. De qualquer maneira, eles vêm aqui, porque eles têm de apelar para alguém, eles têm de ouvir alguma coisa. E vieram e ouviram a notícia, a única notícia alvissareira no encontro, porque, de resto, foi a renovação de velhas promessas, de velhos acenos, para não falar na presença da candidata à Presidência, apadrinhada pelo Presidente Lula.

Até montagem para tirar fotografia foi apresentada na porta do encontro. É incrível, Senador Mozarildo! Os Prefeitos me disseram, muitos deles, que aquele encontro foi feito para se iniciar uma campanha eleitoral. Não fui eu que disse, foram eles que me disseram. É o sentimento que eles recolhem do encontro: que nada de positivo, de concreto, de substantivo foi dito e anunciado e aconteceu no encontro, afora a presença de uma Ministra de Estado que nada tem a ver com o relacionamento com os Prefeitos e que, evidentemente, apresentou-se como candidata. Não que tenha feito discurso explícito, porque estaria sujeita aos rigores da lei se assim o fizesse, mas se apresentou, claramente, como uma pretensa candidata à Presidência, com direito à fotografia montada em painel posto na porta do Centro de Convenções, para que Prefeitos simulassem uma fotografia entre o Presidente e a Ministra Dilma. É coisa curiosa, engraçada, para não dizer lamentável.

Mas o que é fato é que foi criada a expectativa de um parcelamento de débitos junto à Presidência em vinte anos, ou seja, 240 meses.

Senador Paulo Paim, sabe qual foi a observação que mais ouvi dos Prefeitos? Eles diziam a mim: “É engraçado, tiram num dia a receita certa que nós tínhamos, aquele 1% de crescimento no Fundo de Participação que foi obtido a duríssimas penas, com o apoio de todo este Plenário, da Câmara e do Senado”. Num passe de mágica, tiraram um pedaço desse 1%, tiraram o real com a diminuição da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, é claro que para combater a crise, para possibilitar a venda de automóveis. O Governo, atirando com a pólvora alheia, diminuiu, acabou com o IPI dos carros de até mil cilindradas, como se aquilo fosse iniciativa do Governo Federal, em que o Governo Federal pagaria a conta integral. Negativo! A conta é paga por Estados e por Municípios em grande medida. E, na hora em que esse Imposto deixa de ser recolhido, imediatamente, no mês seguinte, o Fundo de

Participação cai. E a grande disponibilidade dos Estados e dos Municípios mais pobres do Brasil é o Fundo de Participação dos Estados ou dos Municípios. Com a queda do IPI e com a queda do Imposto de Renda, que também diminuiu para certas categorias sociais, os Estados e os Municípios estão, hoje já, amargando uma perda de receita real naquilo que eles contavam para as despesas de custeio da manutenção da máquina administrativa: pagamento dos professores, dos dentistas, dos médicos, da segurança, de tudo. O custeio foi cortado. E disseram: “Trocaram o certo pelo duvidoso”. O certo eram as receitas do IPI e do Imposto de Renda, que foram cortadas há dois meses. O duvidoso é a expectativa de parcelamento da Previdência. Tudo é feito em nome do combate à crise – digo da queda do IPI e do Imposto de Renda –, e adotaram uma postura para atender aos Prefeitos que estão encarregados de fazer investimentos, para que o País seja animado permanentemente.

Eu disse aos Prefeitos, claramente, claramente, o que venho dizer a V. Ex<sup>as</sup> e o que digo ao Brasil: Presidente Paulo Paim, não tenho dúvida de que vamos entrar em grandes dificuldades, em imensas dificuldades, lamentavelmente. O Brasil, infelizmente, não vai fugir à regra do mundo. Deus queira que a gente pague um preço menor do que aquele que já está pagando a América do Norte, que já está pagando a União Européia, que já está pagando o Japão, a China! Deus queira que o preço que a gente pague seja menor! Mas há fórmulas para, efetivamente, combater-se a crise. Não é com medida tópica; não é com diminuição da receita, para facilitar compra de automóvel; não é com aumento do Bolsa-Família que se vai combater a crise. É claro que, com o Bolsa-Família – que defendo –, protege-se, de certa forma, uma parcela maior de pobres. É claro que, aumentando-se o universo do seguro-desemprego, vão ser protegidos aqueles que vão ficar desempregados. Mas desemprego e pobreza são combatidos é com crescimento econômico, é com investimento, é com geração de emprego. E não é com tiro de chumbinho que se vai combater a crise, mas com um tiro de bala calibre 12. Este País está brincando, Senador Mão Santa, de atirar com espingarda de chumbo, um a um, quando temos de dar é um tiro de bala calibre 12, que é um só: a taxa de juros.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> sabe em quanto anda a dívida interna do Brasil? Para mim, era de R\$1,2 trilhão, mas estive, ontem, com algumas autoridades do mundo empresarial e econômico do País que me disseram que já chegou a R\$1,5 trilhão. Que seja o número conservador de R\$1,2 trilhão, o que pagaria a taxa Selic! “Não, mas nem toda a dívida paga a Selic.” Mas 60% dessa dívida, 60% desse montante de R\$1,2

trilhão, pagam a taxa Selic, que é hoje de 12,75%, para uma inflação de 4% ou de 4,5%, com juros reais de 8%. Talvez, seja o maio juro real do mundo. Para quê? Para combater a inflação e para segurar divisa. Combater a inflação, Senador Cristovam Buarque, de quê? A taxa de juros combatia a inflação de demanda; diminuía-se o crédito, continha-se o crédito pela taxa de juros para não haver uma demanda exagerada e para a demanda, pela lei da oferta e da procura, não exacerbar a inflação. Com a demanda em queda como está, pela depressão que já se está instalando no Brasil, essa demanda exagerada está afastada completamente. A inflação está em queda por falta de demanda. Para que taxa de juros reais de 8%? “É para conter divisas, para manter divisas, para fazer com que o capital especulativo, que pode ser aplicado nos Estados Unidos à taxa zero ou na Europa à taxa de 0,5%, venha para cá para ser aplicado à taxa de 8%.” Mas não temos US\$200 bilhões em divisas? Nós não temos US\$200 bilhões de divisas? A dívida externa não está sob rigoroso controle? Para que essa malfadada taxa de juros real de 8%? Por que não se ataca o problema de frente? “Ah, não! Concessão de crédito para investimento, essa é a palavra de ordem. O BNDES vai receber 100 bilhões. Os bancos vão contar com um compulsório menor, para terem uma disponibilidade maior para emprestar.”

Senador Cristovam, o tiro de bala calibre 12, aquele grandão, é baixar-se a taxa de juro. Por que fazer reunião de Copom de 45 em 45 dias? A crise exige que se faça reunião do Copom de 15 em 15 dias, de semana em semana, para se aplicar o tiro de bala calibre 12 para quê, com que objetivo? Para se resolver a crise. Resolver como?

Senador Cristovam, vamos admitir que tenhamos uma dívida interna de R\$1,2 trilhão, que paga uma taxa de juros de 12,75% em 60% dessa dívida, que seria a dívida “selicável”, que paga a taxa Selic. Não é menos do que 60%. Aí são R\$700 bilhões que pagam juros de 12%. Se pagasse juro de 4%, se pagasse juro real, se diminuísse a taxa de juros, se ela fosse baixando, baixando, baixando, e se ganhasse 4% de R\$700 bilhões de diminuição, seria barateado o custeio brasileiro em R\$28 bilhões mensais! Já imaginou a preciosidade de R\$28 bilhões mensais para o perigo que o Brasil está por enfrentar?

Senador Cristovam, o Brasil está na iminência... Aumentou o número dos bolsistas do Programa Bolsa-Família – isto já está anunciado, e essa despesa vai acontecer –, e a arrecadação do País está em queda. Pela recessão que está posta, a arrecadação está em queda. Como se criou uma despesa, a despesa social – e não a condeno – e como a arrecadação vai

estar em queda, só há um caminho, só há uma saída. A despesa social está tomada, é um compromisso tomado. A sobra seria, se existisse, muito menor. E seria desaplicada em quê? Em investimento. Vai cair o volume de investimento. E investimento significa o quê? Geração de emprego sustentado. Então, é uma atitude que não tem mais sentido, não tem mais por quê! Para manter divisas aqui? Temos US\$200 bilhões de dólares em divisas, não há por que essa taxa de juros de 12,75%. Para combater a inflação? A inflação de demanda a que ela se propunha, essa desapareceu, sumiu, com a recessão! Qual é o objetivo de manter 12,75% em taxa de juros?

O tiro de bala calibre 12 é baixar, e baixar logo, a taxa de juro! Não é baixar 0,5% nem 1% de 45 em 45 dias. Os bancos hoje, gostosamente, emprestam dinheiro ao Governo brasileiro, porque não há risco nenhum, em título da dívida pública, remunerado à taxa Selic! Emprestou ao Governo do Brasil, e não há investimento! Abaixar a taxa de juros, que eles vão, no dia seguinte, deixar de comprar papel do Tesouro para investir, para emprestar à atividade produtiva, aí, sim, gerando emprego. Por uma razão simples, o lucro, vão trocar o rendimento pequeno por, com o mínimo de risco, aplicação na atividade produtiva. O santo remédio, a panaceia é baixar a taxa de juros, não é ficar diminuindo IPI ali e aqui, atirando com a pólvora alheia aqui e acolá. É preciso dar o tiro efetivo: mexer na taxa de juros.

A taxa de juros já poderia ter caído há muito mais tempo. A economia estaria muito mais robusta hoje se se tivesse começado, um ano atrás, a baixar a taxa de juros. Hoje, ela não tem mais sentido. Vou repetir pela terceira vez: taxa de juros, nessa altura, existia para conter inflação de demanda, mas acabou a inflação de demanda para reter ou para fazer com que o capital estrangeiro viesse para cá para fazer divisa. Temos US\$200 bilhões de divisas, nossa crise não é de divisas, nossa crise é de emprego. E, para gerar emprego, só há um caminho: tirar esse dinheiro das mãos do Governo, que é quem está tomando esse dinheiro emprestado, pagando taxa Selic em títulos do Tesouro, para fazer com que os bancos, não tendo o atrativo desse juro alucado, invistam na atividade produtiva. Como alternativa, o dinheiro existe, tem de emprestar à atividade produtiva. Aí, sim, encontra-se o caminho, pela inteligência, pela atividade de quem quer realmente retomar o crescimento, para se fazer com que o sistema financeiro atue no rumo da geração de emprego, não da caridade, mas da geração de emprego, da retomada do crescimento.

Eu, como representante de um Partido de oposição que quer o melhor para o País, venho aqui pro-

por a esta Casa que se movimente. Está na hora de a gente mexer para valer nessa questão da taxa de juros. Por que reunião do Copom de 45 em 45 dias? O santo remédio para geração de emprego, que é o grande problema decorrente da crise, é mexer na taxa de juros. Mexendo na taxa de juros, os bancos se movem para o investimento de risco. E aí vamos vigiar o *spread*. Sai da aplicação financeira nas mãos do Governo para o investimento na atividade produtiva. Não há outro caminho.

Mas o Governo, se insistir em demagogia, em tiro de chumbinho, vai ter de arcar com a responsabilidade de não ter sabido conduzir a crise, de não ter sabido conduzir a crise! Os caminhos são conhecidos. E aqui trago a proposta: vamos acabar com a história de reunião de Copom de 45 em 45 dias; vamos acabar com essa história de juro real de 8%, a maior taxa de juro do mundo; vamos cuidar do Brasil antes que seja tarde!

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra, com a tolerância devida da Mesa para que faça o seu pronunciamento.

Antes, porém, permita, Senador, que eu dê o seguinte informe:

A Presidência recebeu da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira diversos expedientes referentes a substituições dos seus membros nas Comissões Permanentes do Senado Federal.

*São lidos os expedientes recebidos:*

Ofício nº 22/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Assuntos Sociais, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

TITULARES	SUPLENTE
Senador Alvaro Dias	Senador Eduardo Azeredo
Senadora Marisa Serrano	Senador João Tenório
Senador Papaléo Paes	Senadora Lúcia Vânia

Ofício nº 23/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Assuntos Econômicos, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

TITULARES	SUPLENTE
Senador Cícero Lucena	Senador Alvaro Dias
Senador João Tenório	Senador Arthur Virgílio
Senador Sérgio Guerra	Senador Flexa Ribeiro
Senador Tasso Jereissati	Senador Papaléo Paes

Ofício nº 24/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTE
Senador Arthur Virgílio	Senador Eduardo Azeredo
Senador Flexa Ribeiro	Senador Marconi Perillo
Senadora Lúcia Vânia	Senador Mário Couto
Senador Tasso Jereissati	Senador Sérgio Guerra

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 25/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Educação, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTE
Senador Alvaro Dias	Senadora Lúcia Vânia
Senador Cícero Lucena	Senador Marconi Perillo
Senador Eduardo Azeredo	Senador Papaléo Paes
Senadora Marisa Serrano	Senador Sérgio Guerra

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 26/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTES
Senador Arthur Virgílio	Senador Alvaro Dias
Senador Cícero Lucena	Senador Flexa Ribeiro
Senadora Marisa Serrano	Senador Mário Couto

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 27/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTES
Senador Arthur Virgílio	Senadora Lúcia Vânia
Senador Cícero Lucena	Senador Mário Couto
	Senador Papaléo Paes

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 28/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTES
Senador Arthur Virgílio	Senador Alvaro Dias
Senador Eduardo Azeredo	Senador João Tenório
Senador Flexa Ribeiro	Senador Tasso Jereissati

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 29/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os Senadores para integrarem a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTES
Senador Alvaro Dias	Senador Cícero Lucena
Senador Arthur Virgílio	Senador João Tenório
Senador Flexa Ribeiro	Senador Mário Couto
Senador Marconi Perillo	Senador Sérgio Guerra

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 30/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Lúcia Vânia	Senador Cícero Lucena
Senador Marconi Perillo	Senador Sérgio Guerra
Senador Papaléo Paes	Senador Tasso Jereissati

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 31/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Lúcia Vânia	Senador Flexa Ribeiro
Senador Mário Couto	Senador João Tenório
Senadora Marisa Serrano	Senador Marconi Perillo

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 32/09-GLPSDB

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. EX<sup>a</sup>, os seguintes Senadores para integrarem a Comissão de Ciência e Tecnologia, em vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

TITULARES	SUPLENTE
Senador Cícero Lucena	Senador Flexa Ribeiro
Senador Eduardo Azeredo	Senadora Marisa Serrano
Senador Papaléo Paes	Senador Sérgio Guerra

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os expedientes recebidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Senador Mozarildo.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Senador Paulo Paim, que neste momento preside a sessão do Senado, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, hoje e amanhã, na capital do meu Estado, Boa Vista, ocorre o 4º Fórum de Governadores da Amazônia Legal. Hoje, transcorreu o chamado Pré-Fórum, onde os Secretários discutem os temas e elaboram o documento para que, amanhã, os Governadores discutam e deem a redação final ao referido documento.

Esse Fórum, que, como disse, já é o quarto, procura, na verdade, ser um espaço permanente de discussão da política regional. No primeiro momento, como falei, o Pré-Fórum, os Secretários vão redigir esses pontos. Consta da agenda temática desse Fórum o transporte aéreo regional.

Senador Paulo Paim, para o Brasil todo, o transporte aéreo regional é de fundamental importância. O Brasil tem negligenciado essa questão, tem permitido que haja um verdadeiro domínio da aviação nacional por apenas duas ou três empresas, prejudicando, com isto, de forma muito violenta, o transporte aéreo nacional. Veja o absurdo que ocorre, por exemplo, em certos trechos. Se alguém vem de Porto Alegre e quer ir, por exemplo, para Londrina, às vezes tem que ir a São Paulo para voltar para Londrina. Se alguém, por exemplo, sai de Brasília para ir para São Luís, tem que ir a Teresina e depois a São Luís, ou vice-versa. Quer dizer, a malha aeroviária nacional é péssima e muitas das pequenas ou médias empresas regionais já desapareceram. Na Amazônia ou no Nordeste, notadamente, onde esse

espaço para a aviação regional é importantíssimo, eu diria até estratégico para o Brasil, é cada vez mais relegado, porque não há como uma empresa regional disputar com uma grande empresa nacional.

Então, há um projeto de minha autoria, seguindo, inclusive, um projeto anterior, que propõe reforçar o transporte aéreo regional mediante um adicional tarifário. Isso resolveria a questão das empresas regionais. No meu Estado, por exemplo, há uma empresa regional chamada Meta; no Amazonas há várias, como a Rico; no Pará, a Tavaj; no Nordeste, a Transportes Aéreos Fortaleza. E há várias outras, como a OceanAir. É preciso que tenhamos, realmente, alternativa para ocupar esse espaço para as pequenas e médias cidades, aonde as grandes não vão, ou quando vão... É como o caso do meu Estado. A TAM e a Gol, até pouco tempo, ambas tinham dois voos diários para o meu Estado a partir de Brasília. Agora, cada qual tem um voo diário. Uma voa de manhã e a outra voa de noite. Quer dizer, um acordo de cavalheiros, e a população fica à mercê, num verdadeiro cartel.

Esse projeto já foi aprovado no Senado, está na Câmara. Mas, apesar do interesse de alguns setores do Governo, como é o caso do Ministério do Turismo, esse projeto não anda. O Ministério da Defesa também quer, o Comando da Aeronáutica também quer, mas alguns setores, logicamente, é claro de se traduzir, que têm poder não deixam esse projeto andar. Os Governadores vão debater essa questão.

O Ministro Mangabeira Unger me falou ontem que esse é um item da sua agenda, e eu espero realmente que ele consiga ter êxito. E aí entra também o transporte rodoviário e hidroviário para a região, porque é impressionante, na Amazônia, onde há tantos rios, não há a combinação intermodal entre transporte rodoviário e fluvial, e, portanto, muitas cidades ficam isoladas, a quilômetros de distância, porque só existe acesso por água. E, quando é possível, faz-se uma pequena estrada ligando uma a outra.

Depois, outro item é a regularização ambiental e fundiária. Nesse particular, eu estou aqui, inclusive, com a medida provisória do Governo, editada agora no dia 11 de fevereiro e que tem prazo para emenda até o dia 17 deste mês, que trata da regularização fundiária na Amazônia.

Finalmente, Sr. Presidente, no seu penúltimo ano de Governo, o Presidente Lula resolveu acordar e ver que Incra não resolve a questão de regularização fundiária no Brasil; aliás, não quer resolver.

Então, com essa medida provisória, realmente nós vamos partir. Vou me debruçar sobre ela, porque pretendo ver, primeiro, se ela está boa, completa, mas apresentar as emendas que se fizerem necessárias,

para que nós possamos, realmente, de uma vez por todas, na Amazônia, saber onde é que há uma terra em que se pode colocar um agricultor, onde é que se pode produzir naquela região do Estado A, B ou C – isto é, nos nove Estados da Amazônia Legal, que representam 61% do território nacional.

Parece que agora o Governo Lula, até por ação do Ministro Mangabeira Unger, está saindo dessa letargia em que colocou 25 milhões de habitantes da Amazônia como vilões da história do desenvolvimento deste País.

Os Governadores se reúnem lá, e esse é um dos itens. Também o extrativismo, o sistema de produção e os rumos da política indigenista, porque é um outro absurdo o que se faz aqui. Eu tenho sempre repetido: como médico, tenho o maior respeito por qualquer ser humano. Para mim, quando vejo um ser humano, não me interessa a cor, o tamanho, a origem, eu estou vendo um ser humano. E quero ver esse ser humano bem, bem de saúde. E saúde tem uma definição ampla, não é só não ter doença, é um estado de bem estar físico, psíquico e social.

Quem está, por exemplo, sem dinheiro e vendo sua família passar fome não tem saúde mental, não pode estar em paz consigo mesmo. É preciso que nós vejamos no índio um ser humano que precisa ser tratado como ser humano, com dignidade, e não como esses gigolôs de índios fazem: “Ah, vamos dar imensas reservas indígenas” – que são da União – “para os índios ficarem lá doentes, maltratados, sem poderem produzir e sendo tratados como cidadãos de segunda categoria”. Embora, num particular, sejam até cidadãos de primeira categoria.

Disse o Dr. Ives Gandra, recentemente, em um artigo, que 87% do território nacional pode ser percorrido por todos os brasileiros, como manda a Constituição, o direito de ir e vir, mas somente uma parte dos brasileiros pode andar em todos os 100%, Senador Paim, que são os índios. Os índios podem andar em qualquer lugar, mas os não-índios não podem entrar nos 13% que são reservas indígenas no Brasil. Veja o contrassenso.

No meu Estado, está sendo discutida a questão da reserva indígena Raposa Serra do Sol, numa tríplice fronteira – Brasil, Venezuela e Guiana –, em que se pretende isolar e esvaziar uma região que foi povoada há séculos, para atender a um comando internacional de ONGs que querem aquela região, que é riquíssima, desocupada. É preciso discutir isso com coragem, sem sofisma, sem medo de ser chamado de “politicamente incorreto”, esses jargões que aquela Esquerda ultrapassada, anterior mesmo à Rússia,

à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ainda teima em ter hoje.

Espero que essa discussão seja feita, como, por exemplo, o uso da tecnologia no extrativismo. Pensar que um homem na Amazônia vai viver de coletar castanha e de tirar seringa é brincar com o ser humano. Se querem que a pessoa se dedique ao extrativismo, temos de usar tecnologia moderna para que ele possa produzir, ganhar dinheiro e sustentar bem sua família.

Sr. Presidente, espero que outros itens sejam discutidos, como, por exemplo, o funcionamento 24 horas das fronteiras ativas da Amazônia e a livre movimentação de veículos nas rodovias federais e estaduais. Vejam o absurdo lá no meu Estado. Meu Estado faz fronteira com a Venezuela. Uma fronteira fecha às 10 horas da noite. Há venezuelano que estuda do lado brasileiro, inclusive em universidade, e tem que estar atento para não correr o risco de passar das 10 horas e ele não poder voltar. E vice-versa: quem vai à Venezuela, do lado de lá, à cidade vizinha, Santa Elena de Uairén, tem que estar olhando para o relógio porque às 10 horas fecha a fronteira e ficam os policiais federais e os homens da Receita parados. Param tudo, param tudo. Por quê? “Ah, falta efetivo”. Ora, se lá há falta efetivo, como sobra efetivo para mandar a Força Nacional? A Polícia Federal esteve, só na reserva indígena do meu Estado, na Raposa Serra do Sol, em três operações seguidas, que custaram milhões de reais. E falta gente para ficar na fronteira? Mais absurdo ainda, Senador Mão Santa: uma rodovia federal que vem do Amazonas para Roraima é fechada às 6 horas da tarde pelos índios. Pelos índios. Não está escrito em nenhum lugar, em nenhuma lei, que eles podem fazer isso. Mas fazem, mas fazem. Por que, então, não se tomam providências? Nós tomamos. Nem eu, nem o Senador Augusto Botelho, nem outros Deputados de Roraima estamos omissos nisso, não. Já entramos com ações na Justiça, e, lamentavelmente, as coisas não andam. Então, é preciso que haja determinação.

Estou acreditando no espírito moderno. Dizem que o Ministro Mangabeira Unger é de uma Esquerda moderna. Não é como aquele japonês que ficou escondido na caverna durante a Segunda Guerra Mundial e que, meses depois de acabada a guerra, saiu, pensando que ainda havia guerra, armado, querendo matar quem ele encontrava.

É preciso nos sintonizarmos com o mundo atual e pensarmos em dar modernidade à Amazônia; é preciso incorporar a Amazônia ao Brasil. E não faremos isso se não for com políticas corajosas, sem ser com soberania. É o Brasil que tem de dizer o que é bom para a sua Amazônia, sem detrimento da Amazônia dos países limítrofes. A Venezuela tem Amazônia, a

Colômbia tem, o Peru tem, a Bolívia tem. Cada qual cuida da sua Amazônia. E há a Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia, que trata, portanto, da Amazônia de todos os países, e que deve ser discutida. Mas nós, do Brasil, que temos 65% de toda a Amazônia sul-americana, temos de estabelecer as regras para o nosso desenvolvimento. Não podemos viver como estamos vivendo hoje.

Veja aí, qualquer cidadão que esteja me ouvindo, pegue uma nota no seu bolso, de qualquer valor, de R\$1,00 a R\$100,00. O que há nessa nota? Algum vulto histórico? Algum monumento brasileiro? Não. Só bicho; só há bicho. Senador Mão Santa, de R\$1,00 a R\$100,00 só existe bicho nas notas do nosso real. Por quê? Será que não há ser humano no Brasil? Com todo o respeito aos bichos, mas acho que o ser humano é o bicho mais importante que existe na face da Terra. Deus disse isso.

Outra coisa absurda é que, quando se fala em Amazônia, vem a imagem de que na Amazônia só existe mato. E não é verdade. No meu Estado, por exemplo, um terço, mais ou menos, não é de mato; é de lavrados, que é menos do que o cerrado aqui do Centro-Oeste, que tem mais árvores. Lá o que chamamos de lavrados é equivalente, Senador Paim, mais ou menos, aos pampas gaúchos. Não há floresta. Mas vendem a imagem, de fora para dentro e de dentro para fora, de que tudo é mata na Amazônia. E não é verdade. E é mais importante o bicho, depois a mata, depois os índios; e os outros, mestiços, caboclos, os brasileiros que foram para lá, esses são vilões, esses não prestam.

É preciso, portanto, que os Governadores da Amazônia que se reúnem hoje e amanhã no meu Estado incluam, como já tentaram incluir na Carta dos outros três encontros – um que se realizou em Belém, outro que se realizou em Cuiabá e o terceiro, que se realizou em Manaus –, a adoção de uma posição corajosa, sem desrespeito a ninguém. Não precisa acabar com

nada para proteger quem é mais fraco. Pelo contrário, você pode ajudar o mais fraco justamente cobrando do que mais pode uma atitude pró-ativa socialmente, sem precisar expulsar ninguém de lá, sem precisar tratar mal ninguém de lá.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que autorize a transcrição nos *Anais*, como parte do meu pronunciamento, da notícia do Fórum dos Governadores que se realiza no meu Estado, hoje e amanhã, das Cartas das três reuniões anteriores que aconteceram e a medida provisória, pelo menos o espelho da medida provisória, que trata da regularização fundiária na Amazônia Legal.

Eu não tenho dúvida de que, no meu jargão de médico, o nó, o problema principal, a origem da doença dos problemas da Amazônia está na indefinição sobre as terras da Amazônia. Portanto, resolvida a questão das terras, como quer essa medida provisória, que eu espero – repito – tenha vindo boa, mas que nós vamos aperfeiçoar mais, aí sim, nós teremos a definição das terras, para os brasileiros que lá estão ou que para lá queiram ir. E eu chamo os brasileiros de todo este Brasil que estão noutros Estados, com dificuldade: vamos para a Amazônia, vamos ocupar aquela área imensa deste Brasil antes que outros ocupem. Vamos nós, brasileiros, cobiçar a Amazônia e não ficar dizendo como dizem muitos, que os estrangeiros cobiçam a Amazônia. Ora, se alguém cobiça o que é nosso é porque nós não estamos cobiçando. Então, vamos cobiçar e dar valor ao que é nosso. E a Amazônia brasileira é nossa e nós precisamos defendê-la com todo o ardor. Por isso, Sr. Presidente, eu quero encerrar, reiterando o pedido de transcrição dessa matéria que acabei de ler e a que fiz referência.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

## PAUTA DO ENCONTRO DOS GOVERNADORES

O 4º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, que ocorre nos dias 12 e 13 de fevereiro em Boa Vista, já tem definida a pauta de discussão. Com a presença de governadores da Amazônia Legal e de autoridades do governo federal, entre elas, o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, o encontro trará à baila assuntos considerados fundamentais para o desenvolvimento da região como: regularização fundiária e ambiental, zoneamento ecológico-econômico, bioma amazônico e política indigenista.

<!--[if !supportEmptyParas]-->Espaço permanente de discussão da política regional, o Fórum terá dois momentos. O primeiro, chamado pré-fórum, ocorrerá na quinta-feira (12), no Hotel Aipana, com os secretários de Estado representantes dos nove estados da Amazônia Legal, gestores, e assessores do governo federal. O segundo ocorre na sexta-feira (13), no Palácio Hélio Campos, no período da manhã, com os governadores e a Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável (PAS). À tarde, haverá reunião com o Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

<!--[if !supportEmptyParas]-->Constam da agenda temática do pré-fórum assuntos como o transporte aéreo regional, transporte rodoviário e hidroviário, regularização ambiental e fundiária, extrativismo e sistemas de produção, e rumos da política indigenista. Os temas serão abordados pelos representantes dos ministérios que fazem parte da comissão gestora do PAS, entre os quais estão os ministérios da Justiça, da Agricultura, do Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos. A reestruturação do transporte aéreo regional (incentivos e regulamentação diferenciada), o uso de tecnologia no extrativismo, e as hidrovias da Amazônia são parte da pauta da comissão gestora do PAS, no fórum principal.

Além da regulamentação fundiária, tema mais discutido nos últimos dias, após o repasse dos seis milhões de hectares de terras da União para Roraima, os representantes roraimenses ficarão atentos a outros assuntos diretamente ligados à realidade do Estado, que estão na pauta dos debates do encontro. Política indigenista, funcionamento 24 horas das fronteiras ativas da Amazônia e a livre movimentação de veículos nas rodovias federais e estaduais serão também debatidos no Fórum. Estes assuntos devem gerar caráter reivindicativo dos representantes do Estado, que luta contra o bloqueio da BR-174, imposto pelos índios Waimiri-Atroari, na divisa entre Roraima e Amazonas.

SECOM/GOV/RR

**Íntegra da Carta do Pará, resultado do I Fórum de Governadores da Amazônia Legal**

Belém, 30 de maio de 2008

Nós, governadores dos Estados que compõem a Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins -, reunidos em nosso primeiro fórum, manifestamos à sociedade, nacional e internacional, nossa determinação em garantir o efetivo da soberania nacional da região.

Nos comprometemos com a construção de consensos e mecanismos estratégicos para a operacionalização do desenvolvimento que garanta a sustentabilidade da floresta, sua biodiversidade e recursos minerais e hídricos, indissoluvelmente vinculada ao crescimento econômico, geração e distribuição de renda, que se traduzam na melhoria da qualidade de vida de 23 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia. Neste sentido, o combate ao desmatamento ilegal torna-se imprescindível.

O Fórum de Governadores da Amazônia constitui-se em espaço político regional em que, a partir dos consensos estabelecidos, levaremos a voz de nossos povos ao cenário nacional e internacional, firmando nossa identidade.

Saudamos a instalação do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), manifestando nossa expectativa de que venha a se constituir em um "Conselho da Amazônia" legítimo e representativo dos interesses regionais, como alta instância capaz de efetivar as políticas públicas integradas necessárias à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável. E destacamos a necessidade do fortalecimento institucional da Sudam.

Por consenso, destacamos os seguintes pontos para avançar a agenda amazônica com metas, recursos e prazos:

- - Alinhamento estratégico, a partir do Plano Amazônia Sustentável (PAS), dos mecanismos de financiamento do conjunto de atividades sustentáveis que entendemos como a Economia da Conservação, aperfeiçoando o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) o Orçamento Geral da União (OGU) e outros mecanismos de financiamento, que precisam ser criados para remunerar os serviços ambientais.
- - Determinação para que os mecanismos de ordenamento territorial, zoneamento econômico-ecológico (ZEE) e a regularização fundiária sejam estabelecidos em caráter de urgência, pactuada com os Estados amazônicos.
- Este ato de unidade se estabelece como marco histórico na retomada do desenvolvimento da Amazônia pelos que nela vivem.

Governadora Ana Júlia Carepa - Pará

Governador Binho Marques - Acre

Governador Blairo Maggi - Mato Grosso

Governador Eduardo Braga - Amazonas

Governador Ivo Cassol - Rondônia

Governador Jackson Lago - Maranhão

Governador José de Anchieta Júnior - Roraima

Governador Marcelo Miranda - Tocantins

Governador Waldez Góes - Amapá



*Manaus, 14 de novembro de 2008.*

**III Fórum de Governadores da Amazônia Legal**

## **Carta de Manaus**

Nós, Governadores dos Estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, reunidos, cientes de nossas responsabilidades, entendemos que nossa região já dispõe de capacidade para alcançar prosperidade e sustentabilidade.

Para tanto, propomos:

1. Agilizar a Regularização Fundiária e o Ordenamento Territorial mediante parcerias entre os Estados e o Governo Federal, de acordo com o cronograma de atividades proposto neste Fórum, que deverá culminar na próxima reunião da Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável;
2. Apoiar medidas para integração regional, nacional e internacional dos Estados da Amazônia Legal, incluindo rodovias, aeródromos, ferrovias e, com especial atenção, hidrovias, dando destaque para:
  - Reformulação da Aviação Regional, com incentivos e regulamentação diferenciada, a ser discutida no próximo Fórum como proposta definitiva;
  - Ampliação de hidrovias, como no Rio Tocantins (com eclusas nas Usinas de Lajeado e Estreito), Rio Madeira e Rio Purus;
  - Melhoria de ligações rodoviárias, como a ligação do Amapá à Guiana Francesa (BR-156); de Roraima à Guiana (Ponte do Rio Tacutu); Acre ao Peru e Pacífico; BR-319; BR-317 (Boca do Acre à Rio Branco); BR-163 (buscando atender o cronograma ambiental de modo a evitar atrasos) e BR-307 (no trecho São Gabriel à Cucuí).
3. Apoiar a Reforma Tributária, reiterando a necessidade da cobrança de ICMS na geração, transmissão e distribuição de energia;
4. Estabelecer políticas setoriais com metas de redução de emissões de gases de

efeito estufa para garantir a implementação de sistemas de pagamento por serviços ambientais;

5. Assegurar que o Fundo Amazônia direcione de forma compartilhada recursos aos Estados e seus respectivos órgãos ambientais, garantindo a manutenção dos investimentos que o Governo Federal já aplica no controle e monitoramento do meio ambiente na Amazônia;
6. Agilizar a aprovação do FPE Verde – Fundo de Participação dos Estados Verde;
7. Incluir no Orçamento Geral da União as emendas orçamentárias, já aprovadas, de R\$ 250 milhões e R\$ 500 milhões, respectivamente, na Comissão da Amazônia (destinadas à elaboração dos ZEEs) e na Comissão de Agricultura (destinadas à Regularização Fundiária da Amazônia Legal).

Este ato se firma na busca do desenvolvimento da Amazônia para aqueles que nela vivem.



**Governador Eduardo Braga – Amazonas**



**Vice-Governador Carlos César Correia de Messias – Acre**



**Governador em exercício Odair dos Santos Correa – Pará**



**Governador em exercício Pedro Paulo Dias – Amapá**



**Governador em exercício Luiz Carlos Porto – Maranhão**



**Governador Blairo Maggi – Mato Grosso**



**Governador Ivo Cassol – Rondônia**



**Governador José de Anchieta Júnior - Roraima**



**Governador Marcelo Miranda - Tocantins**

## **Carta de Mato Grosso**

### **II Fórum de Governadores da Amazônia Legal**

*Cuiabá, 08 Agosto de 2008*

Nós, Governadores dos Estados que compõem a Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, cientes da dimensão maior que deriva do mandato popular, afirmamos nossa responsabilidade histórica na condução dos destinos da região.

Compreendemos a importância da variável ambiental no desenvolvimento da Amazônia que perpassa e está presente em todos os temas de forma transversal, entendendo que aspectos sócio-econômicos são igualmente relevantes.

Para dar materialidade às ações de desenvolvimento regional sustentável, o presente Fórum cria o Conselho de Governadores da Amazônia Legal e destaca como agenda prioritária:

1. Instalar imediatamente a Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável (PAS);
2. Reafirmar a importância do Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE como instrumento estratégico para o planejamento e a integração regional, considerando que a conclusão dos ZEEs estaduais e do macrozoneamento da Amazônia é prioritária e deverá ser alcançada mediante a cooperação técnica e financeira entre os Estados e a União;

3. Assegurar, por meio de delegação, a participação autônoma dos estados na formulação das políticas ambientais (legislação, controle e monitoramento) que afetem os interesses da região amazônica;
4. Reconstruir e/ou fortalecer os Institutos de Terras ou estruturas correlatas nos Estados visando estabelecer em caráter de urgência uma política de regularização fundiária, pactuada com os estados amazônicos, mediante a cooperação técnica e financeira entre os entes federados e a União, dando aos Estados o poder da supletividade no âmbito do ordenamento territorial;
5. Instituir o planejamento estratégico compartilhado das ações de infra-estrutura de transportes, comunicações, energia e recursos hídricos, visando a integração regional.
6. Acrescentar nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) as obras complementares dos eixos estruturantes, tais como: acessos, viadutos e arcos rodoviários;
7. Aprovar, no Congresso Nacional, um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que permita a cobrança de ICMS na geração, transmissão e distribuição de energia, bem como no consumo final;
8. Implantar um programa emergencial conjunto dos Estados e da União para suprir defasagens regionais no setor de Ciência, Tecnologia e inovação, estabelecendo metas de expansão e consolidação da infra-estrutura de pesquisa, de produção de tecnológicas sociais e de formação de recursos humanos, incluindo a duplicação do número de doutores no prazo de cinco anos;
9. Implantar um modelo diferenciado de financiamento para a região, visando a promoção da saúde, que leve em conta os grandes vazios demográficos, as distâncias, a precariedade das vias de transporte, os custos elevados para a manutenção de procedimentos e os quadros endêmicos específicos da região;
10. Efetivar as ações propostas na Operação Arco-Verde, em sintonia com ações dos governos estaduais;
11. Reestruturar o modelo de implementação e a operacionalização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no âmbito do Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal visando autonomia para os Estados a fim de simplificar os procedimentos para agilização da execução das obras de saneamento e habitação;
12. Promover a revisão do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), visando assegurar, no âmbito da Legislação vigente e em simetria com os demais estados, acesso ao crédito para os Estados do Tocantins e do Amapá;
13. Fortalecer os órgãos de planejamento regional, em especial a SUDAM, para que o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA seja efetivamente elaborado com os Estados, revendo a Legislação referente aos segmentos econômicos prioritários
14. Agilizar a votação no Congresso Nacional do Projeto de Lei que cria o Fundo de Participação dos Estados (FPE) - Verde.
15. As resoluções assinadas durante o encontro compõem os anexos.

Este ato se firma na busca do desenvolvimento sustentável da Amazônia para aqueles que nela vivem.

Governador Blairo Maggi - Mato Grosso

Governadora Ana Júlia Carepa - Pará  
Governador Eduardo Braga - Amazonas

Governador Binho Marques - Acre

Governador Ivo Cassol - Rondônia

Governador Marcelo Miranda - Tocantins

Governador Waldez Góes - Amapá

Governador José de Anchieta Júnior - Roraima

Vice-Governador Luís Carlos Porto - Maranhão

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra. Em seguida, passo a palavra no princípio de um orador e um Líder, para o Líder Renan Calheiros.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ia fazer um aparte ao nosso querido Senador Mozarildo Cavalcanti, cumprimentá-lo inicialmente por seu pronunciamento nesta tarde, entretanto, S. Ex<sup>a</sup> estava encerrando a sua fala. Mas eu não posso deixar de também manifestar aqui, naturalmente, a minha apreensão como cidadão da Amazônia, Região Centro-Oeste e Amazônia, na medida em que nós temos sido o patinho feio nos últimos anos. E certamente nós temos que estar na trincheira aqui na medida em que a Amazônia tem algo parecido, em torno de 25 milhões de brasileiros. Temos contribuído sobremaneira.

Todavia, nós não podemos permitir em hipótese alguma, Senador Mozarildo Cavalcanti, na medida em que, não sei por que os motivos, as razões, querem transformar aquela região em algo pior do que um pato selvagem. V. Ex<sup>a</sup>, conhecedor profundo, naturalmente, das reais necessidades, dos problemas da Amazônia, tem constantemente pontuado, com muita clarividência, que os problemas de quem lá reside são por culpa do Governo Federal. Lamentavelmente, as questões fundiárias, hoje, que têm sido o ponto nevrálgico de toda essa situação é falta de que? Da presença do Governo nessa Região Amazônica, desde a questão da regularização fundiária à criação exacerbada e desacertada também da ampliação da reserva indígena. E a Amazônia brasileira, que é o pulmão do mundo em relação, naturalmente, à questão climática, em hipótese alguma, pode continuar com essa política perversa.

Lamentavelmente, o Governo Federal quase nada tem feito em relação à nossa região. Todavia, V. Ex<sup>a</sup>, que é um estudioso, que conhece realmente as nossas problemáticas, V. Ex<sup>a</sup> tem o nosso apoio. Nosso apoio, porque os seus pronunciamentos não vão ficar em vão. Até porque nós vamos constituir, agora, a Bancada da Amazônia, para defender os nossos interesses, sob pena de transformarmos o local em um bolsão de miséria, de pessoas que vão ficar de pires na mão, ou seja, mendigando, batendo às portas do Governo Federal, na medida em que a contrapartida não tenha acontecido.

Por isso, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem feito aqui os pronunciamentos e todos têm início, meio e fim, não está apenas fazendo da sua tribuna um palanque eleitoral; muito pelo contrário, os seus pronunciamentos têm deixado claro que V. Ex<sup>a</sup>,

como homem da Amazônia, tem a obrigação e o dever de defender aqueles brasileiros que moram nessa região do nosso País.

Parabéns, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros. Em seguida, como orador inscrito, ao Senador Cristovam. Após, o Senador Mão Santa.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao cumprimentar os prefeitos de todo o País que estiveram em Brasília para um encontro nacional, quero agradecer ao Presidente da República, Presidente Lula, que, mais uma vez, demonstrou sensibilidade ao atender um pleito justíssimo dos Prefeitos brasileiros.

O Presidente da República assinou uma medida provisória autorizando a renegociação das dívidas com o INSS em até 20 anos. A repactuação poderá ser realizada em 240 meses.

Além disso, Srs. Senadores, foi autorizado o refinanciamento, com correção pela TJLP, uma taxa de juros menor, em condições mais favoráveis às prefeituras.

Até então, as dívidas posteriores a setembro de 2005 podiam ser parceladas em 60 meses, mas com correção pela taxa Selic.

É preciso reconhecer a importância das medidas e o compromisso do Governo com o movimento municipalista.

Estive recentemente com o Presidente da República tratando desse assunto. O Presidente pediu para que eu conversasse com os Ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Previdência Social, José Pimentel, e com o Secretário Executivo, Nelson Machado, ex-Ministro da Previdência Social, Secretário Executivo da Fazenda, que ajudou, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a montar a Super Receita para negociar uma solução para as demandas dos Prefeitos.

Recebi também, no meu gabinete, nesta semana, mais uma vez, o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, com quem, Sr. Presidente, ao longo dos últimos anos tenho discutido a situação das prefeituras. Mas é importante continuar conversando com os Ministros e com o Presidente da República, para que as medidas não se esgotem aí, seja feito, sobretudo, um encontro de contas. Nós temos de redimensionar as dívidas dos Municípios com o INSS, como determina a própria Constituição Federal. Ou seja, permitir às prefeituras considerar os créditos que elas já têm com o INSS, créditos acumulados com o INSS.

Esse encontro de contas, Sr. Presidente, implica em respeitar, por exemplo, a chamada compensação previdenciária. São contribuições que a Previdência Social já devolve às prefeituras que criaram regimes próprios de previdência para seus servidores, passando a ter responsabilidade pelo pagamento das aposentadorias.

Outra medida que precisa ser adotada diz respeito à concessão da certidão do Cadastro Único de Convênio – Cauc. Muitas vezes, Sr. Presidente, para se obter o Cauc, as prefeituras precisam acertar débitos previdenciários das empresas terceirizadas.

A grande maioria dessas empresas também quita seus encargos e, com isso, fica configurada uma duplicidade no recolhimento das obrigações com o INSS que não são ressarcidas aos Municípios. É preciso providenciar, o mais rapidamente possível, um caminho para que essa devolução se efetive e, com isso, contornar entraves burocráticos. Isto é fundamental para a saúde financeira dos Municípios.

Em 1997, as dívidas dos Municípios eram de R\$4 bilhões. Hoje, Presidente Paulo Paim, as estimativas não são exatas, mas calculam que essa dívida esteja entre R\$14 bilhões e R\$40 bilhões.

Segundo relatos que tenho recebido, os Municípios não estão suportando mais essa relação com o INSS. O art. 160 da Constituição Federal permite à Previdência reter do Fundo de Participação dos Municípios parcelas da dívida desses Municípios. Só, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o INSS muitas vezes deixa de pagar o que deve às prefeituras.

Este é um dos dramas.

Outra reivindicação importante é que, além dos 240 meses de prazo, a soma das respectivas prestações com o fluxo normal de novas contribuições ao INSS seja limitada a um percentual da receita corrente dos Municípios, como acontece hoje com os Estados.

Isto tudo pode ser resolvido, claro, na tramitação da medida provisória aqui no Congresso Nacional e na continuidade das negociações com o Governo Federal e com os Ministros que se envolveram nessa solução. Como Líder do PMDB, vou continuar trabalhando nesse sentido.

Um ponto também muito importante diz respeito ao limite, há pouco colocado aqui, de comprometimento da receita que deveria ser adequada ao Orçamento Fiscal. Tudo isso, claro, levando em conta o compromisso do Município, a necessidade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e levando em conta, sobretudo, o equilíbrio das contas da Previdência Social. Nós temos melhorado muito a receita da Previdência Social, o déficit tem diminuído, mas é importante que esse equilíbrio se mantenha.

É preciso, Sr. Presidente, também ter em mente que nós atravessamos uma crise de dimensões internacionais. Seus efeitos estão atingindo as Prefeituras, os Estados e a União, que já registram queda da arrecadação tributária.

Em janeiro, por exemplo, pela primeira vez desde 2003, houve queda de 1% nos repasses federais do Fundo de Participação dos Municípios, em comparação com o mesmo mês do ano passado.

E falo, Sr. Presidente, com a responsabilidade de quem teve a honra de promulgar como Presidente do Senado, como Presidente do Congresso Nacional, a Emenda à Constituição que aumentou em um ponto percentual os recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

A mudança constitucional elevou, na prática, em R\$1 bilhão por ano os repasses da União aos Municípios brasileiros.

Tenho certeza de que o Presidente Lula, os Ministros Mantega, Pimentel e Nelson Machado saberão ouvir os Prefeitos e suas entidades e atender essas outras justíssimas reivindicações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Tivemos uma presença forte, expressiva, dos Prefeitos aqui em Brasília, e muitos ainda estão aqui. É fundamental que o Senado coordene esse debate. A medida provisória tramitará nesta Casa. O Senado é a Casa da Federação. Nós temos que, modestamente, contornar dificuldades para continuar ajudando os Municípios brasileiros.

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Senador Renan Calheiros, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senador Jayme Campos.

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Ontem estivemos nessa mesma tribuna buscando efetivamente um pronunciamento na defesa dos Municípios brasileiros. Propusemos também a criação de um PAC para as cidades interioranas deste Brasil, sobretudo os pequenos Municípios. No Brasil, dos 5.564 Municípios, 2.740 estão com população abaixo de 30 mil habitantes. Imagino que o Governo está muito preocupado só com os grandes investimentos. Entretanto, segundo dados estatísticos do IBGE, 27% de 1.491 cidades diminuíram, ou seja, a massa populacional diminuiu. Fruto de quê? De investimento, obviamente, sobretudo em obras de infraestrutura e logística, e, naturalmente, de políticas sociais. Imagino, portanto, que o Governo, que está preocupado em levar sobretudo a cidadania ao nosso povo, tem que investir nas pequenas comunidades brasileiras. Lamentavelmente, agora nesses últimos dias, a arrecadação dos Municípios... Muitos deles vivem efetivamente de FPM, que é

a transferência originária do Governo Federal. Alguns já estão com dificuldades para pagar a folha – caiu 16% em alguns Municípios. Ora, se a maioria da receita, ou seja, a arrecadação maior desse Município, é fruto da transferência do FPM, nesse caso, como caiu, imagino que estarão inviabilizadas, dentro em breve, muitas cidades brasileiras. De tal forma, peço que V. Ex<sup>a</sup>, que tem comprovadamente aqui lutado no seu cotidiano na defesa dos interesses dos Municípios brasileiros e que é da base de sustentação do Governo Lula, faça um apelo a Sua Excelência para que façamos um PAC para as pequenas cidades brasileiras. Nesse primeiro instante, foram contempladas só cidades de porte grande, acima de 150, de 200 mil habitantes. Não podemos desconhecer que 2.740 Municípios brasileiros têm abaixo de 30 mil habitantes. Portanto, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo na certeza de que a sua fala aqui vai chegar aos ouvidos da direção maior deste País, sobretudo do Poder Executivo, para que façamos investimentos nos Municípios, sob pena de, a cada dia que passa, definhando, ou seja, cair a sua população demográfica, naturalmente pelos poucos investimentos que têm chegado às pequenas cidades brasileiras. Parabéns, Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Eu quero agradecer muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jayme Campos. É fundamental que todos nós, independentemente de partidos políticos, independentemente de sermos da base do Governo ou da Oposição, continuemos trabalhando duro, como faz V. Ex<sup>a</sup>, para que tenhamos a justiça mais uma vez feita nessa relação, nesse pacto federativo brasileiro.

Os Municípios precisam da ajuda do Governo Federal. Muitos Municípios perderam convênios, investimentos, muitos Municípios trabalham duro também para manter esse equilíbrio fiscal. É fundamental que, contornando dificuldades, contornando a própria burocracia, nós possamos garantir meios para que esses Municípios tenham acesso a esses investimentos do Governo Federal, em todas as áreas: na saúde, na educação, na infraestrutura, no saneamento básico.

Vamos continuar juntos, todos juntos, o Senado Federal sobretudo, para que possamos consagrar, Senador Jayme Campos, na prática, essas conquistas.

Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)** – Passamos a palavra, neste momento, ao nobre Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito, representante do Distrito Federal.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr<sup>s</sup> e Srs Senadores,

esta é a Casa das leis, Senador Mão Santa. Entretanto, por incrível que pareça, esta Casa, que faz as leis, se surpreende, de vez em quando – ou, mais grave ainda, nem se surpreende – quando essas leis que nós fazemos não são cumpridas.

O Brasil é um dos países – talvez haja outros –, Senador Mão Santa, onde se costuma dizer que há leis que “pegam” e leis que não “pegam”.

Vim aqui falar de quatro leis. São quatro leis que hoje não estão “pegando” e cujo desprezo às letras que as compõem pode trazer grandes prejuízos para o Brasil.

A primeira é a Lei nº 11.705/08, a Lei Seca. Foi uma lei que “pegou” num primeiro momento, tomou o povo brasileiro a seu lado e começou a ser praticada, uma lei que teve um impacto tão rápido, como raramente uma lei tem neste País. A Lei Seca, que foi considerada no ano passado pelos meios de comunicação como a lei mais importante do Congresso, à frente da própria lei do piso salarial do professor, essa lei hoje está enferma; não direi moribunda ainda, mas está enferma, porque é uma lei que “pegou” na opinião pública, mas não recebe hoje do Poder Público os instrumentos necessários para que, com uma fiscalização rigorosa, ela seja cumprida.

É triste dizer, mas uma das leis mais queridas do povo brasileiro, a Lei nº 11.705, famosa como Lei Seca, que “pegou” no primeiro momento, ficou doente. Talvez ela esteja precisando colocar o bafômetro, talvez ela esteja um pouco embriagada.

Não seria difícil para os Poderes Públicos retomarem a importância dessa lei, darem os instrumentos necessários às polícias, darem os instrumentos necessários aos serviços encarregados de fiscalizar, para que não haja motoristas com teor alcoólico no sangue dirigindo automóveis.

Essa, Senador Paim, é a primeira lei de que quero falar, uma lei que “pegou” e ficou doente, por falta de apoio do setor público, por falta de preocupação, por falta de fiscalização, por falta da atenção constante, sem a qual ela morre, como tantas outras leis que temos no Brasil. Chegou-se ao ponto de dizer que são leis para inglês ver, como foi a lei que proibiu o tráfico dos escravos. Uma lei que foi feita para submeter o Brasil às pressões inglesas, humanistas, visando proibir o tráfico dos escravos, mas que todos sabiam que no Brasil ela seria assinada só para os ingleses verem e não para ser cumprida. A Lei Seca está caindo nesse mesmo nível de lei para inglês ver. Uma lei feita, aprovada, aceita pelo público e doente por falta da atenção do Poder Público.

A outra lei, Sr. Presidente, é a Lei nº 11.700, de 2008. Uma lei que diz que toda criança tem direito a

uma vaga na escola mais próxima de sua casa a partir do dia em que fizer 4 anos. Essa proposta de lei já estava no Programa de Governo que o Presidente Lula apresentou à Nação brasileira em 2002. Ele se comprometeu com ela. Em 2003, o Ministério da Educação, que eu dirigia, levou esse projeto de lei para a Casa Civil e o projeto ficou dormindo nas gavetas da Casa Civil. Quando eu voltei para o Senado, um dos primeiros atos que eu fiz foi apresentar esse projeto no Senado Federal. O projeto avançou. Ao longo de quatro anos, foi aprovado no Senado, foi aprovado na Câmara, o Presidente Lula sancionou a lei, essa lei entrou em vigor, mas essa lei, Senador Mão Santa, não “pegou”. E não “pegou”, nesse caso, pelos dois lados: o povo não se preocupou em colocar seus filhos aos 4 anos na escola, aproveitando-se da lei, e os governos aproveitaram-se desse descuido, dessa falta de atenção, de interesse da população e não estão os governos oferecendo as vagas que as nossas crianças têm direito a partir dos 4 anos.

Vejam que a lei não obriga o pai ou a mãe a colocar o filho na escola aos 4 anos. Eu acho que a obrigação da família colocar o filho na escola é a partir dos 6 anos. Mas, entre os 4 e 6 anos, é preciso que os governos tenham a obrigação de oferecer vagas no caso em que os pais assim o desejarem.

É uma pena que essa lei não esteja recebendo o entusiasmo da população para colocar os filhos na escola. Uma parte da população, porque nem tomou conhecimento, porque nós não usamos os meios de comunicação para promovermos essa lei. E, aqui, fica uma solicitação à Presidência desta Casa, ao Presidente José Sarney: coloque a TV Senado como um instrumento de condução da idéia dessa lei aqui aprovada; coloque a TV Senado e, também, a TV Câmara como dois órgãos de comunicação que possam dizer ao povo que ele tem o direito de colocar seu filho na escola mais perto de sua casa a partir do dia em que a criança fizer 4 anos. É preciso que o povo saiba. Como é que o povo vai procurar se ele não sabe? Como é que a gente cria uma demanda sem que as pessoas saibam que têm direito a isso?

Eu faço um apelo ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara para que as duas televisões do Congresso, que aprovou essa lei, que as duas televisões sejam usadas para promover a idéia, para levar ao povo a informação do direito que o povo tem. E, obviamente, que as outras televisões também façam isso; que no intervalo das novelas das televisões nossas coloque-se uma propaganda: você tem direito a uma vaga na escola mais perto de sua casa para o seu filho a partir do dia em que ele fizer 4 anos. E que o MEC também

faça isso. Que a lei seja divulgada, porque essa pode não “pegar”, porque o povo não sabe.

Além disso, é preciso fazer um apelo aos senhores prefeitos para que façam o esforço necessário para que as crianças, a partir dos 4 anos, se os pais quiserem, com base na Lei nº 11.700, nas escolas dos Municípios tenham uma vaga. É claro que, de repente, chega uma criança e é capaz de ela não ter o mesmo conforto das que já estão ali. É claro que é capaz de ter mais uma criança numa sala de aula, o que não é bom para a educação, mas é melhor do que tê-la fora da sala de aula.

Essa é a segunda lei, Senador Paim, à qual chamo a atenção. E quero dizer que, amanhã, aqui pertinho do Plano Piloto, dentro do Distrito Federal, na cidade de Samambaia, haverá um ato público para tentar ajudar a divulgar a idéia de que essa lei existe e para cobrar das autoridades do Distrito Federal que essas vagas sejam garantidas, porque nem aqui, na Capital Federal, o Governo está cumprindo a Lei nº 11.700.

A terceira lei, Senador Paim, que não está “pegando”, e é lamentável dizer, é a Lei do Piso Salarial do Professor. E, aí, eu quero fazer um apelo, em primeiro lugar, aos professores: não deixem que os seus contracheques cheguem sem cumprir a Lei do Piso. A lei é clara: nos três anos depois de ela sancionada, o salário mínimo será de R\$950,00. O aumento será em três partes. Vocês façam as contas e, facilmente, vão saber qual deve ser o aumento salarial a que vocês têm direito, com base na Lei nº 11.738, de 2008.

Essa lei não está “pegando”. Em parte, porque alguns professores não estão lutando pelo direito que eles têm. É como se os escravos não tomassem conhecimento da Lei da Abolição ou tomassem conhecimento e não se preocupassem em conquistar a própria liberdade que a lei lhes assegurava.

Além disso, houve um processo por alguns governadores de tentar fazer com que essa lei ficasse inconstitucional, ou seja, matá-la. Não conseguiram. Não conseguiram, mas o julgamento no Supremo deixou uma dúvida que eu quero esclarecer aqui aos professores: o Supremo Tribunal, os Ministros do Supremo decidiram que o valor do piso era constitucional; R\$950,00 é constitucional, não apenas porque o Presidente Lula sancionou, mas também porque o Supremo reconheceu. Agora, tem um outro item da lei sobre o qual o Supremo não se pronunciou a favor ou contra. É o item que diz que o professor é obrigado a dar de aula apenas dois terços da sua carga de trabalho. Se ele tem quarenta horas na sua carga de trabalho, doze horas ele tem por semana para preparar aulas, para receber alunos, para estudar. Quanto a esse item, o Supremo não se pronunciou. Por isso, alguns gover-

nos estão dizendo que a lei não está em vigor. A lei está em vigor, em primeiro lugar, porque os R\$950,00 foram reconhecidos pelo Supremo, mas a lei está em vigor também no que se refere à carga de aula, porque o que o Supremo fez foi adiar o julgamento. Se ele adiou, o que vale é a lei, porque não deu uma liminar suspendendo a lei, apenas adiou o julgamento.

Hoje, prevalece o que está escrito na Lei nº 11.738, sancionada pelo Presidente Lula, de que o professor tem direito a um piso salarial de R\$950,00, que será elevado ao longo de três anos, e que o professor deve dar de aula apenas dois terços da sua carga de horas de trabalho.

Professor, você precisa lutar por esse direito, porque você não está fazendo um favor a você e a sua família, mas sim à educação das crianças brasileiras. Não deixe que essa seja mais uma lei para inglês ver. E não se deixe cair na manipulação dos que dizem que o Supremo impediu que a lei entrasse em vigor. A lei entrou em vigor no dia em que o Presidente a sancionou, o Supremo não suspendeu essa lei.

E a quarta lei, Presidente Paim, que eu quero trazer aqui à discussão não é uma lei do Governo Federal, é uma lei do Governo do Distrito Federal. É a Lei nº 4.075, de 2007, sancionada pelo Governador Arruda, mas, mais do que sancionada, é uma lei originada do Poder Executivo do Distrito Federal, uma lei feita pelo Governo do Distrito Federal e aprovada na Assembléia Legislativa do Distrito Federal, que aqui se chama Câmara Distrital. Volto a insistir: a lei teve origem no Poder Executivo, não foi uma lei imposta ao Poder Executivo, foi uma lei pedida pelo Poder Executivo. Segundo essa lei, no ano 2009 e no ano 2010 – só nesses dois anos –, os recursos que o Governo Federal transfere para o Distrito Federal, chamado Fundo Constitucional, esses recursos seriam transferidos para os professores na mesma proporção do total que fosse recebido. Ou seja, se o Governo Federal aumentasse 10% o fundo que o Distrito Federal recebe, o Governo do Distrito Federal aumentaria em 10% o salário dos professores. Essa lei é de origem do Governo do Distrito Federal.

Pois bem, do ano passado para este ano, para surpresa e alegria dos moradores do Distrito Federal, o Governo Federal aumentou esse fundo em 19,95%, Senador, quase 20%. Portanto, pela Lei nº 4.075, de 2007, o Governo do Distrito Federal tem de aumentar o salário dos professores em exatos 19,95%.

É uma lei cuja origem é o Governo do Distrito Federal, é uma lei sancionada pelo Governador do Distrito Federal e é uma lei que deve ser cumprida na medida em que o Governo do Distrito Federal recebe mais dinheiro. Se o Governo Federal transferiu 19,95% a mais para o Distrito Federal, o Governo do Distrito

Federal tem de aumentar o salário dos nossos professores nesta mesma taxa: 19,95%.

Vejam que o que foi transferido a mais do Governo Federal para o Governo do Distrito Federal foi R\$1,3 bilhão, um bilhão e trezentos milhões de reais. O aumento a ser dado aos professores corresponde a R\$350 milhões, ou seja, 30% do que o Governo recebeu a mais do que esperava.

Hoje, lamentavelmente, tem-se conhecimento de que o Governo do Distrito Federal – com o argumento de que não esperava que fosse tanto o aumento que receberia do Governo Federal –, diante da surpresa de que recebeu muito dinheiro, tem dito que não tem como dar o aumento correspondente aos professores, conforme lei que o próprio Governo do Distrito Federal fez, que é a Lei nº 4.075.

Não se pode imaginar que uma lei originada pelo Governo deixe de ser cumprida porque recebeu mais dinheiro do que deveria. É um contrassenso.

É por causa disso que há, hoje, entre os professores do Distrito Federal, a idéia de que não vão começar as aulas, ou vão pará-las a partir de março, se o Governo do Distrito Federal não cumprir a sua própria lei. Ai é uma tragédia!

Nós sabemos a tragédia que representa crianças sem escola. Nós sabemos a tragédia que representa crianças com escola e sem aulas. Por isso, é preciso que nós todos nos juntemos para que o Governo do Distrito Federal siga a lei que fez, cumpra o compromisso que assumiu, para que os professores possam trabalhar tranquilamente, possam dedicar-se como devem.

O Governo do Distrito Federal tem, inclusive, tomado algumas ações positivas na educação. A implantação do horário integral, que não é da maneira como eu penso, é apenas uma complementação das aulas tradicionais, mesmo assim já é um avanço que tem sido feito. A construção de escolas tem acontecido. Programas como o Ciência em Foco têm levado para dentro da escola uma formação de Ciência desde o Ensino Fundamental. Tudo isso pode ser perdido se o Governo não cumprir uma lei que criou, se o Governo não pegar os 30% que recebeu a mais do que imaginava do Governo Federal e repassá-los aos professores sob a forma de um aumento, de um reajuste salarial, conforme se comprometeu. Isso em 2009 e 2010. Isso não é permanente, do ponto de vista de aumentar, na mesma proporção, todos os anos daqui para a frente.

Espero que, até 1º de março – que é a data em que, pela lei do Governador, o aumento deve ser dado –, cheguemos ao entendimento de que a lei deve ser cumprida.

Convido os outros Senadores do Distrito Federal, Gim Argello e Adelmir Santana, para que, juntos, tentemos – e coloco-me à disposição, mesmo que sozinho, e não diria que é para intermediar, porque, para intermediar, não se pode se oferecer, tem-se que ser convidado – evitar essa tragédia.

Então, coloco-me à disposição do Governo do Distrito Federal, já que represento o povo do Distrito Federal e os professores do Distrito Federal, já que a minha bandeira específica é a educação, para que evitemos essa tragédia, a tragédia de uma greve que sabemos sempre como começa, mas não sabemos quando, nem como, termina, até porque já fui vítima de greve quando era professor. Vamos fazer o possível. Isso é uma contribuição que quero dar ao Governo do Distrito Federal, mas uma contribuição também ao direito dos professores do Distrito Federal e uma contribuição, sobretudo, ao futuro de nossas crianças e da nossa cidade.

Não podemos deixar que a Lei nº 4.075 siga o mesmo caminho que tantas outras leis, como as que eu citei aqui, de ficarem apenas no papel. São leis que vêm para mudar o País, são leis que vêm, portanto, para serem cumpridas. E quando alguém ameaça não cumpri-las, nós temos que nos movimentar. Os professores estão fazendo os seus movimentos. Eu quero, como Senador, fazer o meu movimento, falando aqui sobre esse assunto e me colocando à disposição dos professores, do Governador e das famílias, que, eu espero, também se envolvam para que não deixem que tenhamos uma lei não cumprida, levando não apenas a crises, mas a desastres e retrocessos na realidade da educação, que já não é como gostaríamos, mas que ficaria ainda pior.

Sr. Presidente, eu agradeço o tempo, mas quero deixar claro que esta Casa, que é a Casa das leis, não pode se limitar a fazê-las. Esta Casa tem que defendê-las também. E é isso que eu vim fazer aqui hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Convidamos para usar a palavra o Senador Augusto Botelho, que permutou com o Senador Mão Santa, que falará em seguida.

Enquanto S. Ex<sup>a</sup> se dirige à tribuna, eu leio o seguinte informe que me passou a Secretaria-Geral da Casa.

A Presidência recebeu diversos ofícios referentes às indicações para o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

A Presidência designa para compor aquele Colegiado o Senador Inácio Arruda, pelo PCdoB; o Senador Marcelo Crivella, pelo PRB; o Senador Expedito Júnior, pelo PR; e o Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo PTB, nos termos dos expedientes encaminhados.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente gostaria de agradecer ao Senador Mão Santa por ter tido a gentileza de me permitir falar agora, pois estou para sair e pegar um avião e eu tinha que falar hoje, porque, amanhã, uma das mais importantes – a mais importante, a mais antiga – missões evangélicas que trabalha com as comunidades indígenas do meu Estado vai fazer 50 anos.

Quero, aqui da tribuna, prestar uma homenagem à Missão Evangélica da Amazônia, que, amanhã, comemora 50 anos de existência oficial no Estado de Roraima. Atualmente, ela é presidida pelo missionário Milton de Camargo Sobrinho. É uma entidade missionária especializada em trabalho com indígenas desde 1949, época em que começou a trabalhar em Roraima.

Foi nesse ano que os missionários Neil Hawkins e sua esposa Mary Hawkins mudaram-se de Belém para o então território do Rio Branco, onde iniciaram um trabalho de evangelização entre os indígenas macuxi, na região do Cotingo, na aldeia do Contão. Hoje, essa aldeia conta mais de mil indígenas, tem escola de segundo grau, já é uma vila na área indígena.

Ali eles moraram e trabalharam até outubro de 1946, quando se mudaram para a região de Surumu, onde abriram um internato com a ajuda de uma professora brasileira, a Sr<sup>a</sup> Edith Barros, mais tarde substituída pela professora Levina Lima.

O objetivo da Meva era ajudar as igrejas evangélicas a evangelizar os indígenas sem contudo substituí-las, colocando-se como um elo entre estas e o campo missionário. O trabalho da Meva, Sr. Presidente Paulo Paim, é disponibilizar toda infraestrutura e ações, como o planejamento estratégico, apoio logístico e outras para que o acesso dos missionários aos locais onde residem os indígenas possa se dar de forma rápida e segura.

Após a chegada da família Hawkins a Roraima, outras missões de evangelização começaram a surgir. Em 1956, os missionários Nilo Hawkins e sua esposa, preocupados com a evangelização de outros indígenas no território, viajaram para a cidade de Bonfim, que faz fronteira com a Guiana Inglesa, onde iniciaram o Centro de Treinamento e Orientação para missionários, na região do rio Tacutu.

De agosto de 1956 até julho de 1961, Bonfim continuou como base da nova Missão, tendo o missionário Nilo Hawkins como Presidente. O trabalho em Bonfim, que começara com uma casa velha, foi-se desenvolvendo, a ponto de ter 11 casas, uma escola e um hangar para o avião de Asas de Socorro.

Asas de Socorro é outra Missão, que justamente fornece avião para transportar os missionários. Asas de Socorro também já está na região há quase 50 anos. Juntamente com as novas tribos, são as três missões evangélicas que fazem o melhor serviço com os indígenas em Roraima.

Mais de 20 missionários estrangeiros passaram por lá, estudaram Português e receberam orientação final antes de ingressarem no trabalho com os indígenas. A fim de facilitar o acesso à educação, a Missão permitiu que várias famílias construíssem suas casas dentro de sua propriedade, para que suas crianças pudessem frequentar a escola. Diga-se de passagem que, nesse tempo, o Governo brasileiro não levava a sério o território, não fornecia as escolas. A escola que existia para aquela gente era a dos missionários. Foram as primeiras escolas que surgiram nas áreas indígenas, pelos missionários evangélicos e pelos missionários católicos também. Várias pessoas converteram-se ao Evangelho e foram batizadas. A escola primária, iniciada pela Professora Lydia Dias da Rocha, no início do quarto ano de funcionamento, já tinha 45 alunos matriculados.

Em 1960, a sede da Missão Evangélica foi mudada de Bonfim para Boa Vista, que era capital do território naquela época, e onde Asas de Socorro já mantinham a base das suas operações. Ficou mais fácil, porque a base de operações estava em Boa Vista, e a Missão estava em Bonfim e ficava meio dissociada, e, naquele tempo, não havia estrada de rodagem para Bonfim. Tinha que ir de barco, e se viajava em pequenas embarcações, porque o rio só é navegável durante seis meses ao ano; no resto, tem que ser em barco pequeno.

Em 1970, com a reforma do estatuto, a Missão mudou de nome, de Cruzada de Evangelização para o nome atual, que é Missão Evangélica da Amazônia – Meva. Assim, perdura o nome até hoje.

Nessa época, esses missionários da Meva começaram a desenvolver um trabalho assistencial aos índios mais primitivos de Roraima, no sul do Estado: os famosos ianomâmis, aos yekuanas, aos xirixianas e aos maiongongues. Foram eles que chegaram primeiro. Depois a Igreja Católica chegou também, quase simultaneamente.

Em 1974, Neill e Mary Hawkins deram um novo passo. Foram para Atibaia, em São Paulo, onde serviram como professores de missões no Instituto Bíblico Palavra da Vida. Inflamados por esse sentimento de amor, que eles facilmente percebiam, graças a Deus, muitos alunos do Professor Hawkins, desse instituto, foram lá para Roraima.

E muitos continuam no meu Estado para dar continuidade ao trabalho que eles começaram. Atualmente, temos 62 missionários entre brasileiros e estrangeiros prestando serviço às comunidades indígenas de Roraima. Devo citar, entre esses alunos, D<sup>a</sup> Márcia e Milton Camargo, que hoje é o chefe da Missão; D<sup>a</sup> Marta Kurt, o Kurt, o Edson; e, entre os antigos, eu gostaria de lembrar também o Donald, o Sr. Rod e D. Tamy e o Dr. Patton, que foi o primeiro anestesista a chegar em Roraima. Ele era médico e trabalhava ajudando. Nesse tempo, só tinha meu pai e o Dr. Elesbão de médico em Roraima, e o Dr. Patton anestesiava para eles operarem.

Mas a Missão Evangélica da Amazônia (Meva), hoje, é uma missão nacional, com liderança nacional, totalmente registrada nos termos das leis brasileiras, contando com parcela estrangeira de seus missionários totalmente enquadrada na legislação que rege a presença de estrangeiros no País. A Meva não manda ninguém ilegalmente para Roraima. Eles, primeiro, legalizam-se e vão. Hoje também tem um médico da Meva lá, que é o Dr. Timóteo. Inclusive já nasceram filhos dele em Roraima. Já está fazendo, talvez, uns 15 anos que está em Roraima, prestando assistência aos indígenas.

A Meva, Senador Mão Santa e Senador Paim, ajuda nossos indígenas a terem mais acesso à educação, atendimento de saúde e evangelização. Contribui muito no resgate da cultura indígena, com alfabetização na língua dos índios e registro das tradições orais, produção de cartilhas e livros de leitura nas línguas de cada etnia – já existe uma Bíblia traduzida para macuxi e português.

Outro trabalho que devo ressaltar da Meva: antes de o Governo fazer esses programas de vacinação, ele já vacinava os indígenas com recursos deles. Sei disso porque meu pai foi médico da Meva e também fui médico da Meva. Ainda sou, porque ainda atendo algumas vezes lá. Por exemplo, a Missão dos yekuanas: lá, nos Estados Unidos, tinha uma igreja que era madrinha dessa missão. Então, as coletas da igreja, em determinados dias, vinham para a Missão. Por isso é que eles prestavam uma boa assistência. Depois que o Governo começou a vacinar claramente, começou a prestar assistência, que a fundação entrou, foi que o Governo veio. Mas, antes, quem prestava assistência eram os missionários americanos e os missionários católicos. Faziam isso por conta deles.

A alfabetização na língua macuxi foi começada por eles e, hoje, continuamos a fazer isso nas comunidades indígenas. A contribuição que esses missionários têm trazido para o povo de Roraima, para nosso povo de Roraima é imensa e merece nosso elogio e nossa consideração, Senador Paim.

Por isso, faço esta homenagem.

Parabéns aos integrantes da Missão Evangélica da Amazônia (Meva), pelo excelente trabalho que tem feito nos últimos cinquenta anos pelos nossos irmãos índios de Roraima.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. Mais uma vez, Senador Mão Santa, muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência prorroga a sessão por mais 20 minutos, para que o Senador Mão Santa possa fazer seu pronunciamento com a brevidade que lhe é peculiar, mas com a tolerância da Mesa, para que possa expor seu ponto de vista.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros, que estão aqui, no Senado da República, e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Paulo Paim, quis Deus estar aí V. Ex<sup>a</sup> a presidir os trabalhos. Perguntei ao Zezinho: “Zezinho, tenho dois temas: um é violência.” Está aí um jornal do Piauí, e, com essa violência, posso dizer que estamos vivendo não em uma sociedade, mas em uma barbárie. Mas, como disse Ulysses, “ouça a voz rouca das ruas”. Não andei na rua, mas perguntei ao Zezinho, que nos serve: “Zezinho, o que devo falar: sobre a violência ou sobre os aposentados?”. E o Zezinho, firme: “Sobre os aposentados, Doutor. Sobre os aposentados. Os aposentados estão sofrendo mais”.

Luiz Inácio sabe disso. Vivemos numa barbárie. Ele tem viajado muito. Não vou falar em Primeiro Mundo, mas, se você for bem aí, à Argentina, ao Uruguai...

Nesse recesso, passei 20 dias na Espanha e em Portugal, andando mesmo, de noite, com Adalgisa. Paim, não vi; Presidente Luiz Inácio, encantadora Marisa, esposa dele, não vi um *miúdo*, como eles chamam em espanhol – *miúdo* é criança – de rua pedindo esmola. Não vi um, um, um! Eu estava andando mesmo, nesses dois países, e não vi um.

Ontem, eu lia em uma revista nacional que, no Nordeste, um menor está fazendo relação sexual por R\$1,90. Isso é uma barbárie! Um e noventa, menos de R\$2,00. Então, nós vivemos nessa barbárie.

Eu acho que estamos errados, Paim. Agora, V. Ex<sup>a</sup> pode ir ao Rio Grande do Sul e dizer que V. Ex<sup>a</sup> simboliza o sonho de Getúlio Vargas, do trabalho, de Alberto Pasqualini, João Goulart e Rui Barbosa.

Rui Barbosa, na sua sabedoria, disse que são muito simples as coisas.

Não precisa o nosso Luiz Inácio ser intelectual, não; tem de ser humilde e falar menos, porque ele fala muito. Deus lhe deu dois ouvidos, porque ele tem de ouvir de vez

em quando, ligar. Rui Barbosa disse que a primazia é do trabalho e do trabalhador. Ele veio antes, ele é que fez a riqueza. Essa é a primazia. Não é dos bancos, não é de quem não trabalha. É do trabalho e do trabalhador.

Paim, V. Ex<sup>a</sup> tem compreendido isto e tem lutado pela valorização do trabalho. As conquistas do salário mínimo. Seis anos se passaram, Paim, desde que eu ouvi V. Ex<sup>a</sup>, aqui, gritar como Castro Alves em *Navio Negroiro*: “Ó Deus, ó Deus, onde estás?”

O salário mínimo era de US\$70 e nós o acompanhamos logo, fomos um dos primeiros, em uma campanha para US\$100. Hoje, está bem melhor. Quantos dólares está, realmente? Duzentos dólares. Quer dizer, naquele instante, a gente era até São Tomé – US\$100 –, mas conseguimos e Luiz Inácio foi sensível.

Esta é a melhor obra de Luiz Inácio: a valorização do trabalho. É esta. A distribuição de renda diminui a violência, porque se vai buscar o trabalho.

Os Estados Unidos estão com essa dificuldade. Eles vão sair, eles vão sair porque lá está incrustado, na sua história, o respeito às leis. Eles respeitam as leis: 222 anos, uma Constituição; de quatro em quatro anos, uma eleição para Presidente. Quarenta e quatro iguais.

Eu não sei, mas eu já li uns 50 livros de Abraham Lincoln.

Você leu a vida dele e acompanhou as eleições de Barack Obama com Hillary Clinton, de Barack Obama com McCain: é a mesma coisa. Pode ler. As convenções, Paim, são iguais. Iguais. Até aqueles colégios eleitorais – que já se possibilitou, mas eles não mudam as regras –: com um menor número de votos ser eleito, porque tem mais colégio.

Mas ali está um grande ensinamento: o respeito às leis. Liberdade.

Olha, Paim, naquela civilização, e nós não podemos negar, eles amam o trabalho. Eles entendem que o trabalho é que vai dar dignidade a eles, que vai dar subsistência e que vai dar a família. É, não tem negócio de esperteza, não. Trabalhou, está valorizado e tem a igualdade. Eu já vi, andei muito, só observando os Estados Unidos, Paulo Paim. Eu nunca ouvi falar em autoridade lá: doutor, capitão, general. Igualdade. Autoridade é aquele que trabalha, Paim. É aquele que trabalha. E é isso.

Então, inspirado por aqui, daí isso, Luiz Inácio – é aqui –, que V. Ex<sup>a</sup> escreveu a mais bela página do Governo de V. Ex<sup>a</sup>: a melhoria do salário mínimo.

Mas eu quero e estou aqui para ensinar o Luiz Inácio. É! Aqui, só tem sentido gastar esse dinheiro se nós formos os pais da Pátria.

Eu sei e aprendi a não agredir os fatos: a liderança dele é ímpar. Petrônio, que me ensinou e me iniciou na política, dizia para não agredir os fatos. Teve 60 milhões de votos e ganhou de um candidato cheio

de virtudes por mais de 20 milhões de votos. Não tem o que contestar. Como MacCain disse e foi admirado: ele é o nosso Presidente. Mas tem de ser mais humilde. Presidente pela segunda vez.

Luiz Inácio, Frank Delano Roosevelt foi por quatro vezes presidente dos Estados Unidos. Quatro. Frank Delano Roosevelt enfrentou uma recessão, uma guerra e disse: “Todo homem que vejo é superior em algum assunto a mim e nesse particular eu procuro aprender”. Olha a humildade, Luiz Inácio.

Então, ninguém, ninguém, ninguém, se fosse concorrente do Paim... O Adão Preto foi para o céu, aquela Trindade, do Piauí, foi para o céu – nós tivemos uma líder morena. Que beleza de estrela do Piauí! Trindade, que poderia concorrer com essa de liderança de sindicato que trabalha com o Luiz Inácio.

Mas eu tenho uma experiência a contar para o Luiz Inácio.

Juscelino, num dos seus pensamentos, disse que a velhice é triste, é uma tristeza, mas, desamparada, é uma desgraça.

Por que Sarney ganhou? Porque, queiram ou não – inveja e mágoa corrompem os corações! –, ele é um estadista mesmo. Olhe a vida dele, a luta dele, os imbróglios, as complicações! Fernando Henrique Cardoso é estadista pelo estudo, pela cultura, pela visão. Não tenho inveja. Não é do meu Partido, não, mas...

Então, eu queria dizer para o Luiz Inácio que lhe quero ensinar o seguinte: aposentado. Ele foi o maior, é o maior líder sindical, juntamente com Lech Walesa, com Paim. Estou aqui para aprender e, por isso, eu me encosto no Paim.

Nunca tive essa liderança sindical, nunca participei da liderança sindical. Fui médico cirurgião, isolado. Mas ninguém mais que ele reunia multidões. Há o direito de greve, a valorização do trabalhador. Ele fez nascer um Partido que está com 29 anos, onde há joio e trigo. Há joio e trigo; isso é natural, mas ele pensava que não era.

Quero ensinar um negócio a Luiz Inácio: a vida... Por isso, esperei tranquilo, tranquilo, tranquilo. Senador Paim, eu era Prefeitinho, e ele não foi prefleitinho. Eu fui Governador de Estado. Paim, eu era Prefeitinho. Sabe que não se pagava o salário mínimo aos funcionários? Essas coisas têm melhorado, são conquistas. Só pagavam, no Piauí, o Prefeito da Capital, o Wall Ferraz, que já morreu, que era um homem muito puro, que foi por três vezes Prefeito; todo mundo o conhece. E eu e o de Floriano começamos a pagar. Disseram que não iríamos pagar, mas acabamos pagando. Depois de seis meses em que eu era Prefeito, paguei o salário mínimo. E tinha de pagar, porque acho que a compensação do trabalho é a remuneração justa.

Senador Paim, ô Luiz Inácio, aí eu me lembrei de que havia uma folha de pagamento velha na minha prefeitura, antes da Previdência, daqueles que não tinham o benefício da Previdência. Então, havia uma folha da Prefeitura com o pagamento dos aposentados e dos pensionistas, que eram as esposas dos aposentados. Senador Mozarildo, eu tinha ouvido falar disso.

O Luiz Inácio pensa, tem certeza de que essa gente não influi, porque não faz greve, não reclama, não chateia; é o aposentado. Luiz Inácio, Vossa Excelência está enganado! Está em tempo de refletir. Eu não quero mal a ele. Ele é nosso Presidente. Votei nele na primeira vez, mas, na segunda, não votei. Mas ele está enganado. “Eles não fazem greve, eles não fazem pressão. Eles estão velhinhos”, eu ouvi isso.

Senador Paim, mandei buscar a folha: “Rapaz, não há uma folha aí, na prefeitura, de uns velhos aposentados, antes do INPS?”. Estava lá. Senador Mozarildo, aí eles me trouxeram a folha. Era pouca gente; não havia médico nenhum. Estou contando um quadro de como o Luiz Inácio pode se estrepar. Não estou desejando isso, estou até abrindo o jogo, para ele ver a realidade. Aí mandei buscar a folha e disse: “Agora, quero botar esses aposentados”. Eram aposentados antes do INPS, eram funcionários antigos. Aí me trouxeram a folha. Não eram muitos, não: eram uns doze ou quatorze funcionários, e havia o dobro de pensionistas, as mulheres. Senador Mozarildo, mandei ver quanto eles ganhavam. Paim, dava o valor de uma cerveja, na época, para V. Ex<sup>a</sup> ter uma noção. “Rapaz, como é que pode? Está jogado aí, e ninguém dá valor!” Não é não, Paim? Nós somos cristãos. Rapaz, como é que pode? “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça.” Como é que pode? Eles ganhavam o valor de uma cerveja! Eu disse: “Rapaz, mas não pode”.

Aí, é lógico que eu queria tirar fruto disso, mas não pensei que o fruto... Olha minha ingenuidade no que deu! Eu vou mostrar para o Luiz Inácio! Ouça isso, ou Vossa Excelência vai se lascar, Luiz! Não havia esse negócio aí. Não se engane, não, porque a história está cheia disso. “Até tu, Brutus? Brutus, Brutus, Brutus! Esse Júlio César não presta! Vamos acabar com o imposto!” Marco Antônio fez um discursinho, despediu-se, e o Brutus saiu pelos fundos.

A opinião pública muda. Atentai bem, Mozarildo! Aí eu mandei chamar os aposentados. Olha, Mozarildo, você é médico, aí eu me aperreei e mandei chamar uns 14 ali. Olha, quando eu disse: “Vocês vão ganhar salário mínimo”. Rapaz, um velho, Mozarildo, que estava ali, ficou em estado de choque, estavam abandonados, como agora estão no Brasil, Luiz Inácio, então, Mozarildo, o homem teve um piripaque, e caiu, estava emocionado, porque nunca pensou, um pobre...Eu digo:

“Rapaz, pega o carro preto – é o do Prefeito –, e o leva para o pronto-socorro”. Eu tive medo de ele morrer ali no meu gabinete. Ele foi, e tal. E eu mandei pagar salário mínimo. Eu pensei que era só isso. Eu estou aqui por isso, Luiz Inácio. Rapaz, esse povo é gente boa, os velhinhos! São honrados, são dignos, são decentes, têm vergonha, trabalham. De repente, eu estava na Praça da Graça – porque os aposentados vão as praças conversar com os amigos –, e ouvi: “Esse Prefeito não é mão santa, não, ele é todo santo”. “Olha que nós estamos aqui – isso foi em 65, eu era Prefeito entre 89, ganhei em 88 –, lascados, há tantos anos, não teve um... Só esse homem... Há 20 anos que nós estamos... Já morreram muitos ganhando esse salário”. E esse aí, estava abandonado, ninguém fazia greve... E começaram a se sentir bem. Mas é tão importante, Luiz Inácio, aí eu fui me identificando com o grupo, sabe por quê?

Em todas as inaugurações lá estavam os velhos, tudinho. Uma rua, numa avenida, um colégio, lá estavam os velhos, de paletó, aposentados, ali são legais. Isso é que é! Vinte anos e tal. Mozarildo, aí eu fui ganhando uma liderança consistente de justiça. Mas, quer dizer o seguinte: aí, eu fui me aproximando e vendo – olha aí, Luiz Inácio – o que é um velho, um avô. Um era pai do gerente do Banco do Brasil, parente da Senadora Ciarlini. De repente, sem saber, eu era o líder de toda a elite do Banco do Brasil naquela época. A outra, era a mãe do meu chefe da Previdência Social, porque eu era médico. Aquilo tem um negócio... Quando vi, de repente, fiquei forte mesmo politicamente, tanto é que eu saí da prefeitura, disputei o Governo do Estado e tive 93,84% dos votos. E aí eu fui dando atenção aos velhos, porque eu fui vendo, Luiz Inácio, que eles não fazem greve, eles não fazem confusão, mas eles são agradecidos. É o melhor da gente, eles lideram.

Vossa Excelência, Luiz Inácio, afaste-se dos aloprados e não os ouça! Ouça o Paim! Paim, a sua lei vem há quanto tempo? Cinco anos. Paim é do PT. Paim é da luta sindical. Eu vi – não o conheci pessoalmente – todos chorarem pelo passamento do Adão Preto. Todo mundo! Teve vigília!

Então, não é nosso, porque eu sou do PMDB. É o Paim, aquele mesmo que lhe fez avenida, ao valorizar o salário mínimo. Atentai bem! Quero lhe dizer, Paim, que, na primeira reunião da Mesa Diretora, ao agradecer, o Senador José Sarney deu a palavra a todos, na minha vez, fiz um primeiro apelo ao contar o drama, que tinha clamado o nosso Mário Couto em seu nome. S. Ex<sup>a</sup> se comprometeu; mandou até a Cláudia Lyra anotar. O outro, foi elogiando a austeridade dele dos 10%. Eu disse que tinha iniciado a minha vida política como líder e vice-líder, eu e Tapety, de Lucídio Portella, irmão de

Petrônio, onde ouvi, pela primeira vez, falar em austeridade, que é importante. Mas, aí eu vi o valor.

Mas vamos ver por que nós estamos, Mozarildo, nesta barbárie, em que ninguém respeita ninguém. Isso é uma barbárie. Não é civilização, não! Eu iria falar sobre a violência que está aí.

Um comerciantezinho, da minha Teresina, disse que foi assaltado 17 vezes em seis meses. Como é que pode? Mozarildo, lá no meu Piauí cristão, na Teresina, outro dia morreu um amigo. Eu disse: “Não, Adalgisa, vamos de noite”. É aquele negócio do velório. Lá, nós temos o costume da sentinela. Quando cheguei lá, à noite, disseram: “Não, já enterrou”. “Mas como já enterrou, se ele morreu quase cinco horas?” “Ah, porque, aqui na vizinha, teve um velório em que entrou ladrão. Tiraram o sapato, tiraram as coisas até do defunto”. Então, nem velório se faz mais porque tem assalto. Mas por quê? É aquilo que nós pensamos. Eu posso estar errado. Estamos no debate. O avô é muito importante. Eu fiquei a meditar sobre o meu avô. Como eu aprendi! Minhas avós, como me educaram e eu aprendi! E, hoje, como eu sou avô.

Aí eu vi agora, Luiz Inácio, maior fenômeno: é o Barack Obama. É! Eu já li um livro dele todinho: *A Audácia da Esperança*. Ele disse que tinha feito um quando jovem sobre sua vida. Eu estou lendo. O homem é preparado. Nesse livro, ele acaba de se formar em Ciências Políticas e está procurando emprego. O homem é um orador tão vibrante. Paim, o primeiro discurso que ele fez – isto é importante – está lá, é curtinho. A universidade dele, de repente, arrecadava fundos para mandar para a África do Sul para garantir o *apartheid*. Aí os “Paim” de lá, homens e mulheres jovens, fizeram uma manifestação, e ele fez o primeiro discurso. A família dele tinha orgulho de ele ter entrado na universidade.

Mas ele dizia que, então, sentia vergonha de estar naquela universidade porque ela estava buscando fundos, dinheiro, fazendo campanha para ajudar a manutenção do *apartheid*.

A vida dele é bacana, a sua educação. Se ele não tivesse o avô dele, estaria lascado. E a avó também. Você viu que ele interrompeu a campanha e foi lá para ver a avó que estava morrendo. Suspendeu tudo na sua campanha. Então, Luiz Inácio, é a família, a família. A família, Luiz Inácio! Sei que não é maldade. Ele não teve. Parece que o pai saiu, o avô. Não o estou culpando; estou fazendo história. O meu eu tive e era muito bom. Meus avôs, minhas avós também. Graças a Deus! Mas quero dizer que, se Barack Obama não tivesse o avô e a avó dele, estava lascado, fumando maconha. Ele mesmo conta em seu livro. Não estudava, e foram os avós os responsáveis. Então, é a família, ó Luiz Inácio!

Deus, Deus, Deus, que mandou o filho Dele depois da tentativa de melhorar o mundo. Ele não o desgarrou, não; colocou-o em uma família, na sagrada família.

E na sagrada família, há um avô, uma avó. Mas hoje o avô e a avó estão empobrecidos, lascados, humilhados, sofrendo, endividados. Aí acaba a hierarquia, a disciplina e o respeito. As crianças dizem: “Meu avô é lascado, não está ganhando nada, assumiu uns compromissos e não cumpre, disse que ia pagar meus estudos e não paga, disse que ia me ajudar e não ajuda”.

É isso que está destruindo a nossa Pátria, destruindo os nossos avós. E aí a criança pensa que ele é um fracasso, mas não foi. Ele foi do bem, ele foi do trabalho, ele foi da dignidade. Ele trabalhou e pagou a nós. Porque não é a Luiz Inácio, é a nós, à Pátria, ao Governo. O governo somos nós. O governo não é mais *L'État, c'est moi*. Aqui é um tripé. Somos nós. Eles pagaram durante anos – dez, vinte, trinta – para ter aquilo que eles prometeram para suas crianças. Pagaram para ganhar dez salários mínimos e agora estão ganhando cinco; pagaram para ganhar cinco, estão ganhando dois.

E pior, Luiz Inácio, a Aplub, que é do seu Estado. Não existe esse negócio de previdência privada, não, essa é outra imoralidade. Eu fiz uma Aplub – eu não sei se você fez –, cinco salários. Durante 25 anos paguei como médico. Eu queria, depois, curtir com a minha Adalgisinha. Depois de 25 anos, sabe quanto eu ganho, Mozarildo? Aplub, vergonha do Rio Grande do Sul! Olha, é cento e pouco reais. Pergunte a Adalgisa, porque eu nem recebo, pois dá úlcera.

Mas por que eles fazem isso, Luiz Inácio? Se o seu Governo, o Governo de Vossa Excelência, faz, capa, rouba... Ao contrato tem que se obedecer. Estão devendo. Nós estamos devendo aos velhinhos. Eles pagaram, foi um contrato.

É uma base da lei, é um contrato legal. Então, nós temos que restituir.

Paim, continue a luta. Hoje nós vimos por que é que Nabuco estava exaltado aqui, o Marco Maciel falando: porque ele lutou pela liberdade do escravo, era voz isolada, pouco apoio, perdeu uma reeleição, foi reconhecido na Europa e escreveu o livro *Abolição*. E hoje eu vi aqui Nabuco. Então, Paim, V. Ex<sup>a</sup> é hoje o Nabuco. Aí estão nossos velhinhos aposentados.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Mão Santa...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – E quero dizer ao médico Mozarildo. Olha, médico, eu quero lhe dizer: ó Deus, ó Deus, eu vos agradeço, está muito bom para nós, Senadores, mas para os médicos da minha idade... Olha, eu estou vendo médicos com 70, 80 anos, dando o seu plantão porque têm dignidade, sendo mé-

dico de família, porque a aposentadoria é tão pouco, é tão pequena, que eles têm que trabalhar.

Concedo o aparte ao Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, permita-me prorrogar a sessão por dez minutos. V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Mão Santa, eu já tive oportunidade de apartear o Senador Paim quando falava sobre este mesmo assunto, primeiro dizendo aqui que o PTB – aliás, esqueci de dizer, Senador Paim, que houve uma fusão entre o PTB e o Partido dos Aposentados da Nação (PAN); portanto, o PAN hoje faz parte do PTB, até, portanto, pela questão trabalhista que defendemos, como pela questão dos aposentados, a postura do PTB não podia ser outra senão fechar questão a respeito dos aposentados. E V. Ex<sup>a</sup> colocou exatamente o enfoque da importância da família. A família que não cuida bem dos seus velhos, pai, avô, bisavô, não é uma família que prospera, que vá para a frente. V. Ex<sup>a</sup> deu o exemplo do Barack Obama, que, se não tivesse tido avós que o cuidassem...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Era maconeiro, ele mesmo reconhece.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – É verdade. Uma nação que também não cuida dos seus idosos não tem futuro. Pensar que porque a pessoa está idosa... Eu até ouvi um dia desses um idoso dizer: “Eu agora estou sexy – sexagenário”. Neste País os sexagenários... Aliás, até os cinquentões já começam a ser maltratados. Dos sexagenários para a frente, aí nem se fala. Fico muito feliz de ouvir o pronunciamento do Senador Paulo Paim, abordando com propriedade essa questão. Temos realmente que cuidar dos nossos idosos. Dei um exemplo aqui, no aparte que dei ao Senador Paulo Paim, da minha mãe, que hoje está hospitalizada no Hospital Belém. Já vive quase mais no hospital do que em casa, com 85 anos de idade, com problemas cardiorrespiratórios sérios. Fiquei revoltado quando ouvi, por exemplo, naquela discussão da CPMF, que, se a CPMF acabasse, acabava o Brasil. A CPMF acabou; no dia seguinte, aumentou-se o IOF. Portanto, isso sacrificou não os bancos, mas quem necessita de um empréstimo no banco. Está-se querendo ressuscitar uma contribuição sobre a saúde; e, agora, numa crise, faz-se graça com o chapéu alheio, porque se está dando isenção, está-se dando anistia, está-se aumentando o valor de bolsas etc. E é contra um projeto como o do Senador Paulo Paim, que foi endossado por esta Casa, de eliminar esse fator previdenciário maldito. Então, entendo, realmente, que essa é uma questão que não é do Senador Paim, não é do Senador Mão Santa, não é deste Senado, é da Nação. A Nação, realmente, tem que entender que é

preciso olhar com mais carinho, com mais atenção, os idosos deste País. Senão, não teremos futuro. O jovem de hoje é o idoso de amanhã. Não há como pensar em uma nação séria sem o respeito aos seus anciãos, aos seus mais velhos. E tenho muita honra, por exemplo, de já ser avô de cinco netos. E espero muito ver os filhos dos meus netos. Mas quanta gente neste País, Senador Mão Santa, não tem a sorte sequer de ver seu avô, porque o avô morre cedo! De ter um avô sadio, porque o que ele ganha de aposentadoria não é nem humilhante, é indigno para com o trabalho que essa pessoa teve! Portanto, eu me somo ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Fico até indignado de ver a forma como se trata um assunto tão sério e tão importante para a Nação brasileira.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – As palavras dele completam o nosso pronunciamento.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Vou terminar.

E V. Ex<sup>a</sup>... Não vou repetir: aquilo tudo subiu e o dele não subiu. Tudo, tudo. Não vou repetir, porque V. Ex<sup>a</sup> falou com tanta sabedoria! Mas temos que continuar a luta.

Olha, o Luiz Inácio não tem culpa, não. Acho que são uns alopados aí, aquele da Previdência, que mente, engana, porque nós sabemos – estudamos, sabemos multiplicar, somar, fomos prefeitinho, governador –, que se o dinheiro ficar ali vai render e não vai ter dificuldade. Nós sabemos isso, temos certeza.

O Luiz Inácio não tem culpa, não. Eu sei a biografia, como todos nós brasileiros, e nos orgulhamos. Ele não teve o avô. O avô foi um herói. Mas eu quero dar este testemunho...

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Mão Santa, se V. Ex<sup>a</sup> isenta a figura do que é o pai da Nação de estar fazendo isso e põe a culpa nos subalternos, estamos contribuindo para que essa questão continue. E o Lula fica sempre naquela história: “Não sei, não vi, não sou responsável”. Ele é o responsável sim, Senador.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Estou plenamente de acordo com V. Ex<sup>a</sup>. Ele tem que ouvir o Paulo Paim.

Aquilo nasceu do seu esforço, da sua verdade. E aí, não. Eu sei, estou justificando porque talvez o avô não tenha sido significativo como foi o meu, como foi o de milhares na sociedade, como foi o do Barack Obama. Talvez ele não tenha tido essa felicidade. Daí eu citar Franklin Delano Roosevelt: “Toda pessoa que veio é superior a mim em algum assunto”.

E diria mais. V. Ex<sup>a</sup> sabe que vocês fizeram tudo, os maçons: a Independência, a República... E aqui tinha um lema positivista, maçônico, que teria a palavra amor na frente. Mas aí eles não botaram, acharam...

Mas eu quero lhe dizer – isto é tão importante – que eu me lembro, quando passei minha lua-de-mel com Adalgisa, numa casinha de praia dos meus avós, de um retrato do Dindinho e da Dindinha. E eu agradeço a Deus hoje estarmos há quarenta anos juntos. Exemplo dos nossos avós, que eu vi fazer bodas de ouro.

Então é isso, os nossos avós, porque são os seus filhos, os aposentados. O Paim vai ser o pai dessa conquista de resgatarmos os direitos dos nossos avós.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de encerrar a sessão, aproveitando a generosidade do Senador Mão Santa, eu sei que o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, está em São Paulo neste momento, e queria, daqui da Presidência dos trabalhos, fazer um apelo a ele. O apelo é só um: coloque em votação os três projetos que vão garantir dignidade de vida aos aposentados e pensionistas e todos aqueles trabalhadores que estão sendo demitidos e que poderiam encaminhar sua aposentadoria sem o fator previdenciário. Assim, aposentando-se sem aquele redutor de 40%.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu diversos ofícios referentes às indicações para o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Berthelutz.

São seguintes os expedientes recebidos:

Of. nº 15/2009/GLPTB

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, e em atenção ao Of SF nº 54/2009, dessa Presidência, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Senador Mozarildo Cavalcanti para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

Ofício IA nº 28/2009

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de Comunicar a Vossa Excelência que continuarei a ocupar a vaga deste Partido no Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB

Ofício nº 010/2009-GLDPR

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente e nos termos do OF. SF/052/2009 de 10 do corrente, venho pelo presente indicar o nome do Senador Expedito Júnior, para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, constituído pela Resolução nº 2, de 2001 do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **João Ribeiro**, Líder do Partido da República – PR.

Ofício nº 42/2009-GSMC

Brasília – DF, 12 de fevereiro de 2009

Assunto: Indicação de nome para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, uso deste instrumento para indicar o meu próprio nome para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, ocupando o cargo vago destinado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Respeitosamente, Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu diversos ofícios referentes às indicações para o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz.

São os seguintes os expedientes recebidos:

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência designa o Senador Inácio Arruda pelo PCdoB; o Senador Marcelo Crivella pelo PRB; o Senador Expedito Júnior pelo PR e o Senador Mozarildo Cavalcanti pelo PTB, para integrarem o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, nos termos dos expedientes encaminhados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Antonio Carlos Valadares enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à Tribunal do Senado Federal apresentar como pronunciamento lido a entrevista que concedi ao **Jornal do Dia**, em 25 de janeiro de 2009, domingo, sobre as reflexões da crise econômica e as próximas eleições gerais do Brasil, cujo conteúdo segue, na íntegra, abaixo.

Reflexões sobre a Crise e as Próximas Eleições

Concedi entrevista ao **Jornal do Dia** (dia 25 passado, domingo), do meu Estado de Sergipe, onde abordei temas como a crise financeira internacional, seus reflexos sobre a economia brasileira, sobre as próximas eleições e, ainda, a respeito do aprendizado que nós políticos podemos ter ao enfrentar as dificuldades oriundas dessa crise. E achei importante transmiti-la aos ilustres Senadores.

**Jornal do Dia** – O que o governo deveria tentar para livrar o país dessa crise, que já começa a gerar desemprego?

Valadares – Um considerável arsenal anti-crise, antes que ela atingisse o estágio atual, já foi acionado pelo governo. O volume de recursos mobilizados até dezembro do ano passado para enfrentar a crise já ultrapassava R\$ 250 bilhões. Este volume colossal de dinheiro foi colocado à disposição do mercado por meio de linhas de crédito, redução do imposto de renda para pessoas físicas, liberação do compulsório e incentivos fiscais. A possibilidade da compra de carteiras de bancos, foi uma medida acauteladora visando a evitar uma crise sistêmica, sem precisar criar o PROER para salvar bancos falidos, a exemplo do que aconteceu no governo anterior. Podemos verificar que aqui no Brasil, que possui um sistema bancário bem regulado e fiscalizado, mais do que nos EUA, não vimos o anúncio de que algum banco tenha fechado as suas portas em virtude da crise. A Caixa Econômica, o BNDES e o Banco do Brasil têm sido os grandes motores no direcionamento de recursos para os mais diferentes setores da economia. A construção de habitações, que tem um grande efeito multiplicador na economia, foi acelerada com a abertura de linhas de crédito mais vantajosas. Embora muitos não comentem, um dos fatores que mais contribuíram para o enfrentamento da crise e o aumento das defesas do país foi o de acabar com o atrelamento da dívida doméstica ao dólar. Cerca de 40% da dívida do Brasil era atrelada ao dólar. Toda vez que subia o dólar, como está acontecendo agora com o solavanco da crise mundial, a dívida nacional também subia. Como o governo é credor em dólar, o valor da dívida cai com a valorização do dólar. Temos reservas internacionais que alcançam a cifra astronômica de U\$ 203,4 milhões as quais criam um grande colchão protetor contra as turbulências financeiras. Hoje o Brasil está muito menos vulnerável às crises internacionais do que em outros pe-

ríodos, como em 1999, quando zeramos as nossas reservas, isto é, quebramos, e tivemos que recorrer a auxílio externo, do contrário teríamos de decretar mais uma moratória, o que levaria o Brasil ao descrédito perante o mercado mundial, ficando impedido de atrair investimentos produtivos, tão necessários à geração de novos empregos. A crise está batendo à nossa porta e vai durar algum tempo até que seja domada em todo o mundo, mas o Brasil está preparado para exercer o seu papel de uma Nação responsável, que soube construir instrumentos de defesa de sua economia. Ao argumentar dessa forma, não penso nem por um instante em subestimar a crise mundial: ela pode ser a mais séria e mais grave em muitas gerações. Pode haver sério problema de divisas e também de encolhimento do crédito. Se a crise chegar a esta profundidade que muitos especialistas estão imaginando naturalmente, o quadro da economia nacional poderá ficar mais grave. Em especial se houver fuga maciça de capitais, situação que poderia nos conduzir a uma crise imprevisível, por conta do tamanho da nossa dívida pública que seria afetada por esse movimento de capitais para fora. No entanto o governo ainda conta com outros instrumentos. Pode, por exemplo, baixar as taxas de juros, procurar investir mais no PAC, ampliar os serviços públicos ligados a áreas mais carentes e recorrer a todos os mecanismos cambiais, monetários e de macroeconomia para não ficar refém da crise.

#### REFLEXOS DA CRISE NAS ADMINISTRAÇÕES

**O**O senhor acha que essa crise pode afetar a boa imagem do presidente Lula? E do governador Marcelo Deda?

Valadares – A sociedade está consciente de que essa crise não foi gerada no Brasil. Nasceu nos Estados Unidos no setor de habitação, contaminou outros setores da economia local e mundial, começando pela quebra de bancos, e agora estende os seus tentáculos para as atividades geradoras de emprego, atingindo países do terceiro mundo como o Brasil, que não está imune. Os governos estaduais e municipais do Brasil, já se ressentem da queda abrupta de receitas, não só dos royalties provenientes do petróleo, como do Fundo de Participação, em decorrência da retração dos investimentos públicos e privados. Todos nós idealizamos em nossas mentes que o bom é

voarmos sempre em céu de brigadeiro, sem tempestades nem turbulências. No entanto, é do conhecimento público que a economia global vinha abusivamente funcionando como se fosse um grande cassino. A especulação estava alcançando níveis trilionários. E é claro que isso tudo iria em algum momento esbarrar em seus próprios limites e parece ser justamente o que está acontecendo nesta crise: o esgotamento de uma fase, de um ciclo baseado na especulação. Os países mais ricos, a começar dos EUA estão amargando o vício da economia da agiotagem. Seja como for é preciso um bom piloto para vencer as dificuldades tanto lá como cá. Ao longo desses anos, já mostramos de que somos capazes: derrubamos a inflação, retomamos o crescimento econômico, readquirimos a credibilidade internacional, melhoramos a nossa capacidade de competição e usufruímos o fruto do desenvolvimento com redistribuição de renda mais equitativa, colocando mais comida na mesa do pobre, incentivando a produção e o consumo. Na medida em que possamos salvaguardar o dinamismo de nossa agricultura, da nossa indústria, mesmo que a um crescimento menor -até que os países se recuperem da crise-, não há porque temer a perda de popularidade dos governos de Lula e Deda. Eles estão dando tudo de si para melhorar a vida do povo

#### COMO FICAM OS CANDIDATOS

**JD** – Essa crise às vésperas do ano eleitoral pode afetar as candidaturas ligadas aos governos federal e estadual?

Valadares – Quanto a isso prefiro ser otimista. Penso que essa crise não vai afetar nenhuma candidatura, mesmo porque a sua resolução, uma vez que estamos num mundo globalizado, depende muito mais da conjuntura mundial do que da mudança de rumos na política nacional. Acredito que essa crise seja antes de tudo um aprendizado para todos os políticos, principalmente para aqueles que pertencem à ala do quanto pior, melhor. Se alguém pretender alcançar alguma posição de destaque no cenário estadual ou nacional querendo explorar a crise em seu favor vai ser desmascarado e repudiado pelo eleitor. A crise que aí está, se continuar a ser combatida com os instrumentos de que dispõe o governo, terá impacto, sim, mas não a ponto de afetar possíveis candidaturas. Nos Estados, durante a campanha eleitoral de 2010, os temas do

interesse local por certo irão dominar os debates. Logicamente que o eleitorado vai querer saber, se a crise continuar, como deverão se comportar os candidatos, caso sejam eleitos, na apresentação de saídas para contornar as dificuldades.

**JD** – Em Sergipe, dirigentes do antigo PFL estão ouriçados com o aparente favoritismo do governador de São Paulo, José Serra, na corrida presidencial. O senhor acredita que a eleição presidencial pode influenciar diretamente na eleição estadual? Dilma Roussef seria uma boa candidata pelo bloco governista?

Valadares – Acho natural essa animação temporária do DEM. Digo temporária porque a euforia vai passar. Quando o quadro político do lado do governo ficar mais claro, e isso a meu ver só vai acontecer em 2010, o DEM terá que enfrentar uma nova realidade. É que sequer colocamos o time em campo e a bola em jogo. Temos que reconhecer que o Serra governa o Estado mais poderoso do Brasil, já foi candidato a Presidente, tem um nome consolidado e uma boa imagem de administrador e de político sagaz. Dilma Roussef é apenas uma estreante na política partidária, nunca se candidatou a cargo nenhum na sua vida. O seu nome está sendo citado no momento pela imprensa como uma possível candidata de Lula. Se houver um crescimento, como espero, porque se trata de uma mulher de fibra, valorosa e empreendedora, teremos uma disputa grandiosa, graças ao trabalho competente que ela realiza ao lado do Presidente, com quem se identifica. Dilma, se tiver a candidatura confirmada e vier a ser eleita, será a segurança de que a bandeira do atual governo, onde predomina a preocupação com o social e com a infra-estrutura do país (PAC) vai continuar tremulando em favor do povo. Todavia, considero que neste momento o foco principal de nossas preocupações deve ser o enfrentamento da crise, para garantirmos a estabilidade e assegurarmos o emprego. A antecipação do pleito, num momento de tanta incerteza, interessa apenas aos quem não têm compromisso com a população, e só estão preocupados em retomar o poder que perderam por incompetência política.

#### ANDAMENTO DAS OBRAS

**JD** – O que o governador Marcelo Deda deve fazer para promover um maior dinamismo em sua administração?

Valadares – Nestes dois anos o governo Déda equilibrou as finanças do Estado e deu início a um plano de obras importante. A meu ver as dificuldades iniciais de ajuste da máquina administrativa já foram superadas. No interior, é só viajar para conhecer o que o governo está fazendo no setor de transportes, restaurando completamente as nossas rodovias que estavam imprestáveis. Obras de saneamento básico e de distribuição de água potável para cidades e povoados. Em Tobias Barreto, por exemplo, Déda está entregando à população um sistema de abastecimento d'água que era um sonho daquele povo. O problema da falta de água, que era crônico naquela cidade, foi resolvido a contento e a população está satisfeita com o governo. Com os recursos que conseguiu economizar no período, e a vinda de mais recursos oriundos de diversas fontes, como o BNDES, a Caixa Econômica e do Banco Mundial, o governo estadual terá uma soma de dinheiro que nenhum outro jamais teve antes. Hospitais, clínicas de saúde, estradas, eletrificação rural, pontes estratégicas para o incremento do turismo, infra-estrutura urbana, saneamento e habitação, movimentarão a nossa economia, gerando mais emprego e irão preparar o nosso Estado para os desafios do futuro. É só esperar para ver. Há pessoas que pensam que a administração pública se move a jato. O governo precisa fazer tudo bem feito e com muito cuidado, obedecendo às normas de fiscalização, sem atropelar as leis em vigor, porque senão vai responder por sua irresponsabilidade. A pressa é inimiga da perfeição.

**JD** – O senhor acha que essa crise pode impedir o cumprimento de promessas do governo, principalmente em relação a obras?

Valadares – O governo tem recursos para a continuidade de suas obras, e para fazer novos empreendimentos na área de infra-estrutura. Quanto à capacidade financeira do Estado para realizar aquilo que foi prometido na campanha não tenho a menor preocupação. O governo Déda se organizou para enfrentar os desafios. Considero Déda um político de palavra.

#### O TRABALHO DO SENADOR

**JD** – Qual a avaliação que o senhor faz dos seus 14 anos como senador da República?

Valadares – Creio que, com a experiência que eu adquiri ao longo de minha vida nos mais

diversos cargos públicos, tive o privilégio de passar por uma Escola que poucos conseguiram passar. Com a saúde e a boa vontade que Deus me deu, não posso julgar-me cansado e abandonar tudo, quando tenho a obrigação de estar ao lado do meu povo, correspondendo à confiança que sempre me concedeu, com tanta generosidade, sem exigir nada em troca, a não ser uma atuação construtiva e ética. No Senado do Brasil, assim como nos EUA que nos deram o seu modelo e que foi transformado em realidade por Rui Barbosa, trabalham, em sua esmagadora maioria, os mais experientes, como ex-presidentes da República, ex-governadores, ex-ministros de Estado, homens de elevado saber, de comportamento equilibrado, e de dedicação à causa do País. Modéstia à parte, acho este espaço muito pequeno para um relatório de tudo que fiz no Senado. Qualquer sergipano que se dispuser a acompanhar o meu trabalho pela TV Senado, pelo site dos senadores, pela imprensa ou pelo meu blog, irá concluir que estou dizendo a verdade. Aliás, eu lhe pergunto: por que em duas oportunidades, o povo de Sergipe me deu a honra e o privilégio de representá-lo no Senado, sempre como o mais votado?

**JD** – Em 2010 encerra o seu segundo mandato de senador. O senhor pretende disputar a reeleição?

Valadares – Muito embora o meu nome esteja sendo lembrado não só por generosos amigos e aliados sinceros, mas também por adversários que torcem, de forma oculta ou aberta pelo meu fracasso, prefiro neste instante priorizar o meu trabalho parlamentar pelo desenvolvimento de Sergipe e do Brasil. Este debate de candidaturas, só farei em 2010, no ano das eleições, até mesmo em respeito à Justiça Eleitoral que proíbe campanha antecipada. Sempre interpretei a minha presença nos cargos eletivos, inclusive no de Senador da República, como missão delegada pelo povo. Devo acentuar no entanto, que se tenho algum prestígio no seio do povo, isso se deve ao meu comportamento e à minha conduta de homem simples que se dedica de corpo e alma em tudo que faz. Quando governador, ainda muitos se lembram, sempre recebia a todos que me procuravam, lideranças políticas e empresariais, representantes de instituições comunitárias e pessoas simples dos bairros de Aracaju e do interior, que me

pediam audiência. Ainda hoje, por onde ando, sou saudado e reconhecido como um político aberto, justo e sério. E que se preocupou com os mais pobres. Ao assumir o governo distribui responsabilidades e participação a todos os partidos que me apoiaram, abri o governo para os mais jovens, dando-lhes a perspectiva de integrar a vida pública e ocupar o cenário político, reabri os grêmios estudantis livres, promovendo o debate nas escolas para a escolha de seus dirigentes. Os jogos da primavera, que eu havia criado como Secretário de Estado da Educação e Cultura, voltaram a ser uma festa da juventude e um fator importante para a descoberta de novos valores do desporto. Com base em um passado de trabalho e honradez é que cheguei ao Senado, onde, apesar de integrar um partido pequeno, porém idealista e lutador, já fui convocado para presidir comissões, relatar matérias de alta complexidade e relevância como a PEC da Saúde, ocupar a Vice-Presidência da Mesa, a liderança do partido, e a Vice-Liderança do governo Lula. Elaborei projetos, alguns dos quais foram aprovados, enquanto outros estão na pauta do Senado ou da Câmara dos Deputados, para atender, principalmente, aos legítimos anseios dos mais variados segmentos sociais do Brasil. Continuarei essa tarefa que me foi entregue pelo generoso povo sergipano até o término do meu mandato. Se for convocado de novo pelo meu partido (PSB) para renovação de mais um mandato, e tiver o respaldo dos aliados, não terei como recusar porque nunca fugi do julgamento do meu povo. Por que deverei então recusar esse chamamento às urnas se assim ocorrer? Na eleição o povo é quem decide! Vamos aguardar, então, o próximo ano quando tudo será definido.

#### COLIGAÇÕES E ELEIÇÕES

**JD** – No bloco governista o deputado federal Jackson Barreto também trabalha para ser candidato ao Senado. O senhor acha que é possível a mesma coligação eleger os dois senadores?

Valadares – Quem vai achar se essa condição é possível, será o povo. Temos que estar juntos, unidos na busca desse objetivo. Da minha parte, como é do meu dever, manterei a tradição de jamais contribuir para gerar desagregação ou discórdia. Farei o meu trabalho em 2010 em busca da somação, unindo forças, sob a coordenação política de Déda, ao

lado de Jackson e demais aliados, no sentido de obtermos a vitória.

**JD** – Sendo candidato ao Senado o senhor acha que é possível manter também a candidatura à reeleição do seu filho, deputado federal Valadares Filho?

Valadares – O deputado Valadares Filho foi escolhido pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e eleito de forma legítima e democrática pelo povo de Sergipe que lhe deu umas das votações mais expressivas (85 mil votos). Portanto, a sua inserção no processo político foi uma aspiração popular que devemos respeitar, notadamente porque venceu com sua juventude, trabalho, lisura e dignidade. Se o meu nome influenciou de alguma forma a sua eleição foi a vontade popular que de novo deve ser respeitada. Com isso nem de longe é permitido tirar o mérito pessoal de sua eleição. Foi uma surpresa agradável para os que compõem o PSB a votação que ele obteve em Aracaju, e em um grande número de cidades do interior. Com o seu trabalho permanente e dedicado em favor dos sergipanos, em defesa do fortalecimento dos municípios, das lideranças da capital e do interior, bem como por sua destacada e sensata atuação na Câmara, em 2010 a nossa surpresa poderá ser ainda maior, como estão a mostrar as recentes pesquisas de opinião. Na democracia não existem heranças familiares a preservar, e sim, exemplos a serem seguidos, e muito trabalho e dedicação no exercício do mandato. Só se mantém nos cargos eletivos aqueles em quem o povo confia. O povo é a

única e derradeira fonte da escolha legítima de seus representantes. Sempre fui um homem em cujo coração não guardo inveja nem ódio. Na minha agenda escrevo todos os dias que inveja e ódio não levam prosperidade a ninguém. Na democracia não há preconceitos nem espaço para impedir a ascensão de vocações políticas. Todos têm direito a um lugar ao sol, que deve ser conquistado e conservado com ética e respeito ao adversário. Lembro a bela composição do The Fevers: “É bem melhor viver com alegria/Somente assim ninguém mais sofreria/É com amor que se constrói a vida/O sol nasce para todos”. Por isso, quando chegar a hora, vamos à luta, com fé em Deus! E xô inveja! O Sol é para todos!

**JD** – O senhor ainda acha possível a recuperação eleitoral do ex-governador João Alves Filho na disputa por um cargo majoritário?

Valadares – Na realidade eu torço do fundo da alma e do coração pela plena recuperação de D. Maria, a nossa Senadora, pela qual tenho o maior respeito. Quanto a João Alves, acho que ele como cidadão e pessoa humana que é, tem saúde e vitalidade bastante para continuar por muitos anos o seu trabalho, liderando a oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 34 minutos.)*

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS****TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia doze do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, quinta-feira, às quatorze horas, na sala número dezenove, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 452**, adotada em 24 de dezembro e publicada em 26 do mesmo mês de 2008, que “Dá nova redação à Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, e à Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, que autoriza o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT a executar obras nas rodovias transferidas a entes da Federação, e dá outras providências”, com a justificativa de ausência apresentada pelo Senador Mário Couto, presenças do Senador Antônio Carlos Valadares e Deputado José Carlos Aleluia, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2009.

  
**SERGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia doze do mês de fevereiro de dois mil e nove, quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 453**, adotada em 22 de janeiro de 2009 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que “Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências”, com a justificativa de ausência apresentada pelo Senador Mário Couto e presenças do Senador Antônio Carlos Valadares e Deputado José Carlos Aleluia, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2009.

  
**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

### TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia doze de fevereiro do ano de dois mil e nove, quinta-feira, às quinze horas, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 454**, adotada em 28 de janeiro e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que “Dá nova redação aos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União”, com a justificativa de ausência apresentada pelo Senador Mário Couto, com a presença do Senhor Senador Antônio Carlos Valadares e Deputado José Carlos Aleluia, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2009.

  
**SERGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

### TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia doze de fevereiro de dois mil e nove, quinta-feira, às quinze horas e trinta minutos, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 455**, adotada em vinte e oito de janeiro de dois mil e nove e publicada no dia vinte e nove do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências”, com a justificativa de ausência apresentada pelo Senador Mário Couto, com a presença do Senhor Senador Antônio Carlos Valadares e Deputado José Carlos Aleluia, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

A Deputada Nilmar Gavino Ruiz não é membro da Comissão.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2009.

  
**SERGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

## TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para dia doze de fevereiro do ano de dois mil e nove, quinta-feira, às dezesseis horas , na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 456**, adotada e publicada em trinta de janeiro de dois mil e nove , que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2009.”, com a justificativa de ausência apresentada pelo Senador Mário Couto e com a presença do Senador Antônio Carlos Valadares, Deputado José Carlos Araújo, ***a reunião não foi realizada por falta de quorum.***

A Deputada Nilmar Gavino Ruiz, que assinou pelo Deputado Ronaldo Caiado, não é membro da Comissão.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2009.

  
SERGIO DA FONSECA BRAGA  
Diretor

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Eptácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozerildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final prorrogado:** 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(14)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(11)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(13)</sup>	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(3,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) <sup>(2,12,17)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) (16)	
PDT/PSOL (10)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3311-3514

**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo final prorrogado:** 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

### Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
	1.
	2.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo final prorrogado:** 30/04/2009

---

#### TITULARES

---

---

Senador Gerson Camata

---

Senador César Borges

---

Senador Papaléo Paes

---

Senador Antonio Carlos Valadares

---

Senador Marco Maciel

---

Senador Inácio Arruda

---

**Notas:**

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3311-3511

**Fax:** 3311-1176

**E-mail:** [ems@senado.gov.br](mailto:ems@senado.gov.br)

## 2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

**Número de membros:** 9

**COORDENADOR:** Hamilton Carvalhido

**RELATOR-GERAL:** Eugenio Pacelli de Oliveira

**Leitura:** 25/03/2008

**Designação:** 01/07/2008

**Prazo final:** 20/02/2009

**Prazo final prorrogado:** 02/09/2009

### MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

### 3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,12)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(6)</sup>
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) <sup>(14)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(15)</sup>
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) <sup>(11,13)</sup>	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(16)</sup>
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi <sup>(9)</sup>

Gim Argello	2.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (18)	1. Jefferson Praia (7,17)

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
17. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
18. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>PDT PSDB PMDB <sup>(1)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL****Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(3,4)</sup>	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,18)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO <sup>(1,2,13)</sup>
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO <sup>(9)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) <sup>(12,15)</sup>	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(4)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(7,11)</sup>	1. VAGO <sup>(14,16)</sup>
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya <sup>(17)</sup>	1. João Durval <sup>(19)</sup>

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
<b>Maioria (PMDB, PP) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB, PP) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB, PP) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(14)</sup>
Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>	2. Francisco Dornelles (PP) <sup>(1,12,14)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) <sup>(13,14)</sup>
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(16)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(7,15)</sup>	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) <sup>(11,17)</sup>	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. VAGO <sup>(6,18)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Osmar Dias <sup>(9,19)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(10,20)</sup>

**Notas:**

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
18. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(12)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(8,16)</sup>	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) <sup>(5,9)</sup>	6. VAGO <sup>(15,17)</sup>
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(11)</sup>
VAGO <sup>(6,19)</sup>	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(13)</sup>	5. Kátia Abreu (DEM) <sup>(14,18)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(7)</sup>	1.
	2.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(20)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(10,21)</sup>

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(1,6)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) <sup>(7)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,11)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO <sup>(3)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(9)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(10)</sup>	5. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(6)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8,12)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(13)</sup>

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.  
 10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).  
 11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).  
 12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).  
 13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,4,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marina Silva (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Marina Silva (PT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Notas:**

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO <sup>(1)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(12)</sup>
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(5)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(11,13)</sup>	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(6)</sup>	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. VAGO <sup>(10,14)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) <sup>(3,7)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(9)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(16)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(15)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1,5)</sup>	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2,5)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2,3)</sup>	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) <sup>(17)</sup>
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1)</sup>
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(14,19)</sup>
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(5,16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) <sup>(6)</sup>
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) <sup>(2)</sup>
VAGO <sup>(13,24)</sup>	3. Kátia Abreu (DEM) <sup>(18,22)</sup>
Romeu Tuma (PTB) <sup>(3)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(12)</sup>
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(8,9,10,11,20,21,23,25)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(26)</sup>	1. Patrícia Saboya <sup>(15,27)</sup>

**Notas:**

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
23. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
24. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
25. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
26. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
27. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1,5)</sup>	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).

5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,6,7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,8)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) <sup>(3,6)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) <sup>(8,10,11)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,9)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	5. Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval <sup>(12)</sup>	1.

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(3)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) <sup>(2)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) <sup>(5,12)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) <sup>(10,13)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. VAGO <sup>(7,15)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(11,14)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(9,16)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(17)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
15. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO <sup>(5,7)</sup>
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gerson Camata (PMDB) <sup>(3,12)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(8)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(9,11)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
VAGO <sup>(10)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

12. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,8)</sup>	3. Gim Argello (PTB) <sup>(6,7)</sup>
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM)
VAGO <sup>(4,10)</sup>	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(9)</sup>
<b>PTB <sup>(3)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(11)</sup>	1.

## Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.

7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).

8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).

10. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

11. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS****Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(5)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(11)</sup>
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) <sup>(12)</sup>
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(9)</sup>
Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(10)</sup>	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(13)</sup>	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>	

**Atualização:** 02/02/2009

#### Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2009**MEMBROS****PMDB**

VAGO

**DEM**VAGO <sup>(2)</sup>**PSDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PTB**

VAGO

**PR**VAGO <sup>(3)</sup>**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

**PSB**Renato Casagrande (ES) <sup>(4)</sup>**PC DO B**

VAGO

**PRB**

VAGO

**PP****PSOL**

José Nery (PA)

**Atualização:** 11/02/2009**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PR, conforme Of. nº 81/2008-GLDPR, datado de 27/11/2008, lido na Sessão dessa mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4. Indicado para ocupar a vaga do PSB em substituição à Senadora Patrícia Saboya, conforme Of. GLPSB nº 73/2008, de 26/11/2008, lido na Sessão de 27/11/2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 05.02.2009)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Senado Federal – Anexo II - Térreo**  
**Telefones: 3303-4561 e 3303-5258**  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>2</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>2</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

### COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton<sup>2</sup> (PP-MG)  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz<sup>2</sup> (PSDB – RS)

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
(VAGO) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 06.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpdm@camara.gov.br](mailto:cpdm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vago em virtude da renúncia à suplência do mandato do Deputado Cezar Schirmer, conforme OfGDCS-0270/2008, de 05.01.09.

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

### COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> WALDIR NEVES PSDB-MS	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



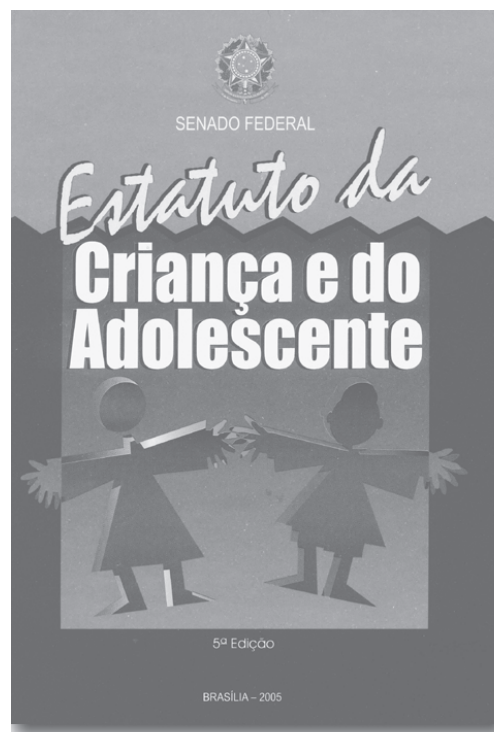
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações  
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-  
relata e índice.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 204 PÁGINAS**